

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

NILTON PINHO DE BEM

Economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial: o caso de agricultores ecologistas nos municípios gaúchos de Cerro Grande do Sul e Garibaldi

PORTO ALEGRE

2019

NILTON PINHO DE BEM

Economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial: o caso de agricultores ecologistas nos municípios gaúchos de Cerro Grande do Sul e Garibaldi

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como critério parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

PORTO ALEGRE

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B455e	<p>Bem, Nilton Pinho de.</p> <p>Economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial: o caso de agricultores ecologistas nos municípios gaúchos de Cerro Grande do Sul e Garibaldi / Nilton Pinho de Bem. – 2019. 110 f.: il; 29 cm.</p> <p>Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi.</p> <p>1. Desenvolvimento territorial. 2. Economia agrícola. 3. Economia solidária. 4. Economia – Rio Grande do Sul. 5. Ecologia. I. Título. II. Filippi, Eduardo Ernesto.</p> <p style="text-align: right;">CDU 338.43</p>
-------	--

Bibliotecária Responsável
Deisi Hauenstein CRB-10/1479

NILTON PINHO DE BEM

Economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial: o caso de agricultores ecologistas nos municípios gaúchos de Cerro Grande do Sul e Garibaldi

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como critério parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA

Porto Alegre, 21 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Ana Mercedes Sarria Icaza

Prof^ª. Dr^ª. Glaucia Angélica Campregher

Prof. Dr. Tarcísio Samborski

A Nilton de Bem e Custodia Pinho de Bem

In memoriam

*Triste de quem vive em casa,
Contente com o seu lar,
Sem que um sonho, no erguer de asa
Faça até mais rubra a brasa
Da lareira a abandonar!*

Fernando Pessoa

RESUMO

Esta pesquisa teve como foco responder à questão acerca da efetiva possibilidade de haver relações autogestionárias estáveis que transponham objetivos utilitaristas conjunturais e que reflitam práticas alinhadas com a construção de projetos de vida alternativos aqueles sustentados no consumo e na acumulação patrimonial. Para tanto, testou-se a hipótese de que as pessoas não estão fadadas a estabelecerem apenas relações atomizadas pautadas pelo egoísmo, conforme o apregoado pelo *mainstream* da Economia, mas que podem se orientar por lógicas alternativas ao individualismo utilitarista, forjando e mantendo empreendimentos de economia solidária sustentados em processos autogestionários, transparentes e socialmente incrustados, capazes de se constituir em meios viáveis de produção e renda aos segmentos sociais empobrecidos ou marginalizados pelo desenvolvimento capitalista, trazendo-lhes, assim, maior autonomia para perseguirem seus projetos de vida e construir sua felicidade. Nesta perspectiva, adotou-se a técnica de “estudo de caso”, onde foram analisados dois empreendimentos associativos com vistas a identificação de suas histórias, contextos e aspirações, e os dados da pesquisa de campo apontaram para uma aderência muito grande entre os valores morais e éticos das famílias com o formato institucional, as práticas de autogestão e os objetivos dos empreendimentos solidários estudados. Nos relatos das pessoas entrevistadas foi percebido um sentimento de satisfação com a ação colaborativa e não competitiva por elas encetada e a importância do conceito positivo que, por fazerem parte de uma organização solidária, usufruem, tanto junto a seus pares e suas comunidades, quanto junto aos consumidores de seus produtos. A partir destas informações, então, logrou-se chegar a compreensão do papel e da importância destas práticas de autogestão e ação em rede, tanto na resiliência social e econômica das instituições estudadas, quanto no desenvolvimento dos territórios em que interagem.

Palavras-chave: Economia. Ecologia. Trabalho. Solidariedade. Autogestão. Redes. Desenvolvimento. Felicidade.

ABSTRACT

This research focused to answer the question about the effective possibility of having stable self-management relationships that transpose conjunctural utilitarian purposes and that reflect practices aligned with the construction of alternative life projects those sustained in the consumption and the patrimonial accumulation. In order to do so was tested the hypothesis that people are not doomed to necessarily establish atomized relations ruled by egoism, as the mainstream of economics proclaimed, but that they can be guided by alternative logics to utilitarian individualism, forging and maintaining solidarity economy enterprises sustained on self-management processes, clear and submitted to social processes, able of self-build in viable means of production and income to impoverished social segments or marginalized for capitalist development, bringing better autonomy to pursue their life goals and built their happiness. In this perspective, the "study report" in which two associative enterprises were analyzed based on identifying their historical contexts and aspirations, and the field research data lead to a very large adherence between moral values and ethics of the families with institutional format, self-management practices and the goal of the solidary ventures studied. In the reports of the interviewed people, a feeling of satisfaction was given with the collaborative and non-competitive action that they undertook and the importance of the positive concept that they enjoy, because they are part of a solidary organization, both with their pairs and their communities, along with the consumers of its products. Based on this information, it was possible to gain an understanding of the role and importance of these self-management practices and network actions, both in the social and economic resilience of the studied institutions and in the development of the territories in which they interact.

Keywords: Economics. Ecology. Work. Solidarity. Self-management. Networks. Development. Happiness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Associação dos trabalhadores rurais sul-cerro-grandenses – ASTRARSUL	51
Figura 2 - Cooperativa dos Produtores Ecologistas de Garibaldi LTDA. – COOPEG	51
Figura 3 - Mapa de localização do município de Cerro Grande do Sul	52
Figura 4 - Localização geográfica do município de Garibaldi	58
Figura 5 - Ambientes das localidades das famílias entrevistadas.....	65
Figura 6 - Feira de produtos orgânicos (IPA, Porto Alegre)	69
Figura 7 - Esposa e marido ofertando seus produtos.....	70
Figura 8 - Assembleia COOPEG (30-3-2017)	76
Figura 9 - Reunião mensal da ASTRARSUL (6-12-2016)	77
Figura 10 - Reunião da ASTRARSUL, acerca de bromatologia e nutrição dos solos (4-4- 2017)	82
Figura 11 - Famílias associadas à ASTRARSUL e entrevistadas em suas residências	84
Figura 12 - COOPEG; famílias entrevistadas em suas residências	85
Figura 13 - Selo de conformidade orgânica.....	91
Figura 14 - Reunião para constituição núcleo Lagoa dos Patos – Rede Ecovida (02-07- 2017)	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese de informações socioeconômicas municipais.....	53
Quadro 2 - Síntese de informações demográficas municipais.....	54
Quadro 3 - Características do pessoal ocupado na agricultura.....	55
Quadro 4 - Atividades agrícolas mais frequentes.....	55
Quadro 5 - Estrutura fundiária municipal, regional e estadual.....	56
Quadro 6 - Síntese de informações sobre trabalho e rendimento municipais	83

SUMÁRIO

1	ENTRELAÇANDO HISTÓRIAS	10
2	EM MEIO A UMA SOCIEDADE HEGEMONICAMENTE COMPETITIVA, A INTENÇÃO E O RESULTADO DA AÇÃO SOLIDÁRIA PODEM BROTAR E CONVERGIR?	14
2.1	OUTRA PRÁXIS É POSSÍVEL.....	20
2.2	OBJETIVOS DO ESTUDO.....	21
2.2.1	Objetivo Geral	21
2.2.2	Objetivos Específicos	21
3	INTERAGINDO NA REALIDADE.....	22
3.1	REVISITANDO REFLEXÕES	22
3.2	CAMPO E MÉTODO DO ESTUDO.....	50
4	ENSINAMENTOS DO ESTUDO.....	66
4.1	SE A TEORIA ESTÁ CERTA A REALIDADE ESTÁ ERRADA	66
4.2	O DESAFIO DA AUTOGESTÃO E DA CONSTITUIÇÃO DE REDES SOLIDÁRIAS.....	73
4.3	IDENTIDADE OU DIFERENCIAÇÃO SOCIAL.....	79
5	À GUIA DE CONCLUSÕES	95
	REFERÊNCIAS	99
	APÊNDICE A - RELAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO.....	105
	ASTRARSUL	105
	APÊNDICE B - RELAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO (COOPEG).....	108
	APÊNDICE C - RELAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO	110

1 ENTRELAÇANDO HISTÓRIAS

Economia solidária e desenvolvimento territorial podem ser vistos como duas estratégias: a primeira como uma estratégia de organização social da economia e, a segunda, como uma estratégia de mudança social. No caso de economia solidária, a estratégia se refere a formas institucionais, ou seja, relações sociais, estabelecidas de forma regular e estável, para a produção de meios de subsistência humana¹. Já, em desenvolvimento territorial, a estratégia diz respeito a um objetivo multidimensional de mudanças, que envolvem diversas instâncias da vida em sociedade e, também, seu ambiente natural. De outra parte, tanto uma, como outra têm suas razões de ser, em maior ou menor grau, na busca da superação dos efeitos deletérios nas condições de vida da população trabalhadora e nos ambientes naturais decorrentes do desenvolvimento e da hegemonia mundial do modo capitalista de produção.

A primeira, tem suas formas institucionais inicialmente constituídas, no século XIX, nos países capitalistas da Europa Ocidental, onde, em virtude do avanço do liberalismo econômico, da destruição da ordem feudal, da urbanização, da industrialização mecanizada e da mundialização das relações mercantis, ocorreu um profundo empobrecimento e marginalização de artesãos e camponeses, que, em reação a esta situação, se lançaram na constituição de empreendimentos econômicos que buscavam o emprego produtivo de sua força de trabalho e meios de produção, segundo princípios de autogestão orientados na obtenção de resultados sociais e econômicos de interesse de seu membros. Esta história, tem, assim, entre suas origens o paulatino movimento de supressão de instituições de segurança social do campesinato² e das corporações de ofício, e sua substituição por novas instituições econômicas capitalistas, que consolidaram a separação entre os trabalhadores e a propriedade de seus meios de produção. Com isto, houve, de um lado, a transformação do ambiente e dos meios de produção da subsistência humana em capital e, de outro, a transformação dos produtores diretos em trabalhadores assalariados³.

¹ “[...] o significado substantivo (*de economia*), aponta para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres vivos não podem existir sem um meio físico que os sustente.” (POLANYI, 2012b, p. 63).

² “O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas.” (MARX, 1996, p. 341).

³ “O primeiro passo foi a transformação do trabalho e da terra em mercadorias, como se tivessem sido produzidos para venda... O verdadeiro alcance desse passo pode ser estimado se lembrarmos que trabalho é apenas outro nome para o ser humano, e terra, outro nome para a natureza. A ficção mercantil pôs o destino do ser humano e da natureza nas mãos de um autômato que operava em seus próprios circuitos e era regido por

Neste contexto, os empreendimentos de economia solidária surgiram como resultado da dialética entre competição mercantil e solidariedade econômica, ou dito de outra forma, fruto do duplo movimento disparado pelo desenvolvimento capitalista, onde, de um lado, há um movimento de imposição do liberalismo econômico, e, de outro, há um movimento de constituição de instituições que protejam a sociedade de seus efeitos. Inicialmente, tendo por inspiração os ideais dos socialistas utópicos, os empreendimentos solidários eram concebidos como instituições autônomas (aldeias cooperativas), que se propunham a relações de troca não mercantil entre seus membros e que, até onde possível, deveriam estabelecer não mais do que relações marginais com a circulação geral de mercadorias incidente nos países onde estavam instaladas. Estes formatos de empreendimentos solidários, entretanto, não se mostraram sustentáveis, quer devido a repressão política, quer por pressão ideológica do utilitarismo individualista, hegemônico em seus ambientes sociais. Porém, em que pese o fracasso das propostas de vida autárquica protagonizadas pelas aldeias cooperativas, as práticas econômicas incrustadas em valores sociais não foram erradicadas da herança cultural dos trabalhadores, que mantiveram vivas as estratégias solidárias de obtenção de meios de vida e, especialmente no caso dos agricultores familiares, passaram a ser mobilizadas como forma de obtenção de meios de produção e de comercialização de seus produtos.

Já a segunda estratégia abordada, desenvolvimento territorial, embora também tenha suas razões nos efeitos concentradores, excludentes e poluentes da mundialização desregulada do capital, possui origem histórica mais recente, tendo por palco a crise do fordismo e a contestação das representações sociais de progresso e de desenvolvimento assentadas no industrialismo e no consumismo, verificadas a partir da década de 60 do século XX. Assim, com a perda de confiança nas possibilidades de mudança social decorrentes da “mão invisível” dos mercados autorreguláveis, ou do desenvolvimentismo industrializante, o tema das melhorias nas condições de vida humana e da preservação ambiental passaram a receber uma abordagem multidimensional, e, nesta perspectiva, a economia é compreendida como um meio para o atingimento de objetivos sociais com prudência ambiental. Desenvolvimento, a partir destes novos referenciais, passou a subentender transparência, participação e regulação no emprego produtivo dos fatores da produção, de tal forma que sejam asseguradas sustentabilidade econômica, social e ambiental. Nesta perspectiva, desenvolvimento territorial pode ser visto como um processo de mudança social, com preservação ambiental, em espaços

suas próprias leis. Esse instrumento do bem-estar material era controlado tão somente pelos incentivos da fome e dos ganhos - para ser mais exato, pelo medo de carecer das necessidades da vida e pela expectativa de lucro.” (POLANYI, 2012b, p. 53).

geograficamente situados, articulados por redes de instituições e agentes sociais, segundo princípios de democracia participativa.

Alinhados estes conceitos, as articulações entre economia solidária e desenvolvimento territorial se mostram mais claramente, mas, tanto um, quanto outro, podem não transpor os limites da abstração teórica e serem inconsistentes em seus resultados práticos, não se mostrando sustentáveis social ou economicamente, ou seja, não refletirem os valores que orientam os atores sociais e degenerarem em objetivos puramente utilitaristas, ou não obterem um mínimo de eficácia no emprego de recursos produtivos. No âmbito deste questionamento é que se estrutura a presente tese, onde no capítulo 2, é exposto o problema, a hipótese e os objetivos que dão embasamento a esta pesquisa, que visa compreender os valores, as motivações, as expectativas, os contextos e as práticas de economia solidária que tem se mostrado sustentáveis e que restam por ensejar o desenvolvimento dos territórios onde ocorrem.

No capítulo 3, são expostos o referencial teórico, o método e o objeto da pesquisa, que se articulam a partir da exposição, num primeiro momento, da tese neoclássica assentada ontologicamente no *homo economicus*, e epistemologicamente sustentada no atomismo metodológico, com seus pressupostos de uma natureza humana atemporal e independente da cultura dos ambientes sociais. Após, a essa concepção, é apresentada a clivagem institucionalista, que, em oposição à ideia de um natural egoísmo e individualismo humanos, sustenta seu método de análise na hipótese de que a consciência e as práticas humanas fazem parte de uma construção social, ou seja, tanto o egoísmo, quanto o altruísmo resultam da interação entre os sujeitos, dada sua herança cultural, valores, aspirações, contextos e as estruturas a que são submetidos. Neste sentido, para ilustrar o problema de pesquisa e testar a validade da hipótese de que as pessoas podem estabelecer e sustentar relações econômicas solidárias, enraizadas em valores sociais e não apenas no interesse mercantil, são analisados os casos de dois empreendimentos de agricultores ecologistas, situados em diferentes ambientes agroecológicos e sociais, e que, há mais de uma década, empregam formas associativas como estratégia de viabilização de suas unidades produtivas. Deve-se, desde logo, salientar que o estudo destes dois empreendimentos, heterogêneos em diversos aspectos entre si, não visa traçar comparações ou estabelecer um *ranking* entre suas eficácias de gestão e resultados alcançados, mas tão somente ilustrar soluções encontradas em ambientes socioeconômicos e ambientais distintos.

No capítulo 4, são analisados os resultados da pesquisa de campo, que abarcou a investigação dos elementos históricos, culturais, contextuais, e econômicos que ensejaram a constituição dos empreendimentos estudados. Além disto, são, ainda, estudados seus processos de gestão e as redes de apoio e interação técnica, econômica e social que conferem sustentabilidade aos empreendimentos e os projetam como elementos de desenvolvimento territorial.

Após, são apresentadas as conclusões acerca da aderência da hipótese de trabalho ao objeto estudado e são feitas considerações acerca de possibilidades que o presente estudo oferece em termos de se constituir em mais uma referência à compreensão da dinâmica e tendência de processos autogestionários de economia solidária e de seus impactos sociais e ambientais em territórios delimitados.

2 EM MEIO A UMA SOCIEDADE HEGEMONICAMENTE COMPETITIVA, A INTENÇÃO E O RESULTADO DA AÇÃO SOLIDÁRIA PODEM BROTAR E CONVERGIR?

As sociedades humanas, desde seus primórdios, têm organizado socialmente suas economias segundo valores e regras legitimadas fora dos limites estritos dos mercados. Entretanto, na modernidade⁴, com a hegemonia do modo capitalista de produção, estas relações econômicas incrustadas em valores tradicionais, rapidamente cederam espaço para aquelas pautadas por mercados autorreguláveis⁵. Com isto, inverteram-se as diretivas lógicas entre meios e fins, pois, ao invés da economia submeter-se a objetivos sociais, a sociedade é que passou a se submeter a racionalidade dos mercados (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; GAIGER, 2008, 2009; POLANYI, 2012a, 20012b).

Esta dinâmica, entretanto, não teria como se propagar se ficasse restrita apenas a mudanças de comportamentos individuais motivadas por interesses utilitaristas, senão que foi intimamente ligada às transformações (sancionadas pelo Estado) na ordem jurídica e institucional que regulava as atividades produtivas e garantia algum nível de segurança social às corporações de ofício e ao campesinato (MARX, 1996). Assim, com a desposseção fundiária da massa camponesa e sua inexorável marcha para o assalariamento, com a conversão da terra e do ambiente natural em coisas transacionáveis no mercado, e, ainda, com a liberação do comércio das amarras das normas gremiais, constituiu-se um ambiente que consolidou a separação entre trabalhadores e a propriedade de seus meios de produção. Com isso, os meios de subsistência humana e o ambiente natural se resumiram a condição de mercadorias, bem como os produtores diretos a condição de trabalhadores assalariados⁶ (MARX, 1996; POLANYI, 2012a).

Entretanto, esta generalização dos mercados como forma de integração social das economias, ao contrário da harmonia e bem-estar previstos pelos pensadores iluministas,

⁴ “Modernidade, entendida como um estilo de vida ou organização social emergida na Europa, a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.” (GIDDENS, 1991, p. 12).

⁵ “A economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo autorregulável [...] A autorregulação significa que toda a produção é para a venda no mercado e que todos os rendimentos derivam de tais vendas.” (POLANYI, 2012a, p. 74-75).

⁶ “O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em seqüência diversa e em diferentes épocas históricas.” (MARX, 1996, p. 341).

mostrou tendências de concentração e de centralização do capital e passou a recorrentemente formar uma superpopulação relativa de trabalhadores, ou seja, uma grande massa de pessoas marginalizadas e inviabilizadas em sua reprodução social, pelas mesmas forças que, simultaneamente, produziam a riqueza material (MARX, 1996). É neste contexto de transformações políticas, culturais, econômicas e demográficas, que, no início do século XIX, na Europa, surgiram os primeiros empreendimentos solidários, como um movimento de proteção social frente ao avanço do capitalismo industrial e do liberalismo econômico (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; HOBBSAWM, 1981; RANGEL; MANOLESCU, 2012; SINGER, 2002).

Em meio a este processo de avanço das relações capitalistas de produção e distribuição, a agricultura passou a ser tencionada pelas mesmas forças de concentração e de centralização do capital, que tendiam a eliminar modos de vida e produção não balizados apenas pelo utilitarismo mercantil. Como resposta, os segmentos sociais rurais ameaçados, notadamente os camponeses, possuidores de uma racionalidade econômica “incompleta”⁷, passaram a constituir instituições cooperativas que permitiam combinar sua autonomia na organização do trabalho familiar com os ganhos de escala característicos de formas organizacionais de maior porte (CARVALHO, 2014). Nesta perspectiva, já na primeira metade do século XIX, surgiram as primeiras cooperativas de compra e venda, bem como cooperativas de crédito que tinham por objetivo permitir aos setores tradicionais da agricultura condições de acesso econômico aos mercados de fatores, produtos e de crédito (CHAYANOV, 2017; SINGER, 2002).

Porém, em que pese o avanço inicial, tanto, no número de associados, quanto, no número de empreendimentos solidários, no limiar do século XX, na Europa, a economia social⁸ começou a apresentar sinais de debilidade, quer, pelo enfraquecimento do movimento operário, dados os duros confrontos com as forças dominantes, quer, pelo avanço crescente

⁷ Segundo a abordagem ortodoxa, o *homo economicus* é definido a partir de sua racionalidade orientada à maximização de sua satisfação, que, por sua vez, é alcançada quando é obtido o máximo prazer individual ao custo do menor trabalho (sofrimento) possível. Porém, na agricultura, quando observadas as unidades de produção familiar, ainda que estas experimentem trocas mercantis com outros agentes econômicos, não são os preços relativos e a produtividade média que orientam isoladamente a alocação dos fatores da produção, nomeadamente o trabalho, mas, especialmente, valores morais, éticos ou culturais (ABRAMOVAY, 1998).

⁸ “O conceito de economia social deriva da terminologia francesa, e remonta às práticas de solidariedade interclassistas enquanto reação às transformações econômicas e sociais da revolução industrial influenciada pelo pensamento dos socialistas utópicos do século 19, dando origem a formas de organização como as associações, as cooperativas e as mutualidades. No essencial, ela começou a ser utilizada pelos autores contestatários ao modelo dominante, acusado de separar as regras de funcionamento da economia das regras morais.” (CAEIRO, 2008, p. 62).

das relações capitalistas e a expansão das possibilidades de ascensão salarial no mercado de trabalho (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Assim, em boa parcela do século XX, especialmente na presença do crescimento do mercado de trabalho e da disseminação de políticas econômicas anticíclicas desenvolvimentistas e de bem-estar social, observou-se um recuo na presença e no protagonismo de empreendimentos associativos autogestionários. Neste cenário, onde a assimilação da economia social pelas instituições do Estado descaracterizou seu propósito político, estas organizações, em grande parte, foram relegadas à função de dispositivos complementares dos sistemas de seguridade social. Em meio a este quadro, onde o bem-estar das sociedades foi associado ao crescimento da indústria capitalista, as cooperativas lançaram-se na economia de mercado com uma abordagem impregnada pelo discurso de eficiência técnica e econômica, relegando a segundo plano os valores sociais que eram sua marca e fundamento originários (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; GAIGER, 2009; SINGER, 2002).

Todavia, a partir da década de 70, do século XX, com suas mudanças político-culturais, com o esgotamento do padrão de acumulação fordista e com a crise das bases fiscais do Estado Providência, surgiram renovadas práticas e, também, renovadas organizações sociais. Tiveram destaque, a partir de então: as iniciativas locais no campo dos serviços, inclusive produtivos, a constituição de novas cooperativas, como, por exemplo, as de finanças solidárias, além de cooperativas de trabalhadores que passaram a assumir associativamente a propriedade de empresas em processo falimentar (GAIGER, 2009).

Também neste contexto, em diversas partes do planeta, mais uma vez, tornou a crescer a insatisfação com o sistema econômico capitalista em decorrência de suas “externalidades”, como o crescimento das desigualdades sociais e a paulatina degradação ambiental. Na esteira destas insatisfações, novamente passou a ocorrer a procura por soluções alternativas, que apontassem para a revalorização de práticas econômicas baseadas noutros princípios que não apenas a concorrência e o lucro, mas que estivessem submetidas a valores de equidade e de sustentabilidade (HESPANHA, 2009; SACHS, 2008, 2009; VEIGA, 2010).

Na América Latina, a partir dos anos 1980, e, no Brasil, especialmente à partir de 1990, a economia social confluíu para aquilo que passou a ser comumente denominado de economia solidária⁹, conceito que, basicamente, procura espelhar o conjunto de iniciativas

⁹ “O que distingue então a economia solidária da economia social? É no essencial, a consideração de que a iniciativa provém dos cidadãos que estão resolvidos a fazer alguma coisa, porque não estavam completamente excluídos ou desesperados e porque integram no seu comportamento individual a utilidade de todos, ainda que

que, a partir da associação livre, democrática e autogestionária dos trabalhadores, têm por missão, além do resultado econômico, benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã (GAIGER, 2015; LAVILLE, 2014; SILVA, 2018). Nessa abordagem, a economia solidária, vista em meio a um movimento social, transborda da sua base de articulação produtiva e distributiva para um engajamento em problemas da comunidade e em lutas coletivas mais amplas, onde os empreendimentos procuram contrapor a dicotomia entre o econômico e o social com a conciliação entre eficiência, cooperação produtiva, justiça distributiva e resiliência socioambiental (CAEIRO, 2008; GAIGER, 2009; LAVILLE, 2014).

Singer (2002) sustenta que, no início de século XXI, não apenas houve um ressurgimento da economia solidária, mas que, na realidade, ela estaria sendo reinventada, e argumenta que “[...] o que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta dos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.” (SINGER, 2002, p. 111).

Portanto, ao se analisar o desenrolar da história dos empreendimentos solidários, percebe-se a ocorrência de ondas associativistas num movimento pendular, em sentido oposto ao da dimensão do mercado capitalista, e da ação redistributiva do Estado¹⁰. Assim, nos momentos de ausência ou de crise das instituições de segurança social do Estado, ou de redução das possibilidades de emprego, os segmentos sociais desamparados se veem na contingência de forjarem instrumentos de sobrevivência, criando novas fórmulas ou recorrendo a sistemas anteriores que, embora em desuso, ainda constam de sua herança cultural (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; GAIGER, 2009).

Porém, para Singer (2002), além do impacto decorrente de crises socioeconômicas, também as motivações dos agentes são um importante elemento para a compreensão dos avanços e refluxos cíclicos do movimento de economia solidária. Nesta perspectiva, haveria tendência ao declínio sempre que estas práticas sociais se dessem exclusivamente com o intuito de mitigar contradições econômicas do capitalismo, como a baixa renda familiar ou o desemprego, ao invés de refletirem uma identidade grupal aderente a valores e práticas estruturantes de relações autogestionárias.

por si próprio, de libertar as ligações sociais, acumular o capital, melhorar o seu meio ambiente, de defender os vizinhos.” (CAEIRO, 2008, p. 65).

¹⁰ Segundo o Mapeamento Nacional da Economia Solidária (GAIGER, 2014), no Brasil, a partir da década de 90, justamente num período de desarticulação do Estado desenvolvimentista e de recrudescimento do desemprego, teve início grande crescimento na criação de empreendimentos de economia solidária, sendo que 63% dos empreendimentos pesquisados tiveram no desemprego e na marginalização social o fator apontado como desencadeador de sua constituição.

Buscando a compreensão da dinâmica dos empreendimentos solidários, Gaiger (2009) observa que, embora as restrições no mercado de trabalho e nas políticas sociais sejam fenômenos presentes, quando há incremento na mobilização das populações atingidas isto não é suficiente para explicar adequadamente as estratégias empregadas e a sobrevivência das instituições forjadas, pois o recurso da reciprocidade e da participação, primordialmente, refletem uma condição de vontade¹¹. Nestas circunstâncias, estaria em jogo não apenas a geração de oportunidades de trabalho e de renda, mas também o desejo de um protagonismo ativo e emancipatório dos atores sociais na construção de projetos de vida alternativos ao individualismo utilitarista e, em muitos casos, ao trabalho alienado (GAIGER, 2014).

De outra parte, embora os empreendimentos econômicos solidários possam ser vistos como referências a um projeto alternativo de sociedade, não podem ser automaticamente entendidos como ações estrategicamente planejadas para a construção deste projeto, onde os atores sociais teriam sua motivação proveniente primordialmente de ideais sociais e políticos que não necessariamente estivessem já manifestos nos problemas objetivos de suas vidas. Abordagens deste tipo, muitas vezes calcadas em esquemas estereotipados, descuidam-se da análise e compreensão dos fatores que conferem resiliência social e econômica aos empreendimentos de economia solidária. Dentre estes elementos, destacam-se, especialmente, a cultura, os valores, as experiências, o contexto e as motivações de seus construtores, pois estas formam o lastro que pode ensejar uma agência participativa e democrática, além de permitir maior resistência frente a cooptação de seus membros por valores utilitaristas¹² (GAIGER, 2009).

Abordando o tema dos desafios e tensões que se colocam aos empreendimentos solidários, Hespanha (2009) lembra que, embora democráticos e autogestionários, os empreendimentos solidários desenvolvem trajetórias em ambientes onde a regra hegemônica é a do mercado capitalista e, em face a isto, estas trajetórias poderiam refletir, ou, a persistência de uma práxis solidária, onde o emprego dos recursos se dá mediante a observação de valores coletivos que sobrepujam as relações mercantis no seu entorno, ou, a cooptação e reconversão das relações incrustadas em valores para relações mercantis baseadas apenas na obtenção de excedente econômico. Além destas duas alternativas limites, Gaiger (2009) sustenta que o resultado da dinâmica de inserção em mercados, por parte de empreendimentos solidários

¹¹ “Não basta aos trabalhadores estarem acudados. Será o seu lastro de experiências positivas e sua capacidade de idealização que tornarão a alternativa solidária atrativa e viável.” (GAIGER, 2009, p. 96).

¹² “[...] consideramos a economia solidária, a depender da identidade que assume e das articulações que constitui com os demais movimentos sociais, uma das formas de resistência ao capitalismo e de transformação sistêmica.” (SCHMIDT, 2013, p. 21).

autogestionários, pode ter como resultado uma situação intermediária, onde a ação econômica enraizada em valores também pode atender interesses particulares de seus agentes sem descaracterizar os pilares sociais que sustentam suas práticas¹³.

O exame destas possibilidades, por seu turno, nos remete à necessidade de trazer à luz a dinâmica que se estabelece entre estrutura e ação, na medida em que se supõem a possibilidade de uma ação transformadora a partir, justamente, de elementos da estrutura que se tem por meta transformar¹⁴. Nestas circunstâncias, segundo a teoria da estruturação, ao invés de partir-se de conceitos estanques, onde o indivíduo possuiria uma natureza independente da sociedade, ou, no extremo oposto, que seria um mero reflexo das estruturas sociais pré-existentes, devemos ter um quadro de análise onde indivíduos e sociedade, bem como ação e estrutura sejam resultados de um fluxo de atividades e práticas que, tanto, transformam, quanto, reproduzem instituições mais amplas (GIDDENS; PIERSON, 2000). Esta possibilidade de ação reflexiva é enfatizada por Giddens (2005, p. 26), quando argumenta que “[...] os ambientes sociais dos quais viemos tem muito a ver com os tipos de decisões que achamos apropriadas [...]”, mas, “[...] embora sejamos influenciados pelos contextos sociais em que nos encontramos, nenhum de nós está simplesmente determinado em nosso comportamento por aqueles contextos.” Portanto, os atores sociais são depositários de suas histórias e estão condicionados por contextos e sistemas sociais estruturantes que influenciam suas ações, mas estes sujeitos não são inexoravelmente presos a estas circunstâncias que os cercam, e, nesta medida, podem constituir práticas transformadoras, e é, justamente, esta possibilidade de um futuro em aberto que embasa o problema que esta tese visa responder: **Os empreendimentos solidários podem estabelecer estavelmente objetivos e práticas autogestionárias, segundo valores não adstritos apenas a uma lógica utilitarista, mantendo-se sustentáveis social e economicamente, ou, com o passar do tempo, restringem-se apenas a estratégias conjunturais para superação de situações de desemprego e/ou insuficiência de renda?**

A solução deste problema de pesquisa se justifica a partir da avaliação de que, embora se verifique uma expansão nas iniciativas de economia solidária e que isto, por seu turno, também tenha gerado um crescente interesse pelo tema, ainda não são frequentes os estudos

¹³ “É plausível que a economia solidária represente um caso em que a predisposição dos indivíduos a realizarem interesses não utilitários coincida com um campo de práticas que recompensa tal orientação. Mas isso não autoriza a supor que os vínculos sociais que os indivíduos nutrem todos os dias entre si para gerirem suas vidas, na interação com os seus círculos sociais, deixem de ser inexoravelmente híbridos, feitos de dosagens variadas de solidarismo, altruísmo, pragmatismo e interesse próprio.” (GAIGER, 2008, p. 16).

¹⁴ “É o trabalho da sociologia investigar as conexões entre o que a sociedade faz de nós e o que fazemos de nós mesmos.” (GIDDENS, 2005, p. 26).

empíricos sistemáticos sobre suas bases fundacionais, bem como sobre as práticas de autogestão e cooperação constituídas por estas iniciativas, quando apresentam sustentabilidade ao longo do tempo (GAIGER, 2006).

Demais, vista sob o quadro de forças contraditórias em que se situa, a autonomia relativa dos empreendimentos solidários, sua sustentabilidade e a relação que pode ser estabelecida entre sua estabilidade ao longo do tempo com práticas de gestão não submetidos a dinâmica do capital é uma questão em aberto e ainda carente de comprovação empírica. Neste sentido, independentemente da expectativa de que estes processos solidários se constituam em alternativas generalizadas à economia padrão e que tenham o condão de desencadear uma transformação na sociedade, sua análise e sistematização críticas permite que não sejam desperdiçados ou silenciados os ensinamentos decorrentes da compreensão dos valores que os sustentam, de suas práticas, de suas trajetórias e de suas possibilidades de resiliência social (HESPANHA, 2009).

Com efeito, caso sejam débeis a análise das interações sociais internas aos empreendimentos, bem como de seus itinerários de desenvolvimento, se torna mais difícil a identificação dos elementos materiais, sociais, políticos e culturais que impulsionam os indivíduos a eles aderirem e, especialmente, neles se manterem. Como decorrência desta carência¹⁵, ao invés de abordarem as práticas de autogestão e as redes sociais que dão sustentação aos empreendimentos ao longo do tempo, normalmente as análises se referem aos fatores que, a contragosto ou não, lançaram os atores na busca de alternativas associativas de trabalho e renda, como se isto fosse suficiente para entender as razões deles percorrem caminhos incertos e, muitas vezes, inteiramente desconhecidos.

2.1 OUTRA PRÁXIS É POSSÍVEL

Os seres humanos, diferentemente do apregoado pelo *mainstream* da Economia, podem se orientar por valores e lógicas alternativas ao individualismo utilitarista, forjando e mantendo empreendimentos de economia solidária sustentados em processos autogestionários, transparentes e socialmente incrustados, capazes de se constituir em alternativas viáveis de produção e renda aos segmentos sociais empobrecidos ou

¹⁵ Segundo Cohen (1999, p. 393), a teoria e a pesquisa acerca dos contornos das coletividades tipicamente explicam a ação social a partir de “[...] circunstâncias estruturais ou sistêmica na consciência dos atores ou nos domínios onde ocorre a atividade, enquanto as práticas por via das quais ocorre a produção da vida social permanecem inabordadas.”

marginalizados pelo desenvolvimento capitalista, trazendo-lhes maior autonomia para perseguirem seus projetos de vida e construir sua felicidade.

2.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

2.2.1 Objetivo Geral

Desvendar a história, valores, contextos e motivações dos empreendimentos solidários estudados, bem como compreender a dinâmica estabelecida entre estes elementos e as práticas de autogestão e ação em rede que lhes conferem sustentabilidade e protagonismo no desenvolvimento dos territórios em que interagem.

2.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

- a) identificar os valores e as motivações determinantes nas decisões socioeconômicas dos atores estudados;
- b) compreender a interação entre valores, contextos, aspirações, recursos e práticas de gestão dos empreendimentos estudados;
- c) avaliar tendências de unidade ou diferenciação social do grupo, em face as práticas coletivas constituídas;
- d) identificar redes e agentes sociais que interagem com os atores estudados e avaliar seu papel na sustentabilidade dos empreendimentos;
- e) avaliar o papel dos empreendimentos no desenvolvimento dos territórios onde se localizam.

3 INTERAGINDO NA REALIDADE

3.1 REVISITANDO REFLEXÕES

Conforme nos ensinou Aristóteles (2015), toda arte, toda investigação, toda ação e toda a escolha visam um bem qualquer e, sendo assim, inevitavelmente é para isto que as coisas tendem. Já estas escolhas e ações, por seu turno, nascem da capacidade dos humanos de abstraírem e teorizarem sobre o mundo que os cerca, o que lhes permite um processo reflexivo, onde a história e a cultura são empregadas para fazerem história e transformarem a cultura segundo princípios e aspirações que estruturam a ética da ação em sociedade.

Na ciência econômica este tema é alvo de posições diferenciadas, que, grosso modo, situam-se entre concepções que, num polo, propõem que nossa espécie possui uma natureza e uma razão que são prévias aos sujeitos sociais, e, nesta medida, agem e estabelecem estruturas sociais que tendem a esta natureza (por hipótese individualista, egoísta, utilitarista e competitiva), e, no outro polo, há aquelas correntes de pensamento que entendem que os seres humanos constroem sua subjetividade socialmente, onde, em que pese a individualidade de toda e qualquer pessoa, seus valores, objetivos e ações são condicionados pelos ambientes em que, concretamente, vivem.

Estas diferenças ontológicas manifestam-se claramente no amplo corpo teórico da Economia Política, fazendo com que esta disciplina científica não disponha de um núcleo axiomático – conceitual, teórico e metodológico - que, tanto oriente suas pesquisas, como forneça a base para um *corpus* com suas diferentes escolas de pensamento. Assim, nesta ciência, o desenvolvimento teórico não se constitui num alargamento espontâneo e homogêneo de seus marcos de conhecimento, mas sim de um embate de posições conflitantes, tanto em relação ao seu objeto, como em relação ao método e categorias de análise empregadas para alcançar sua compreensão (BRESSER-PEREIRA, 2009; FONSECA, 2003; HERRERA, 2001). Porém, neste ambiente intelectual, embora não haja um pensamento único, há uma corrente hegemônica que entende que a sociedade real é a sociedade econômica e esta se constitui como uma amálgama de ações atomizadas de indivíduos racionais, auto interessados e naturalmente propensos a relações mercantis – o *homo economicus*- que, por sua vez, também é entendido como sendo o homem real (POLANYI, 2012b).

Esta corrente de pensamento, normalmente denominada marginalista-neoclássica, por seu turno, tem suas raízes conectadas aos primeiros passos da Economia Política como

disciplina científica autônoma, quando a escola fisiocrática¹⁶ francesa formulou suas primeiras “leis”¹⁷ gerais. Para tanto, seus pensadores valeram-se da lógica de funcionamento de sistemas biológicos para buscar uma explicação da dinâmica do sistema econômico fora da esfera da religião ou da política, pois, até a idade média, seus temas usualmente competiam ao campo da Teologia, e, já na modernidade, ao da Filosofia ou da Ciência Política¹⁸ (FONSECA, 1996; HERRERA, 2001; MAZZUCHELLI, 2003). Neste sentido, o recurso teórico empregado por seus primeiros formuladores foi o uso de um modelo hipotético-dedutivo sustentado na ideia de uma ordem natural, cuja manifestação econômica era a impessoalidade do mercado.

Esta abordagem, tanto se prestou à apologia do progresso capitalista, quanto permitiu à Economia sua afirmação como disciplina autônoma, pois, na medida em que era apresentada como portadora de leis próprias, independentes da vontade dos homens, não estaria sujeita a padrões de julgamentos éticos ou morais¹⁹ como ocorria nas sociedades pré-modernas, onde as economias se integravam às sociedades por intermédio de relações ancoradas, ou em valores, ou na autoridade despótica (FONSECA, 1999; HEILBRONER, 1996). Segundo Belluzzo (1998, p. 22):

O nascimento da Economia Política, como disciplina autônoma, está amplamente comprometido, tanto com modificações que se produziram no âmbito econômico, quanto com transformações operadas na consciência dos povos. Ela surge como uma tentativa de explicação de um mundo abarrotado de mercadorias, onde os homens trocavam seus produtos não para consumir senão para trocar, de novo, amanhã, e onde o sistema de produção gremial sofria a ação desintegradora do grande comerciante. A violência e a rapidez das transformações ocorridas, no impessoal subsolo da história, reclamavam uma explicação sobre a natureza da nova sociedade e o caminho que deveria seguir.

Neste cenário, aos economistas competia a tarefa de apresentar um quadro coerente sobre a nova sociedade econômica²⁰ em formação, onde “[...] o que orientava cada qual à sua obrigação era o fascínio do lucro, não a força da tradição ou o chicote da autoridade. ”

¹⁶ A escola fisiocrática teve por ambiente a transição entre a tradição religiosa e a racionalista. Como síntese, admitiam que a “ordem providencial” se manifestava na natureza constituindo uma “ordem natural”, autônoma e passível de ser entendida e explicada pelo uso da razão iluminada (FONSECA, 1980).

¹⁷ “Fazer ciência significava encontrar leis gerais e abstratas, de resto universais e imutáveis; fundamentava a existência destas na própria razão humana.” (FONSECA, 1989, p. 71).

¹⁸ “Quem iria procurar leis abstratas da oferta e demanda, dos custos, ou do valor, quando a explicação do mundo ali estava, como um livro aberto, nas leis do feudalismo, da Igreja e nos costumes de toda uma existência.” (HEILBRONER, 1996, p. 32).

¹⁹ “A economia, assim, nasce com a negação da política – que expressa a capacidade de os homens se articularem para decidir sobre sua vida em sociedade-, e nasce, portanto, anti-ética, ou melhor a-ética.” (FONSECA, 1999, p. 139).

²⁰ Segundo Belluzzo (1998), este conceito refere-se as sociedades resultantes das transformações ocorridas na modernidade, na Europa Ocidental, que culminaram com a Revolução Industrial na Inglaterra e na Revolução Francesa.

(HEILBRONER, 1996, p. 23). Como resposta, os fisiocratas representaram a sociedade econômica como um sistema de circulação de riquezas, onde, de forma análoga ao sistema circulatório de um organismo vivo, as diferentes classes sociais poderiam ser vistas como órgãos com funções específicas e necessárias para o correto funcionamento do corpo. Nesta perspectiva, o processo de produção, distribuição e circulação da riqueza passou a ser visto como resultado das ações de três classes sociais: a classe “produtiva” (agricultores e arrendatários capitalistas), a classe dos proprietários de terra e a classe “estéril” (populações urbanas).

Segundo esta corrente de pensamento, o trabalho aplicado a terra seria a fonte de todo o valor e do excedente econômico, pois a agricultura teria a condição de oferecer uma contrapartida de bens, ou valores de uso, superior a quantidade empregada na sua produção, daí a denominação de classe produtiva dada aos agricultores e arrendatários. Já o excedente gerado seria devido, por direito natural, à classe dos latifundiários como pagamento da renda fundiária e, por fim, à classe estéril competiria a transformação e a troca daquilo produzido pela terra (BELLUZZO, 1998).

A doutrina fisiocrática representou uma passagem do mercantilismo ao capitalismo liberal, e, embora reconhecesse o trabalho como produtor de um excedente econômico, somente concebia esta possibilidade quando este fosse aplicado na agricultura, pois atribuía às propriedades naturais da terra a geração de valores de uso em maior proporção do que o necessário à sua produção.

Smith (1981), já em meio a revolução industrial, também abordou os fenômenos econômicos como sendo governados por leis objetivas, oriundas de uma ordem natural e inteligíveis através de um sistema coordenado de relações causais, mas suplantou a visão de que somente o trabalho agrícola seria produtivo, estendendo a todas as formas de indústria esta possibilidade.

Sua teoria do valor²¹, também se ancorou na concepção de sociedade econômica, onde decisões individuais de uma plêiade de produtores independentes os levariam a intercambiar mercadorias na proporção dos dispêndios de trabalho gastos em sua produção. Neste modelo, o valor das mercadorias, para seus respectivos possuidores, é apresentado como sendo “[...] igual à quantidade de trabalho que o capacita a comprar ou comandar [...]” e pressupõe que “[...] o trabalho, portanto, é a medida real do valor de todas as mercadorias.” (SMITH, 1981, p. 18).

²¹ “O trabalho, parece evidente, é a única medida universal e precisa de valor, ou o único padrão pelo qual podemos comparar os valores de diferentes mercadorias em qualquer tempo e lugar.” (SMITH, 1981, p. 23).

Ao analisar a distribuição da riqueza produzida pelo trabalho, Smith propôs que as mercadorias tendiam a ser comercializadas por um “preço natural”²², valor que em condições normais remuneraria os salários, os lucros e a renda da terra. Para tanto, assumiu que os capitalistas, possuidores do valor necessário à aquisição dos fatores da produção, empregariam seu capital contratando pessoas “industriosas”, que agregariam valor aos meios de produção e, do valor agregado, uma parte pagaria os salários e outra, o excedente, pagaria, tanto, os lucros dos empregadores como compensação pelo adiantamento dos valores necessários a produção, quanto, a renda da terra, considerada natural em decorrência da sua propriedade privada.²³

A construção teórica de Smith partiu da hipótese de que os seres humanos seriam naturalmente propensos à troca e ao comércio²⁴, daí resultando a divisão social do trabalho, que, combinada ao progresso das técnicas produtivas e da manufatura, seria a responsável pela dinamização da economia, a melhoria das condições de vida da população e a harmonia social²⁵. Como corolário desta assertiva, a integração da economia na sociedade por intermédio de mercados seria um necessário e desejável produto do individualismo utilitarista das pessoas, que empenhadas no atendimento de seus interesses seriam levadas “[...] por uma mão invisível a promover um fim que não era parte de sua intenção.” (SMITH, 1981, p. 203), e, assim, pelo mecanismo do mercado autorregulado, gerar um provisão organizado para a sociedade (HEILBRONER, 1996).

Ricardo (1996) compartilhou da visão de Smith acerca da origem do valor, bem como da distinção entre valor de uso²⁶ e valor de troca, embora contestando²⁷ a formulação de

²² “Quando o preço de qualquer mercadoria não é maior, nem menor do que é suficiente para pagar a renda da terra, os salários do trabalho, e os lucros do estoque empregados em cultivar, preparar e transporta-lo ao mercado, de acordo com suas cotações naturais, a mercadoria é então vendida pelo que pode ser chamado seu preço natural.” (SMITH, 1981, p. 37).

²³ “A renda da terra, então, considerada como o preço pago pelo uso da terra, é naturalmente um preço de monopólio. Não é de modo algum, proporcional ao que o proprietário possa ter aplicado no aperfeiçoamento da terra, ou ao que ele pode tomar, mas ao que o lavrador pode tolerar como pagamento.” (SMITH, 1981, p. 105).

²⁴ “Essa divisão do trabalho, da qual tantas vantagens derivam, não é originalmente e efeito de qualquer sabedoria humana, que prevê e provê aquela opulência geral a que dá ocasião. É a necessária, se bem que muito lenta e gradual consequência de uma certa propensão da natureza humana que não tem em vista uma utilidade tão extensa: a tendência para comerciar, barganhar e trocar uma coisa por outra.” (SMITH, 1981, p. 7).

²⁵ “Mereceria talvez ser observado que é no estado progressista, enquanto a sociedade avança para maiores aquisições, mais do que quando adquiriu todo seu complemento de riqueza, que a condição do trabalhador pobre, do grande corpo do povo, parece ser mais feliz e mais confortável [...] A condição progressista, na realidade, é o estado alegre e cordial para todas as diferentes ordens da sociedade.” (SMITH, 1981, p. 56).

²⁶ “A utilidade, portanto, não é a medida do valor de troca, embora lhe seja absolutamente essencial. Se um bem não fosse de um certo modo útil — em outras palavras, se não pudesse contribuir de alguma maneira para a nossa satisfação —, seria destituído de valor de troca, por mais escasso que pudesse ser, ou fosse qual fosse a quantidade de trabalho necessária para produzi-lo.” (RICARDO, 1996, p. 24).

Smith por este não considerar a produtividade do trabalho nos termos de troca das respectivas mercadorias. Entretanto, diferentemente de Smith que tinha sua investigação orientada às causas e a natureza da riqueza das nações, teve como questão central a análise da distribuição do produto total entre as classes sociais²⁸. Segundo Heilbroner (1996, p. 92):

Ricardo viu os proprietários de terras como únicos beneficiários na organização da sociedade. O trabalhador trabalhava e recebia um salário; o capitalista regia o espetáculo e ganhava os lucros. Mas o proprietário de terras beneficiava-se dos poderes do solo e seu ganho – renda – não era mantido firme pela competição, nem pelo poder aquisitivo da população. De fato, ele ganhava às custas de todos os demais.

Os lucros, segundo esta visão, seriam resíduos, obtidos após a dedução da renda da terra e dos custos de produção, inclusive salários. Além disto, ao contrário de Smith que via na renda da terra apenas o preço do monopólio de sua propriedade privada pelos latifundiários, Ricardo percebia também a existência de uma renda diferencial²⁹, pois, à medida em que avançava a acumulação de capital e o crescimento do montante de salários, terras menos férteis e mais distantes eram incorporadas à produção, com produtividades físicas decrescentes, o que determinaria uma variabilidade na renda paga em função de seus diferentes potenciais produtivos. Esta circunstância, onde rendimentos marginais decrescentes do trabalho aplicado à agricultura tendiam a aviltar o preço dos alimentos e encarecer o salário de subsistência, levaria a contração da lucratividade dos capitalistas³⁰, o que, na

²⁷ “Não é correto, portanto, dizer, como Adam Smith, que, “como o trabalho muitas vezes poderá comprar maior quantidade e outras vezes menor quantidade de bens, o que varia é o valor deles e não o do trabalho que os adquire...”, Mas é correto dizer, como dissera anteriormente Adam Smith, “que a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir diferentes objetos parece ser a única circunstância capaz de oferecer alguma regra para trocá-los uns pelos outros”, ou, em outras palavras, que a quantidade comparativa de mercadorias que o trabalho produzirá é que determina o valor relativo delas, presente ou passado, e não as quantidades comparativas de mercadorias que são entregues ao trabalhador em troca de seu trabalho.” (RICARDO, 1996, p. 27).

²⁸ “O produto da terra — tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital — se divide entre três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo. Em diferentes estágios da sociedade, no entanto, as proporções do produto total da terra destinadas a cada uma dessas classes, sob os nomes de renda, lucro e salário, serão essencialmente diferentes,... Determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política, embora esta ciência tenha progredido muito com as obras de Turgot, Stuart, Smith, Say, Sismondi e outros, eles trouxeram muito pouca informação satisfatória a respeito da trajetória natural da renda, do lucro e do salário.” (RICARDO, 1996, p. 19).

²⁹ “Ao referir à renda do proprietário da terra, nós a consideramos mais uma proporção do produto obtido com determinado capital numa propriedade agrícola determinada, sem nenhuma referência a seu valor de troca. Mas, uma vez que a mesma causa — a dificuldade de produção — eleva o valor de troca do produto agrícola, aumentando também a proporção desse produto paga ao proprietário da terra como renda, é evidente que este último é duplamente beneficiado pela dificuldade da produção. Em primeiro lugar, ele obtém uma parcela maior; em segundo, a mercadoria com que ele é pago tem maior valor.” (RICARDO, 1996, p. 59).

³⁰ “A tendência natural dos lucros, portanto, é diminuir, pois, com o desenvolvimento da sociedade e da riqueza, a quantidade adicional de alimentos requerida se obtém com o sacrifício de mais e mais trabalho.” (RICARDO, 1996, p. 87).

ausência de progresso técnico, tenderia à queda da acumulação e à estagnação econômica (FONSECA, 1996).

Assim, com a construção teórica dos primeiros economistas clássicos, onde foram edificados os princípios filosóficos que permitiam representar o primado das relações capitalistas na construção do progresso e da harmonia social, estavam também sedimentadas as bases para que fosse estabelecida uma ponte entre o liberalismo político e o liberalismo econômico, libertando as forças do capitalismo industrial das amarras feudais e mercantilistas.

Mas como esta associação poderia ser estabelecida? Havia que ser estabelecida uma ponte, revestida de certo ecletismo, pois, segundo Paulani (1999), o liberalismo, conforme proposto por John Locke, ligava-se essencialmente à filosofia dos direitos naturais, sustentando a tolerância política e religiosa. Para tanto, essa representação social partia de uma visão de mundo onde os homens nasceriam livres e racionais, ou seja, enfatizava o enfoque fundamentalmente filosófico e político, ao invés de mercantil.

Já a resposta para a questão da ligação do liberalismo econômico ao político (fundado nas ideias de Locke) partiu da suposição de que os direitos naturais não se restringiriam apenas à vida e à liberdade, mas também ao direito à propriedade de bens materiais, que, mesmo não sendo inato, seria, tanto quanto os outros dois, direito natural (porque legitimado pelo trabalho), e, portanto, anterior à própria sociedade civil. Com esta arquitetura teórica, chegava-se a conclusão de que a sociedade organizada materialmente pelo mercado, seria a única possibilidade de compatibilizar liberdade individual com um resultado social aceitável, mesmo que não-intencional.

A partir disto, com o desdobramento doutrina liberal, na Inglaterra surgiu a escola utilitarista que tinha como fulcro transformar a ética numa ciência positiva do comportamento humano, e, na medida do possível, tão exata quanto a matemática. Na esteira desta abordagem, observou-se um incessante movimento de construção de uma ortodoxia econômica que se propunha a “[...] dar fundamentos científicos à Economia Política [...]”, purificando-a da impregnação política e ideológica que seria característica à abordagem histórica (MAZZUCHELLI, 2003, p. 138). Para tanto, as bases conceituais e metodológicas da Ciência Econômica, passaram a receber uma sistemática produção intelectual alicerçada numa base hipotético-dedutiva, na qual, segundo seus principais pensadores, leis, teorias e predições não necessitavam de aderência à realidade objetiva, pois partiam de uma base filosófica, aos seus olhos irrefutável, fundada na natureza racional, individualista, utilitarista e

mercantil dos seres humanos, ou seja, partia do *homo economicus* (ÁVILA, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2009).

Segundo Hunt (1989, p. 279), à medida que esta metodologia em Economia Política foi se alastrando “[...] surgiu um segmento, entre os profissionais acadêmicos de Economia, que passou a dar muita ênfase ao rigor lógico e matemático de uma teoria, de modo bastante independente de seu conteúdo ou da importância prática de suas conclusões.” Grosso modo, com essa concepção, tanto houve a negação de uma visão de economia instituída por relações de produção e distribuição sujeitas às contradições de interesses entre as classes sociais envolvidas, como houve a afirmação da ideia de que o embate que pessoas racionais, utilitaristas e individualistas travam entre si e com seu meio ambiente para o atendimento de suas necessidades, inevitavelmente, conduz a sociedade a um harmonioso progresso.

Na medida em que este núcleo axiomático foi sendo avalizado pelo *mainstream* da Economia como cientificamente correto, suas leis, método e conclusões também passaram a servir de base normativa para a desqualificação de teorias sociais críticas, pois estas seriam uma evidente heresia ao não reconhecerem o *homo economicus* e seu natural individualismo hedonista como propulsor da felicidade humana em sociedade³¹.

Discorrendo sobre a necessidade de segregar-se a Economia Política de outras disciplinas das ciências sociais, libertando-a de temas normativos ligados à Política e à Ética, Stuart-Mill (2000, p. 86) observou que, “[...] embora a ciência (definida como conjunto de verdades) em si preceda sua definição e compartimentação, seria mais didático e correto que, antes do início de uma investigação científica, fosse enunciado, numa breve formulação, o que é a ciência em questão e no que se difere de outras [...]”³². Ressalte-se que Stuart-Mill

³¹ Segundo Bentham (1823, p. 6, tradução nossa): “A natureza colocou a humanidade sob a governança de dois mestres soberanos, dor e prazer. Sozinhos eles apontam o que podemos fazer e determinam o que devemos fazer; o padrão de certo e errado, e a cadeia de causas e efeitos é presa ao seu trono. Eles nos governam em tudo o que fazemos, tudo o que dizemos, tudo o que pensamos; todo o esforço que fazemos para romper com esta sujeição à dor e ao prazer apenas serve demonstrá-la e confirmá-la. Discursivamente, um homem pode reivindicar a rejeição ao seu domínio, mas na realidade continuará submetido. O princípio da utilidade reconhece essa dependência, e a toma como base daquele sistema que pretende ter o edifício da Felicidade construído pelas mãos da razão e da lei. Sistemas que tentam questioná-lo baseiam-se em audição ao invés de visão, em capricho ao invés de razão, na escuridão ao invés de luz.”

³² “A humanidade não mediu o terreno para o cultivo intelectual antes de começar a plantar; eles não dividiram o campo da investigação humana em compartimentos regulares primeiro, para, então, começar a coletar verdades e aí as depositarem; eles procederam de forma menos sistemática. À medida que as descobertas foram reunidas, uma a uma, ou em grupos, como resultado da contínua investigação de uma linha de pesquisa, as verdades que foram exitosamente obtidas foram coerentemente armazenadas, aglomeradas em função de suas afinidades individuais. Sem qualquer classificação intencional, os fatos se classificaram. Eles se tornaram associados na mente, de acordo com suas semelhanças gerais e óbvias; e os agregados formados, comumente tratados como agregados, passaram a ser denotados por um nome comum. Qualquer corpo de verdades que assim adquiriu uma denominação coletiva, ela chamou de ciência.” (STUART-MILL, 2000, p. 86, tradução nossa).

(2000) empregou esta abordagem com vistas a apartar a economia do campo da moral e da ética, sustentando que a produção de riqueza e sua distribuição social por intermédio de mercados autorregulados resultava da racionalidade dos agentes econômicos, e, como tal, não devia ser questionada por outras disciplinas científicas.

Com isto, competiria à Economia Política não mais do que propor uma representação das leis e teorias abstratas que ligassem os interesses mercantis à máxima eficiência técnica e econômica na alocação dos fatores da produção. Neste contexto, os aspectos políticos e éticos que cercam os padrões de divisão do trabalho e de distribuição do produto social ficavam explicitamente alijados das preocupações da ciência econômica. Demais, também sustentou que que todo e qualquer conhecimento científico devia ser obrigatoriamente enquadrado, ou como componente das ciências físicas, ou como das ciências morais (ou psicológicas). Assegurou, também, que a distinção entre as diversas disciplinas científicas não residiria necessariamente em seu objeto, mas nas leis e fenômenos específicos analisados. Coerente a esta visão, Stuart-Mill (2000, p. 94, tradução nossa) primeiramente enquadrou Economia como sendo “a ciência relativa às leis morais ou psicológicas da produção e distribuição de riqueza” e, buscando maior precisão em sua definição, a conceituou como “a ciência que trata da produção e distribuição de riqueza, naquilo que elas dependem de leis da natureza humana”.

Uma vez redefinido o conceito de Economia Política por Stuart-Mill (2000), este sustentou que, em relação ao seu método e as características de suas proposições, esta ciência teria um caráter abstrato, apriorístico, e suas conclusões, baseadas em hipóteses filosóficas, seriam verdadeiras como deduções gerais e independentes de eventuais “perturbações” a suas leis verificadas em casos concretos. Como elemento central para proposição de suas hipóteses, Stuart-Mill, de forma análoga ao postulado por Bentham (1823), adotou o que denominou “lei da mente³³”, e sustentou que, tanto o desejo de riqueza, como elemento de obtenção de prazer, quanto a aversão ao trabalho, enquanto elemento de sofrimento, explicariam os fenômenos econômicos fundamentais, tais como: a concentração e o investimento de riquezas no aumento da produção e da produtividade; o mercado como instituição natural para a divisão do produto entre os indivíduos, segundo preços competitivamente formados; o emprego do dinheiro e do crédito nas transações mercantis e, ainda, a instituição da proteção à propriedade privada.

Jevons (1996, p. 56), confluindo para a mesma base conceitual, sustentou que:

³³ “A lei da mente, que o homem deseja prover sua subsistência e, conseqüentemente, deseja os meios necessários para tanto.” (STUART-MILL, 2000, p. 93, tradução nossa).

A ciência da Economia, contudo, é de alguma forma peculiar, devido ao fato, indicado por John Stuart Mill e Cairnes, de que conhecemos suas leis fundamentais imediatamente pela intuição..., que toda pessoa escolherá o maior bem aparente; que as necessidades humanas são mais ou menos rapidamente saciáveis; que o trabalho prolongado se torna cada vez mais penoso, são algumas das poucas induções simples a partir das quais podemos continuar a raciocinar dedutivamente com grande confiança. A partir desses axiomas podemos deduzir as leis da oferta e da procura, as leis daquele difícil conceito, o valor, e todos os intrincados resultados do comércio, desde que os dados estejam disponíveis.

Conectado a esta epistemologia, o *homo economicus*, pedra angular da ortodoxia econômica, é então caracterizado como “[...] um ser que deseja a posse de riqueza e que é capaz de julgar a eficácia comparativa dos meios para obter este fim.” (STUART-MILL, 2000, p. 97, tradução nossa). Ademais, também o caracterizou como “[...] um ser determinado, necessariamente por sua natureza, a preferir uma maior porção de riqueza a uma menor [...]” (STUART MILL, 2000, p. 98, tradução nossa). Portanto, a lógica da racionalidade do *homo economicus* tem suas hipóteses, tanto a capacidade de previsão de todas as opções de escolha possíveis, como a certeza de que a decisão tomada maximizará sua utilidade.

Este axioma, que pretende definir o comportamento econômico do homem em sociedade como resultado apenas de seu egoísmo utilitarista, passou a ser assumido pelo *mainstream* como perfeitamente correto, e indulgenciado de contemplar em suas hipóteses outras restrições como história, cultura, valores ou outras instituições que não o mercado. Neste espectro, as normas sociais subjacentes as ações econômicas passaram a ser vistas como “regras do jogo³⁴”, não cabendo seu estudo à Economia Política, mas apenas a análise e predição de fenômenos decorrentes da perseguição da maximização da utilidade pelo *homo economicus*.

Somando-se a esta concepção, Senior também enfatizou a necessidade de a Economia Política segregar³⁵ questões estranhas ao seu apregoado campo de análise, sustentando que o economista deveria se ocupar da análise da riqueza³⁶ e não do bem-estar social. Pregava que, embora a Economia Política pudesse ter condições de auxiliar na solução de questões

³⁴ “[...] a definição das regras do jogo pode definir o limite do comportamento do homem econômico, mas não muda o fato de que o homem econômico sempre será movido pelo interesse próprio. Mesmo o sacrifício é impulsionado pelo interesse próprio. Embora alguns possam argumentar que o conceito não é realista, serviu como uma poderosa ferramenta analítica na economia neoclássica.” (NG; TSENG, 2008, p. 269, tradução nossa).

³⁵ “[...] ao limitar a nossa e a atenção do leitor à Natureza, Produção e Distribuição da Riqueza, devemos produzir uma mais clara, completa e instrutiva abordagem do que se nos permitíssemos desviar para campos mais interessantes e mais importantes, mas muito menos definidos, pelos quais o caminho comparativamente estreito da Economia Política é cercado.” (SENIOR, 1965, p. 2, tradução nossa).

³⁶ “Ciência que trata da Natureza, da Produção, e a Distribuição de Riqueza. Para essa Ciência, damos a nome da Economia Política.” (SENIOR, 1965, p. 1, tradução nossa).

normativas, as investigações, teorizações e previsões desta natureza estariam vinculadas à Ciência da Legislação. Defendia que, procedendo assim, seriam evitados conflitos teóricos, porque temas como bem-estar envolveriam proposições normativas e éticas, e que, após alijá-las de sua investigação, sobrariam somente princípios empíricos claramente estabelecidos da vida econômica, despidos de valores (SBICCA, 2005).

Seguindo esta linha de raciocínio, Jevons (1996) também propôs limites ao campo de análise da Economia³⁷, afirmando que questões políticas, morais ou éticas não deveriam fazer parte de suas preocupações. Segundo sua perspectiva, os princípios advindos da Economia Política seriam realmente elementos necessários na solução de questões normativas³⁸, mas estes princípios não seriam os únicos, nem mesmo os mais importantes para tal, pois estas perguntas estariam sob a égide da Ciência da Legislação, e complementa sustentando que, embora a Legislação possa requerer o conhecimento dos princípios gerais de Economia Política, desta difere no caráter, no assunto, nas premissas e nas conclusões, porque:

O assunto da legislação não é riqueza, mas bem-estar humano. Suas premissas são extraídas de uma variedade infinita de fenômenos, apoiados por evidências de todo grau de força, e autorizando conclusões que merecem todo grau de aprovação, da confiança perfeita à desconfiança. O seu expositor está habilitado, e até mesmo exigido, não apenas para indicar fatos gerais, mas para solicitar a adoção ou rejeição de medidas reais ou planos de ação. (SENIOR, 1965, p. 2, tradução nossa).

Uma vez estabelecida esta base epistemológica para a ciência econômica, que parte de hipóteses abstratas, isentas da necessidade de comprovação, e onde são deduzidas leis e teorias isoladas³⁹ de quaisquer considerações de ordem social, política ou ética, estão também estabelecidas as bases para a construção da ortodoxia econômica acerca da substância e da distribuição da riqueza, ou seja, sua teoria do valor e da distribuição da renda.

Abordando o tema do valor, Senior (1965, p. 6, tradução nossa) parte de sua definição de riqueza em Economia Política, afirmando que ela “[...] compreende todas aquelas coisas, e somente estas coisas, que são trocáveis, que são limitadas em quantidade e que, direta, ou

³⁷ “O prazer e o sofrimento são indiscutivelmente o objeto último do cálculo da Economia. Satisfazer ao máximo as nossas necessidades com o mínimo de esforço- obter o máximo do desejável à custa do mínimo indesejável- ou, em outras palavras, maximizar o prazer, é o problema da Economia. ” (JEVONS, 1996, p. 69).

³⁸ “Até que ponto e em que circunstâncias a posse da riqueza é, em geral, benéfica ou prejudicial para o seu possuidor, ou para a sociedade da qual ele é membro? Qual distribuição de riqueza é mais desejável em cada estado social? Quais são os meios pelos quais qualquer país pode facilitar essa distribuição? ” (SENIOR, 1965, p. 2, tradução nossa).

³⁹ Segundo Stuart-Mill (2000, p. 97, tradução nossa): “A Economia Política não é a ciência da Política Especulativa, mas um ramo dessa ciência. Não trata toda a natureza humana, modificada pelo estado de sociedade, nem de toda a conduta do homem na sociedade. Somente se preocupa com isto naquilo que diz respeito a um ser que deseja possuir riqueza e que é capaz de julgar a eficácia comparativa dos meios para obter esse fim. ”

indiretamente, produzem prazer ou afastam a dor [...] ou usando uma expressão equivalente, tenham valor”, e arremata afirmando que:

Das três qualidades que tornam qualquer coisa um artigo de riqueza, ou, em outras palavras, lhe deem valor, o mais marcante é o poder, direto ou indireto, de produzir prazer, incluindo-se neste todos os tipos de satisfações, ou de prevenir a dor, incluindo-se nesta expressão toda espécie de desconforto. (SENIOR, 1965, p. 6, tradução nossa).

Com a adoção da teoria do valor utilidade, o valor, enquanto categoria analítica, passa a ser descaracterizado como relação social, e é descrito como o resultado de uma relação entre pessoas e coisas⁴⁰, onde as mercadorias não são formas específicas do produto do trabalho, mas são bens que tem seu valor derivado de sua utilidade e escassez⁴¹, ou conforme definido por Menger (1983, p. 283), “[...] o valor é a importância que determinados bens concretos- ou quantidades concretas de bens- adquirem para nós, pelo fato de estarmos conscientes de que só poderemos atender às nossas necessidades na medida em que dispusermos deles.”

Em “Teoria da Economia Política”, Jevons (1996, p. 47, grifo do autor) oferece um bom exemplo desta proposta metodológica, onde a realidade é apresentada como o resultado das ações do *homo economicus* em mercados de bens que possuem seu valor determinado, não pelo trabalho social, mas pela utilidade advinda da posse de diferentes quantidades destes:

A reflexão detida e a pesquisa levaram-me à opinião, de alguma forma inédita, de que *o valor depende inteiramente da utilidade*. As opiniões prevalecentes fazem do trabalho, em vez da utilidade, a origem do valor; e há mesmo aqueles que claramente afirmam que o trabalho é a *causa* do valor. Demonstro, ao contrário, que basta seguirmos cuidadosamente as leis naturais da variação da utilidade, enquanto dependente da quantidade de mercadoria em nosso poder, para que cheguemos a uma teoria satisfatória da troca, da qual as leis convencionais da oferta e da procura são uma consequência necessária. Essa teoria está de acordo com os fatos; e sempre que houver alguma razão aparente para a crença de que o trabalho seja a causa do valor, obteremos uma explicação dessa razão. Verifica-se frequentemente que o trabalho determina o valor, mas apenas de maneira indireta, ao variar o grau de utilidade da mercadoria por meio de um aumento ou limitação da oferta.

A partir do desenvolvimento deste postulado, que propõe que a utilidade sofra variações em função do consumo de novas quantidades de um mesmo bem, Jevons introduziu um novo e importante elemento na construção teórica do *mainstream*, que foi a distinção entre o conceito de utilidade total, advinda do consumo de um bem, e o de grau final de utilidade, que refletiria os ganhos incrementais de utilidade com o consumo de unidades adicionais de

⁴⁰ “Em primeiro lugar, a utilidade, apesar de ser uma qualidade das coisas, não é uma qualidade inerente. Define-se melhor como uma circunstância das coisas que surge da relação destas com as exigências do homem.” (JEVONS, 1996, p. 72).

⁴¹ “Ora, vimos que os bens econômicos são aqueles cuja quantidade disponível é menor que a demanda existente em relação aos mesmos. Portanto, poderíamos também definir a riqueza como a totalidade dos bens disponíveis a um indivíduo que desenvolve atividades econômicas, bens cuja quantidade é inferior à demanda dos mesmos.” (MENGER, 1983, p. 278).

um mesmo bem. Ainda segundo esta perspectiva, a explicação e predição destes ganhos incrementais e, conseqüentemente, os preços e quantidades a eles associados, poderiam ser matematicamente calculados, gerando elementos pretensamente objetivos para a formulação de “teorias científicas” acerca dos principais fenômenos econômicos, conforme advogado por Jevons (1996, p. 48, grifo do autor):

É claro que, se a Economia deve ser, em absoluto, uma ciência, deve ser uma ciência matemática. [...] Muitas pessoas parecem pensar que as ciências físicas formam a esfera adequada do método matemático, e que as ciências morais requerem outro método — não sei qual, contudo, minha teoria de Economia é de caráter puramente matemático. Mais ainda, acreditando que as quantidades com as quais lidamos devem estar sujeitas a variação contínua, não hesito em usar o ramo apropriado da ciência matemática, não obstante envolva a consideração ousada das quantidades infinitesimais. A teoria consiste na aplicação do cálculo diferencial aos conceitos familiares de riqueza, utilidade, valor, procura, oferta, capital, juro, trabalho e todas as outras noções quantitativas pertencentes às operações cotidianas dos negócios [...] Parece-me que *nossa ciência deve ser matemática, simplesmente porque lida com quantidades*. As leis usuais da oferta e da procura tratam inteiramente de quantidades de mercadoria procurada ou oferecida e expressam a maneira pela qual as quantidades variam em conexão com o preço. Em consequência desse fato as leis são matemáticas. Os economistas não podem alterar sua natureza recusando-se a assim denominá-las; seria como, se pudessem tentar alterar a luz vermelha ao denominá-la azul.

Matemática ao invés de história, individualismo ao invés de sociedade, cálculo ao invés de poder, assim as bases para uma “formulação científica” em Economia Política estavam postas. Com isto, uma vez retirados da categoria valor, tanto seus atributos de construção social, como sua distinção em relação a categoria preço, reduzindo-o a uma escala de utilidade subjetiva de indivíduos atomizados, estavam dados os elementos necessários para a formulação de uma teoria da distribuição da renda que não partia das relações de poder entre as classes envolvidas na produção da riqueza da sociedade, mas que fosse fruto dos preços obtidos pelos indivíduos na venda de seus bens nos diferentes mercados⁴².

Nesta abordagem, onde desaparecem as contradições que envolvem capitalistas e trabalhadores na produção e na apropriação do produto do trabalho, e que, segundo Jevons (1996, p. 58), poderia ser configurada como a “[...] teoria da mecânica da utilidade e do interesse individual [...]”, “agentes econômicos” visam, por intermédio do consumo, ou da obtenção de lucro, a satisfação de suas necessidades a partir de uma racionalidade orientada

⁴² “As leis pelas quais as trocas são reguladas podem ser divididas em dois grandes ramos. Um compreende as leis que se aplicam em geral a todas as trocas; o outro se aplica especificamente aos respectivos tipos de trocas em que os proprietários dos diferentes Instrumentos Produtivos trocam especificamente entre si o Produto desses Instrumentos. Ao tratar daquele, devemos considerar as leis gerais que regulam a troca; ao tratar do último, as proporções relativas nas quais as diferentes classes da comunidade se beneficiam com essas leis. As coisas trocadas serão principal assunto da primeira, e da segunda as proporções devidas destes bens.” (SENIOR, 1965, p. 88-89, tradução nossa).

para a maximização da sua utilidade com o menor esforço possível⁴³. As trocas mercantis, vistas sob este ângulo, se constituem num elemento de progresso social, pois aliam o atendimento das necessidades dos diferentes membros da sociedade a uma redução do esforço necessário à sua obtenção, conforme advogado por Jevons (1996, p. 51):

A troca é um processo tão importante na maximização da utilidade e na economia de trabalho que alguns economistas consideram sua ciência como se ela tratasse unicamente dessa operação. A utilidade provém dos bens que entram na posse de quem deles necessita em quantidades adequadas; e é pela troca, mais do que por qualquer outro meio, que isso se dá.

Assim, segundo este prisma, que tem nas suas proposições “científicas” um importante elemento de dominação ideológica, o estudo das ações econômicas das pessoas em sociedade passou a concentrar seu interesse unicamente na lógica de funcionamento de mercados, onde, dada a tendência a uma pretensa especialização produtiva⁴⁴, os indivíduos buscam através da troca maximizar sua utilidade, dada a escassez de recursos em face as suas ilimitadas necessidades (BRESSER-PEREIRA, 2009; MAZZUCHELLI, 2003).

A construção teórica da ortodoxia econômica, portanto, vê a sociedade como uma sociedade de mercado, guiada pela racionalidade do *homo economicus*, que busca, não o interesse de seu grupo social, mas o atendimento da maior satisfação possível de seus interesses individuais. Numa organização social desta natureza, a instituição mercado e a instituição da propriedade privada determinam os valores que devem regular a sociedade em geral, e não o contrário, conforme a doutrina professada por Menger (1983, p. 270-271):

[...] em uma sociedade na qual a quantidade disponível de certos bens é inferior à demanda dos mesmos, é impossível [...] que se consiga atender totalmente às necessidades pertinentes de todos os indivíduos que compõem a referida sociedade; é absolutamente certo que, em tal situação, parte dos indivíduos da sociedade verá suas necessidades desatendidas, ou atendidas parcialmente. É aí então que entra em jogo o instinto egoístico do homem; nesse caso em que a quantidade disponível não é suficiente para todos, cada indivíduo se empenhará em atender, da maneira mais completa possível, sua própria necessidade, com exclusão dos outros. Qualquer que seja o reparte dos bens que se colocam nas relações acima referidas, a demanda de parte dos membros da sociedade não será coberta, ou será apenas em parte, de modo que esses indivíduos terão um interesse que, com referência à quantidade parcial de bens disponível, é diametralmente oposto ao interesse daqueles indivíduos que já se apropriaram dessa parcela de bens. Com isso surge a necessidade de uma providência -que a sociedade assegure proteção da lei aos indivíduos que conseguiram apossar-se legitimamente da referida parcela de bens, contra os ataques

⁴³ Nesta formulação, recorrentemente presente na ortodoxia econômica, o *homo economicus*, tem sua tendência hedonista e sua aversão ao trabalho reforçadas, conforme pode ser observado na definição de trabalho proposta por Jevons (1996, p. 145): “O trabalho é o esforço penoso a que nos submetemos para evitar sofrimentos de maior intensidade, ou para obter prazeres que deixam um saldo positivo a nosso favor.”

⁴⁴ “Mas em geral o efeito do comércio e da divisão do trabalho é fazer o homem achar mais vantajoso executar apenas um ofício; e apresento as fórmulas como se aplicaríamos a um indivíduo, apenas porque elas são, no aspecto geral, idênticas às que se aplicam a uma nação inteira.” (JEVONS, 1996, p. 153).

dos demais indivíduos. Chegamos assim à origem econômica de nossa ordem jurídica atual: a proteção à propriedade, que constitui o fundamento da propriedade.

A racionalidade do *homo economicus*, conforme proposto por esta corrente de pensamento, coloca a satisfação do consumo privado e individual no centro de seu processo decisório, e, a partir disto, também assume sua capacidade de prever suas necessidades futuras, bem como os meios e processos adequados para obtê-los de forma mais completa e eficaz⁴⁵. Conectada a esta hipótese, o conceito de capital é, então, descrito como um conjunto de bens, que subtraídos do consumo presente e alvo da criatividade humana, convertem-se em meios de produção, que, tanto, reduzem a desutilidade do trabalho, quanto alargam em qualidade, quantidade e previsibilidade a oferta futura de bens de consumo⁴⁶. Ou seja, capital assume um aspecto sacro, pois parte do sacrifício individual e destina-se a reduzir os sofrimentos e aumentar o bem-estar social.

Portanto, com esta formulação, a corrente marginalista⁴⁷, como até aqui exposto, não apenas restringiu o conceito de capital a um conjunto de coisas, mas também o exaltou como elemento de emancipação dos homens frente a penosidade do trabalho. Além disto, passou a lhe creditar a viabilidade do progresso material, na medida em que é visto como provedor dos meios de vida dos assalariados, conforme pode ser observado em Jevons (1996, p. 180, grifo do autor):

O capital, como eu o concebo, consiste apenas no *conjunto daqueles bens que são necessários para sustentar os trabalhadores de qualquer tipo ou classe ocupados no trabalho*. Um estoque de comida é o elemento principal do capital, mas suprimentos de roupas, mobília e todos os outros artigos de uso diário são também partes necessárias do capital. Os *meios correntes de sustento constituem o capital na sua forma livre ou não investida*. A função única e fundamental do capital é possibilitar ao trabalhador esperar o resultado de qualquer trabalho de longa duração — estabelecer um intervalo entre o início e o fim de um empreendimento. Podemos, devido à grande ajuda do capital, não só construir obras de porte que de outro modo seriam impossíveis como também facilitar muito mais a produção de artigos que seriam muito dispendiosos em trabalho.

⁴⁵ “Em resumo, a demanda de bens de consumo constitui uma grandeza cuja determinação quantitativa para o futuro, em princípio, não encontra obstáculo; é uma grandeza que, em sua atuação prática, os homens efetivamente levam em consideração no planejamento para o futuro, procurando sempre atingir, na previsão, o grau de precisão possível e ao mesmo tempo suficiente para o correto atendimento de suas necessidades futuras.” (MENGER, 1983, p. 263).

⁴⁶ “Na verdade, entende-se por capital apenas aquelas quantidades de bens econômicos de que, no momento, dispomos em função de períodos futuros [...]” (MENGER, 1983, p. 310).

⁴⁷ Corrente de pensamento econômico, alicerçada nas obras de William Stanley Jevons (1835-1882), Carl Menger (1840-1921) e Léon Walras (1834-1910), que propunha uma “teoria econômica pura” desvinculada das questões históricas e políticas, tendo como principais características: a) ter seu núcleo de análise centrado na eficiência alocativa dos fatores da produção e não no crescimento econômico; b) não considerar as classes sociais em suas análises e sim atores abstratos; c) privilegiar o lado da demanda e do comportamento do consumidor; d) derivar a teoria do valor da noção de utilidade; e) buscar uma formulação matemática para suas teorias (FEIJÓ, 1998).

Esta concepção de capital, portanto, nem remotamente o associa à indução de condições penosas e precárias de existência aos trabalhadores, bem como não o contrapõe aos salários na distribuição do produto, senão que, ao contrário, projeta-o como algo que tende a aumentar a renda dos trabalhadores, o que, em face a sua “natural” aversão ao trabalho, lhes permite reduzir suas jornadas de trabalho.

De outra parte, com a aplicação dos conceitos de incrementos marginais ao trabalho, a teoria ortodoxa assume que a utilidade total do trabalho é crescente, porém a taxas decrescentes, e, associado a isto, advogam que a pretensa desutilidade marginal do trabalho, mesmo que decrescente nas primeiras horas, será crescente à medida que a jornada se estender além de um determinado limite, o que reforçaria a tendência de as pessoas procurarem o ócio. Assim, o indivíduo irá trabalhar até o ponto em que a utilidade marginal do produto do trabalho encontrar seu equilíbrio com a desutilidade marginal do trabalho desta mesma unidade de tempo⁴⁸, e os salários, de forma análoga ao apregoado para os demais fatores da produção, corresponderiam a contribuição marginal que proporcionam ao produto total. A lógica desta formulação conduz, por seu turno, a questão da distribuição social do produto a um mero cálculo de diferenças entre ganhos e custos marginais. Neste sentido, Jevons (1996, p. 207-208), ao analisar o tema da distribuição da renda, sustenta que “[...] o salário de um trabalhador coincide, em última instância, com o que ele produz, após deduzir-se a renda, as taxas e os juros do capital.”, e apregoa que “[...] a competição para se obter trabalhadores qualificados tenderá em larga escala a assegurar a estes últimos toda a sua parte devida do produto final.”

As virtudes da produção e da concorrência próprias do capitalismo, portanto, teriam o condão de assegurar eficiência alocativa e distributiva, não devendo, por isto, ter suas forças intrínsecas perturbadas em seu livre funcionamento, como, por exemplo, com a fixação de aumentos reais nos salários acima de uma taxa natural, pois isto, afora comprometer a viabilidade econômica dos empreendimentos, à longo prazo se voltaria contra os próprios trabalhadores.

Conforme Menger (1983, p. 318-319):

O fato de o preço da mão-de-obra, bem como o da utilização de terras, não poder, sem grande violência, ser reduzido ao preço de custo da produção levou, nessa

⁴⁸ “Encontra-se prova de efeito semelhante na tendência geral a reduzir as horas de trabalho nos dias de hoje, devido à melhora dos salários reais desfrutada pelos empregados das usinas e fábricas. Os artesãos, operários e outros parecem preferir em geral maior ócio do que maior fortuna, provando assim que o sofrimento do trabalho varia tão rapidamente a ponto de sobrepujar com facilidade o ganho de utilidade. A mesma regra parece se aplicar a todos os empregos comerciais. Quanto mais rico um homem se torna, menos ele se devota aos negócios.” (JEVONS, 1996, p. 153).

categoria, ao estabelecimento de princípios especiais. Alega-se que o trabalho mais comum deve ser, para o trabalhador, a fonte de manutenção de toda sua família, pois, do contrário, tais serviços não poderiam ser prestados à sociedade em caráter permanente; ora, o trabalho não pode proporcionar ao trabalhador muito mais que os meios de subsistência, do contrário ocorreria um aumento do número de trabalhadores, aumento esse que, por sua vez, haveria de empurrar o preço dessa mão-de-obra novamente para baixo. O mínimo para a subsistência no sentido supra seria, portanto, o princípio pelo qual se determinaria o preço do trabalho mais comum, ao passo que o preço mais elevado dos demais serviços seria devido a empregos de capital, etc.

Assim, esta ideia de progresso e de harmonia entre interesses individuais e sociais, que somente o capitalismo seria capaz de oferecer, não deveria ser alvo de questionamentos quanto a distribuição da renda entre os agentes econômicos envolvidos no processo de produção e circulação da riqueza. Ademais, qualquer questionamento a esta ordem natural e progressista representaria uma afronta ao bom senso e a natureza das instituições, conforme Menger (1983, p. 316):

Uma das indagações mais estranhas e que se transformou em debate científico foi decidir se a renda da terra e o lucro são justificados de um ponto de vista ético ou se são ‘imorais’ [...] Onde quer que os serviços da terra ou do capital tenham um preço, este preço será sempre uma consequência do seu valor, e seu valor para os homens não resulta de julgamentos arbitrários, mas é uma consequência necessária de sua natureza econômica. Os preços destes bens (os serviços da terra e do capital) são, portanto, o produto necessário da situação econômica em que eles surgem, e serão obtidos mais seguramente quanto mais desenvolvido for o sistema jurídico de um povo e quanto mais elevada for a moral pública. Para quem tem natureza filantrópica, poderá parecer estranho que dispor de terras ou de capital não raro possa proporcionar a seu proprietário, dentro de certo período, renda mais alta que aquela que, no mesmo período, pode ser conseguida por um trabalhador que empenha todas as suas forças em atividade contínua. Entretanto, a razão disso não é imoral; reside simplesmente no fato de que, nos citados casos, da utilização fundiária ou da utilização do capital, depende o atendimento de necessidades humanas mais importantes que as necessidades cujo atendimento depende da atividade do simples trabalhador.

Portanto, nesta visão de uma economia submetida a uma crônica escassez de recursos para o atendimento das recorrentemente crescentes necessidades de indivíduos racionais, hedonistas e egoístas, ao invés da investigação das relações de poder envolvidas na apropriação privada dos meios de produção, na divisão social do trabalho, ou na distribuição da riqueza, a ortodoxia econômica passou a propor um corpo teórico⁴⁹ assentado em elucubrações abstratas

⁴⁹ “A filosofia social erigida sobre esses alicerces foi tão radical quanto fantasiosa. Em certo sentido, atomizar a sociedade e fazer de cada indivíduo um átomo que se comporta de acordo com os princípios do racionalismo econômico situa toda a vida humana, com toda sua profundidade e sua riqueza, no quadro de referência do mercado. É claro que isso não pode ser alcançado – os indivíduos têm personalidade, e a sociedade tem história. A personalidade viceja na experiência e na educação; a ação implica paixão e risco; a vida fé e convicção; a história é luta e derrota, vitória e redenção. Para preencher essa lacuna, o racionalismo econômico introduziu a harmonia e o conflito como modalidades de relações ente indivíduos. Os conflitos e as alianças desses átomos egoístas, que formaram nações e classes, passaram então a responder pela história social e universal.” (POLANYI, 2012b, p. 57-58).

acerca da eficiência alocativa dos fatores da produção, ou das proporções ótimas entre consumo presente e consumo futuro, ou ainda da identificação da adequada distribuição do tempo entre trabalho e lazer (MAZZUCHELLI, 2003).

Deve-se, portanto, enfatizar que, segundo a abordagem marginalista, a concepção de comportamento racional diz respeito exclusivamente ao eficiente uso dos meios para alcançar determinados fins, independentemente de sua natureza⁵⁰. Ou seja, o comportamento racional, individualista por natureza e eficaz por princípio, sempre será orientado pela obtenção da máxima utilidade, independe de que os fins contidos no conceito de utilidade “[...] sejam definidos como busca de prazer, satisfação de desejos, atendimento de necessidades, ou simplesmente como preferências.” (AUGUSTO, 2014, p. 14).

A construção teórica daí resultante, entretanto, diferentemente de sua alegada neutralidade e positividade, é revestida de um forte caráter normativo, pois, assumindo que os seres humanos têm sua racionalidade assentada no utilitarismo e que isto os impele à incessante produção e troca mercantil, o resultado é uma apologia à reprodução e expansão da sociedade capitalista, bem como a sua exaltada eficiência alocativa (produção de um resultado máximo com um mínimo de meios). Segundo esta perspectiva, independentemente das condições sociais objetivas em que se opera a divisão do trabalho e a distribuição da renda, os proprietários dos meios de produção não têm outra possibilidade racional de ação que não seja a obtenção do maior lucro possível, pois disto depende a continuidade de seu empreendimento, o que, por extensão, significa a continuidade da oferta de bens úteis à sociedade, bem como a oferta de empregos aos trabalhadores (AUGUSTO, 2014).

Dentro desta abordagem destituída de história e esvaziada dos temas da vida real, como as desigualdades sociais, os conflitos e as crises, a Economia Política se concentra, basicamente, na formulação de modelos de sistemas de mercados concorrenciais, nos quais as decisões de agentes econômicos racionais e competitivos, necessariamente, conduzem a economia a uma alocação ótima dos, hipoteticamente escassos, fatores da produção (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Pode-se, portanto, arguir que a teoria econômica desenvolvida pela escola marginalista, tem em seu cerne a proposição de leis que sustentam um nexos causal entre racionalidade humana e eficiência (puramente quantitativa) da produção capitalista, solidificando, assim, uma visão de realidade que, além de justificar a estrutura de classes e a instituição da propriedade privada dos meios de produção, também constrói valores morais que geram um “dever-ser” ontologicamente

⁵⁰ “Os economistas não estão interessados nos fins em si. Ele está interessado (sic) no modo como a obtenção desses fins é limitada.” (ROBBINS, 1945 apud AUGUSTO, 2014, p. 14).

alinhado com a reprodução deste sistema econômico, desta forma igualando o *homo economicus* ao homem real e a sociedade econômica à sociedade real (AUGUSTO, 2014; POLANYI, 2012b). Esta construção teórica, por seu turno, também pode ser vista como componente do arsenal filosófico erigido para legitimar o projeto de sociedade capitalista, independentemente da conjuntura factual em termos de distribuição de renda, divisão e penosidade do trabalho, ou condições de vida da população não detentora de capital, conforme enunciado por Marx e Engels (1980, p. 56):

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante Marx.

O desenvolvimento da ciência econômica, portanto, se deu objetivamente em meio ao processo de disputa ideológica e política acerca da concepção de sociedade e, especialmente, de progresso, entendido como sinônimo de mudança social universal emancipadora dos seres humanos de condições precárias de existência. Assim, dada a centralidade das questões econômicas para esta questão, a discussão acerca de sua dinâmica e consequências mostrou uma tendência a uma polarização entre os que pregam a manutenção do *status quo* e os que pregam sua superação, conforme Herrera (2001, p. 10):

[...] a clivagem mais profunda localizável no seio da ‘comunidade científica’ (fictícia) dos economistas separa, em última análise, partidários e adversários do capitalismo. Aqueles que por uma razão não efetuam sua crítica contra a ordem social, pois eles acreditam que o sistema pode ser corrigido, e aqueles que se engajam em uma crítica radical rejeitando a ideia de regulação de um capitalismo civilizado.

Contraopondo-se a ideologia capitalista, Marx, ao analisar, tanto, a abordagem dos clássicos que o precederam, quanto a da corrente utilitarista, a qual denominou de economia vulgar, negou a premissa de uma natureza humana orientada por uma razão individualista e hedonista, sustentando que a consciência das pessoas é condicionada pelas relações sociais e não o contrário e, sobretudo, sua ideologia está intimamente vinculada com as formas objetivas de produção de sua vida material⁵¹. Segundo sua visão, o estudo da riqueza, e da sua distribuição

⁵¹ “O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.” (MARX, 2008, prefácio).

entre as classes envolvidas em sua produção social, deveria contemplar os elementos históricos, culturais e políticos que envolvem estes fenômenos. Para tanto, ao invés de um método hipotético dedutivo, apenas sustentado em lógica formal, empregou o materialismo dialético, ou seja, sustentou suas leis e teorias em abstrações elaboradas a partir dos elementos centrais da realidade, mas que sofreram para sua validação um movimento de consistência à luz dos fatos sociais (FONSECA, 1989). Nesta perspectiva, a construção teórica de Marx em *Economia Política* centrou-se nas leis de movimento da economia capitalista e contemplou o estudo do capital, da propriedade do solo, do trabalho assalariado, do Estado, do comércio exterior e do mercado mundial. Segundo sua metodologia, o estudo das três primeiras categorias de análise visava a investigação das “[...] condições econômicas de vida de três grandes classes em que se divide a moderna sociedade burguesa” (MARX, 2008, prefácio), o que uma vez obtido permitia a compreensão das interligações entre estas e as três últimas categorias estudadas. Assim, partindo da análise da mercadoria, compreendendo-a como objeto socialmente construído e historicamente situado, Marx reinterpretou e redefiniu as categorias analíticas valor e capital, sustentando que o trabalho social, tanto agrega utilidade, como confere valor (de troca) às mercadorias, e que capital, ao invés de ser um conjunto de coisas, é uma dinâmica de geração e apropriação privada do excedente econômico⁵².

Assim, uma vez arguida a condição sócio histórica da mercadoria, bem como a distinção entre valor de uso e valor (de troca) que esta encerra, também a concepção de capital foi reformulada em relação ao que propunham, tanto, Smith, quanto Ricardo que viam no capital um conjunto de coisas que, originárias da parcimônia de algumas pessoas, permitiam a coordenação, redução da penosidade e aumento da eficiência na produção da riqueza. Para Marx, capital não pode ser corretamente compreendido simplesmente igualando-o aos objetos em que, ciclicamente, se materializa, senão que deve ser entendido como um processo intencional de autovalorização, comandado pela classe burguesa, e que tem na produção de mercadorias um elo vital.

Conforme descrito em *O Capital*:

A transformação de uma soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento pelo qual passa um quantum de valor que deve funcionar como capital. Ela tem lugar no mercado, na esfera de circulação. A segunda fase do movimento, o processo de produção, está encerrada tão logo os meios de produção estejam transformados em mercadorias cujo valor supera o valor de seus componentes, portanto, que contenha o capital originalmente adiantado mais uma mais-valia. Essas

⁵² “Ao dizer que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho incorporado ou cristalizado nela, queremos referir-nos à quantidade de trabalho necessário para produzir essa mercadoria num dado estado social e sob determinadas condições sociais médias de produção, com uma dada intensidade social média e com uma destreza média no trabalho que se emprega.” (MARX, 1996, p. 94).

mercadorias a seguir têm de ser lançadas de novo à esfera da circulação. Trata-se de vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, transformar esse dinheiro novamente em capital, e assim sempre de novo. (MARX, 1996, p. 197).

Seguindo seu desenvolvimento teórico, Marx também superou a concepção de Ricardo acerca do valor adicionado na produção capitalista, restrita por este último ao grau de fixidez do capital⁵³, compreendendo-o em função da composição de seu valor. Com isso, a questão se desloca para a capacidade de geração de valor e excedente que os elementos componentes do capital produtivo possuem, e os categoriza em capital variável (força de trabalho), que é a fonte do excedente econômico, e capital constante (meios de produção), que não mais do que transfere seu valor aos produtos. Com isto, e combinando circulação com consumo produtivo dos valores-capital, redefiniu a teoria do valor trabalho e a própria concepção de capital, identificando como este e o excedente são produzidos simultaneamente:

O valor de uma mercadoria se determina pela quantidade total de trabalho que encerra. Mas uma parte dessa quantidade de trabalho representa um valor pelo qual se pagou um equivalente em forma de salários; outra parte se materializa num valor pelo qual nenhum equivalente foi pago. Uma parte do trabalho incluído na mercadoria é trabalho remunerado; a outra parte, trabalho não remunerado. Logo, quando o capitalista vende a mercadoria pelo seu valor, isto é, como cristalização da quantidade total de trabalho nela invertido, o capitalista deve forçosamente vendê-la com lucro. Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja custado o trabalho do seu operário. O custo da mercadoria para o capitalista e o custo real da mercadoria são coisas inteiramente distintas. Repito, pois, que lucros normais e médios se obtêm vendendo as mercadorias não acima do que valem e sim pelo seu verdadeiro valor. (MARX, 1996, p. 104).

Segundo esta perspectiva, a propriedade privada dos meios de produção não é um direito natural, como advogavam os iluministas, mas uma instituição social que condiciona os trabalhadores deles alijados à circunstância de venderem sua força de trabalho como uma mercadoria qualquer, recebendo em troca um salário e não o produto líquido do seu trabalho. Além disto, Marx não parte da suposição de um preço natural, composto pelo custo dos fatores da produção e pelas subdivisões do excedente, mas supõe que qualquer unidade de valor produzida nos ciclos do capital contém, tanto, o trabalho necessário, quanto o trabalho excedente, sendo este excedente- a mais-valia, apropriado privadamente pelos capitalistas, e, após, subdividido com capitais rentistas.

A abordagem proposta por Marx, diferentemente de Ricardo que buscou maior clareza sobre as relações entre produtividade do trabalho, renda fundiária e acumulação do capital, teve foco nas contradições entre proprietários e não proprietários de meios de produção, ou seja,

⁵³ “Dependendo da rapidez com que pereça, e a frequência com que precise ser reproduzido, ou segundo a lentidão com que se consome, o capital é classificado como capital circulante ou fixo.” (RICARDO, 1996, p. 36).

capitalistas e trabalhadores assalariados. Além disto, ao contrário do apreço pelos demais economistas clássicos que associavam a ideia de progresso ao *laissez-faire* da economia capitalista, sustentou que o movimento dinâmico da acumulação capitalista, com as contradições envolvidas entre a produção social do valor e a apropriação privada do excedente econômico, constituiria uma tendência a uma progressiva produção de uma superpopulação relativa, supérflua para a acumulação do capital, marginalizada socialmente e alijada das mínimas condições de uma vida digna, conforme ele enunciou naquilo que chamou de “lei geral da acumulação capitalista”:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista. (MARX, 1996, p. 274).

Em sua obra, Marx faz uma crítica não apenas lógico-gnosiológica, isto é, voltada para a investigação das condições de validade das teorias sob análise, mas também uma crítica ontológica, voltada para a investigação dos pressupostos reais das teorias (MONFARDINI, 2016). Nesta perspectiva, a investigação crítica desenvolvida por Marx (1996) não se restringiu a teorias da sociedade, mas contemplou a análise concreta de suas estruturas e das circunstâncias que as levam a requerer ideias distorcidas, ou fetiches a seu respeito, como estaria ocorrendo durante a consolidação do capitalismo industrial, período em que a representação social disputada pelos setores dominantes da sociedade alinhava-se à apologia do *homo economicus* e da natural supremacia do mercado como instituição capaz de conduzir os seres humanos ao progresso e ao bem-estar. Com isto, à medida que as instituições e a ideologia capitalista foram se arraigando nas sociedades, foi sendo aceita, hegemonicamente, a ideia de que os incentivos nos quais repousa a organização da vida cotidiana são inexoravelmente de ordem material e, com isto, o *homo economicus* passou a representar o homem real. Porém, analisando-se a história das sociedades humanas, pode-se perceber outra realidade, aderente às críticas formuladas por Marx, pois, até a modernidade, a produção e a distribuição dos meios necessários à vida sempre estiveram enraizadas, ou imersas, em valores e relações sociais de natureza não mercantil, situação em que a economia se constituía em um meio ao atingimento de outros fins, conforme descrito em Polanyi (2012a, p. 48):

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza seus bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos.

Polanyi (2012b) denomina de “falácia economicista” a visão de Economia que resume toda a história da subsistência humana às condições econômicas peculiares a modernidade e ao capitalismo. Para esse autor, proceder desta forma é analisar a economia apenas em seu aspecto formal, que diz respeito a eficiência no emprego de meios escassos frente a múltiplos fins. Esta abordagem, por seu turno, passou a compor um núcleo ideológico favorável as transformações institucionais que acompanhavam o desenvolvimento capitalista. Neste cenário, as desigualdades nas condições de vida, no trabalho e na distribuição da renda entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores assalariados, são apresentadas como aspectos transitórios. Assim, à medida que esta estrutura socioeconômica foi se consolidando, a subsistência humana passou crescentemente a ser dependente de leis e instituições próprias das economias de mercado, e o mecanismo de oferta-procura-preço, operando fora das regulações éticas ou morais da sociedade, passou a organizar a produção e a distribuição dos meios de vida:

A ficção mercantil pôs o destino do ser humano e da natureza nas mãos de um autômato que operava em seus próprios circuitos e era regido por suas próprias leis. Este instrumento de bem-estar material era controlado tão somente pelos incentivos da fome e dos ganhos – para ser mais exato, pelo medo de carecer das necessidades da vida e pela expectativa de lucro. Desde que os despossuídos pudessem satisfazer a necessidade de alimentos vendendo seu trabalho no mercado, e desde que os proprietários pudessem comprar por preços mais baratos e vender mais caro, o moinho cego produzia cada vez mais mercadorias em benefício da espécie humana. O medo da fome no trabalhador e a atração do lucro no empregador mantinham o vasto mecanismo em funcionamento. (POLANYI, 2012b, p. 52).

Assim, se adotada a linha de raciocínio de Polanyi (2012a, 2012b) ao buscar-se a compreensão do objeto da economia para além de seu sentido formal, contemplando-se seu aspecto substantivo, deve-se vê-la como um processo instituído, em que os seres humanos se relacionam entre si e com o seu ambiente natural para o atendimento de suas necessidades de sobrevivência. Segundo esta perspectiva de análise, não seria correto assumir-se o determinismo econômico como uma lei geral de todas as sociedades humanas, mas sim aderente aos marcos do capitalismo. Pois, ao longo da história, os seres humanos têm se valido, de diferentes formas institucionais de integração da economia na sociedade⁵⁴: domesticidade, reciprocidade,

⁵⁴ De uma maneira geral, a domesticidade é uma forma institucional de organização da economia que vem acompanhando os seres humanos desde seus primórdios e, mesmo em sociedades modernas, a produção para o consumo do núcleo familiar ou étnico, mostra-se presente, ainda que, normalmente, de forma marginal. Da mesma forma, a reciprocidade, com seu preceito de simetria de direitos e obrigações (dádivas e contra

redistribuição e troca, e, até a modernidade, com o advento da hegemonia do mercado como forma institucional de integração da economia, a subsistência das pessoas e a manutenção de seu ambiente constituíam raízes culturais que orientavam a atividade econômica das sociedades (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; POLANYI, 2012a, 2012b).

Polanyi (2012a), analisando as tendências cíclicas na acumulação do capital, sustenta que a ideia de uma economia integrada à sociedade unicamente por intermédio de mercados autorregulados pelo mecanismo de oferta-demanda-preços independentes de valores éticos e morais se constitui numa “rematada utopia”, pois, relegadas unicamente às forças *assimétricas* de mercado, as bases de equilíbrio político e ambiental da sociedade tendem a ruir e, em face a estas tensões, o Estado e a sociedade sempre são instados a desenvolver instituições que a protejam do capitalismo liberal.

Desta forma, segundo o ângulo de análise proposto por Polanyi, para que se tenha uma compreensão aderente à dinâmica econômica, esta tem que ser compreendida como um processo que envolve agências individuais interligadas com instituições, que conectam os indivíduos de maneira regular e estável em processos sociais mais amplos do que simples escolhas isoladas, conforme conclui Hespanha (2009, p. 50):

[...] as correntes institucionalistas ... reconhecem que o cálculo perfeito, a racionalidade autossuficiente, os modelos cognitivos puros não existem. A economia é impura no sentido em que a sua racionalidade é limitada pelas ‘instituições, modos de pensar e de agir que os homens criaram para enfrentar a incerteza e o inesperado’.

Laville (2014), adotando também uma metodologia de análise institucionalista, argumenta que, embora o capitalismo seja hegemônico e sua instituição de integração social da economia seja, por excelência, o mercado não há uma pureza institucional, pois, permanentemente, a sociedade encontra-se em (re) construção, e muitas de suas instituições coexistem com formas pré-modernas, que, à medida em que se mostram compatíveis com as motivações de seus agentes, não perdem sua estabilidade.

Também se contrapondo a idealização de mercados autorregulados, Granovetter (1973, 2007) propõe uma abordagem alternativa a de Polanyi, que, segundo sua visão, vê a realidade com possibilidades dicotômicas entre economias sub ou supersocializadas, guiadas respectivamente pelo utilitarismo individualista ou pelo altruísmo social. Neste sentido, argumenta que o nível de imersão, ou enraizamento, do comportamento econômico é mais baixo em sociedades não reguladas pelo mercado do que o sustentado pelos substantivistas, e, mesmo no capitalismo, persistem relações de troca não mercantis.

dávivas), também ainda se mostra presente, bem como a redistribuição, onde os governos assumem a função de centralização e posterior redistribuição de parte da riqueza social.

Buscando uma teorização sobre a racionalidade dos agentes econômicos, Granovetter (1973, 2007), sustenta que o comportamento dos atores nos mercados é influenciado por questões que vão além das relações de preço/quantidade, ou custo/benefício. Em sua metodologia de análise, o autor defende uma conexão entre fatores econômicos e não econômicos mediados pela interação social entre os sujeitos que tecem uma rede de contatos. Nestas circunstâncias, não haveria espaço para a aludida impessoalidade dos mercados, autorregulados em torno de preços e quantidades, senão que os atores interagiriam nos mercados buscando minimizar seus custos de transação, valendo-se, para tanto, de redes de relações interpessoais que agregam confiança às trocas mercantis, reduzindo os riscos de comportamentos oportunistas ou de má-fé:

Melhor que a afirmação de que alguém é conhecido pela sua honestidade é a informação de um informante confiável que já lidou com esse indivíduo e o considerou honesto. Ainda melhor é a informação das próprias transações que foram feitas com essa pessoa no passado. Esta última informação é melhor por quatro razões: (1) é barata; (2) uma pessoa confia mais na informação que colheu pessoalmente – ela é mais rica, mais detalhada, e sabe-se que é precisa; (3) os indivíduos com os quais se tem uma relação duradoura têm uma motivação econômica para ser dignos de confiança, para não desencorajar transações futuras; e (4) diferentemente de motivos puramente econômicos, as relações econômicas contínuas tendem a revestir-se de conteúdo social carregado de grandes expectativas de confiança e abstenção de oportunismo. (GRANOVETTER, 2007, p. 12).

Portanto, segundo a concepção de Granovetter (2007), as sociedades ditas tradicionais não teriam tido suas economias tão enraizadas como o suposto, pois nelas coexistiu uma moral econômica, uma racionalidade mercantil que fundamentava parte da organização da produção social. As sociedades modernas, por seu turno, não são plenamente desenraizadas, pois ainda persistem formas de integração não mercantis da economia na sociedade e, mesmo nos mercados, o comportamento individual é influenciado pela rede de relações sociais dos atores, o que exige, para a compreensão da ação econômica, que esta seja vista conectada a uma rede de interações sociais. Nesta abordagem, Granovetter traz à crítica a perspectiva subsocializada presente no individualismo sociológico da teoria da escolha racional, segundo a qual cada indivíduo escolhe racionalmente segundo suas preferências fixas e exógenas, agindo à revelia do que se passa em seu meio social. Por outro lado, critica também a perspectiva supersocializada, que restringe o comportamento dos indivíduos às influências das disposições culturais, morais e éticas. Em sua análise, Granovetter (2007, p. 9), sustenta que ambas as perspectivas atomizam os sujeitos, pois, nem, o indivíduo é um “tolo racional”, nem, é simplesmente determinado pelas estruturas sociais:

[...] os atores não comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categoriais sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas

tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais.

Segundo esta perspectiva, a compreensão do comportamento dos indivíduos está ligada à racionalidade a partir da qual eles se movimentam, e, para tanto, deve-se decifrar as teias de relações sociais constitutivas das formas de sociabilidade humana. Granovetter (1973) argui que as relações sociais se constituem de redes de laços sociais, sendo que tais laços podem ser fortes ou fracos, sendo sua identificação de fundamental importância para a compreensão da dinâmica social. Segundo Granovetter (1973), nesta dinâmica há dois tipos de imbricação: o relacional, que diz respeito aos laços fortes que o indivíduo estabelece, e o estrutural que se relaciona aos laços fracos, que ligam pessoas que não possuem contato frequente e, também, não possuem vínculos mais que superficiais na rede. O primeiro caso compreende as pessoas com as quais os indivíduos têm mais contato, intimidade, afetividade e interdependência, geralmente são os familiares e amigos de longa data, entre essas pessoas as informações chegam mais rápido. Já a imbricação estrutural, compreende elos da rede que, uma vez que vão além dos grupos restritos pela intimidade, trazem as novidades, permitem maior confiança na ação, geram oportunidades e promovem a inovação.

Seguindo nesta abordagem, Granovetter (1973), sustenta que as pessoas normalmente compõem redes de relações interpessoais, que vão se conectando e ampliando em torno de laços fracos, que mesmo não envolvendo significativo teor emocional, intimidade ou dispêndio de tempo entre as partes, sustentam-se em conceitos, ou valores, em que os participantes da rede se encaixam e servem de referência recíproca:

[...] a experiência pessoal dos indivíduos está intimamente ligada a aspectos gerais da estrutura social, bem além alcance ou controle particular dos indivíduos. A ligação dos níveis micro e macro (*socioeconômico*), portanto, não é supérflua, mas é de central importância para o desenvolvimento da teoria sociológica. Este tipo de ligação gera paradoxos: laços fracos, frequentemente apontados como geradores de alienação são aqui vistos como indispensáveis às oportunidades dos indivíduos, e sua integração nas comunidades; laços fortes, que reproduzem coesão local, levam à fragmentação geral. (GRANOVETTER, 1973, p. 1377-1378, tradução nossa).

As influências sociais estão totalmente confinadas na mente de um indivíduo, de forma que, nas situações reais de decisão, ele ou ela pode ser atomizado como qualquer *homo economicus*, apesar de as decisões poderem ser orientadas por regras diferenciadas. Análises mais sofisticadas (e, portanto, menos supersocializadas) das influências culturais [...] esclarecem que a cultura não constitui uma influência completa e definitiva, mas um processo continuado, sendo permanentemente construído e reconstruído durante as interações. Ele não apenas condiciona seus membros, mas também é condicionado por eles, em parte por suas próprias razões estratégicas. (GRANOVETTER, 2007, p. 8).

Buscando a compreensão dos mecanismos de (re) encaixe das pessoas em ambientes onde as referências à ação social (e econômica) vão além do tempo e do espaço local, Giddens

(2000) aponta que a sociedade se apresenta como um complexo de práticas recorrentes que, na medida em que se estabilizam, criam instituições. Já estas práticas, por seu turno, dependem dos hábitos e modos de vida adotados pelos indivíduos, que não apenas as "utilizam" em suas atividades, senão que também essas constituem as próprias atividades. Nesta dinâmica, os contextos sociais das vidas humanas não são aleatórios em seus eventos e ações, mas estruturados ou padronizados de formas distintas, segundo práticas sociais regulares, fazendo com que as sociedades humanas estejam sempre em processo de estruturação. "Elas são reestruturadas a todo o momento pelos próprios "blocos de construção" que as compõem – os seres humanos como você e eu." (GIDDENS, 2005, p. 62).

Neste sentido, as práticas cotidianas da vida social são, tanto, de ação, como, de reprodução dos contextos em que elas ocorrem e, nestes, a existência da estrutura não é independente do conhecimento que os atores têm de suas ações:

Estrutura não deve ser equiparada a restrição, a coerção, mas é sempre, simultaneamente, restritiva e facilitadora. Isso, é claro, não impede que as propriedades estruturadas de sistemas sociais se estendam, no tempo e no espaço, para além do controle de quaisquer atores individuais. (GIDDENS, 2009, p. 30).

Seguindo nesta linha de raciocínio, Giddens (2005, p. 26) argumenta que "[...] os ambientes sociais dos quais viemos tem muito a ver com os tipos de decisões que achamos apropriadas [...]" mas assinala que "[...] embora sejamos influenciados pelos contextos sociais em que nos encontramos nenhum de nós está simplesmente determinado em nosso comportamento por aqueles contextos."

Portanto, em suas práticas cotidianas concretas os indivíduos se valem da estrutura pré-existente e, nesta medida a reproduzem, mas também reflexivamente a transformam, mudando suas configurações e limites. Para tanto, a herança cultural e a experiência desempenham papel central, ou seja, os agentes se valem da historicidade, que significa empregar o conhecimento sobre o passado de forma reflexiva, utilizando-o justamente para romper com o passado, mantendo apenas aquilo "[...] que pode ser justificado de maneira proba." (GIDDENS, 1991, p. 61).

Adotando-se esta perspectiva de análise para a compreensão da gênese dos empreendimentos solidários, percebe-se que, desde suas primeiras iniciativas na Europa⁵⁵, cujas raízes mais distantes datam do século XIX, as organizações associativas autogestionárias

⁵⁵ "A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção [...] A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado." (SINGER, 2002, p. 24).

combinaram recursos provenientes do mercado, oriundos da venda e troca de bens e serviços, com recursos de natureza não mercantil, como as subvenções públicas e, ainda, com recursos alheios à lógica monetária, como as práticas de ajuda mútua. Desta forma, constituíam empreendimentos autônomos e democraticamente geridos, que eram uma amálgama de instituições, que revisitavam: os princípios da simetria de tratamento entre os atores presente nos esquemas de reciprocidade, os princípios da centralidade presente nas relações de redistribuição e os associavam com as relações de troca, condicionando estas últimas a valores⁵⁶, portanto, mantendo-as incrustadas, ou enraizadas, em suas finalidades sociais e não apenas adstritas a cálculos de eficiência ou rentabilidade (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; GAIGER, 2004, 2009).

Esta concepção, se forjou num ambiente em que a economia de mercado convertia-se, por excelência, na instituição organizadora da produção e distribuição de riquezas, e, nesta medida, era depositária das esperanças de progresso e desenvolvimento. Com isto, a noção de riqueza começou a distanciar-se das relações sociais e, assim, de qualquer sentido moral emulado a partir dos laços sociais. A própria noção de valor passou a ser intimamente associada ao universo utilitarista das riquezas materiais e do interesse individual.

Por outro lado, justamente neste ambiente de forças e valores contraditórios, característico do desenvolvimento capitalista, a ação social dos construtores dos empreendimentos solidários tem se caracterizado por um padrão reflexivo e construtivista, onde os elementos institucionais da realidade, a herança cultural e as aspirações dos atores interagem forjando novas estruturas e instituições sociais, o que, por sua vez, também induz a novos padrões de consciência coletiva e individual⁵⁷. Neste cenário, a ação econômica resulta de um

⁵⁶ “Seria justo dizer que a autonomia alcançada pela esfera econômica na modernidade está na raiz dos problemas sociais e ambientais de nosso tempo, amplamente discutidos pela sociologia. Também as alternativas de superação desses problemas requerem concepções e práticas novas e plurais, capazes de reintegrar economia e sociedade. A economia solidária congrega temas relevantes para dilemas contemporâneos já inquiridos pela sociologia, como o aumento da desigualdade global, a degradação ambiental, a crescente desregulamentação do trabalho, as novas pautas de emancipação social, as questões de gênero, os novos movimentos sociais e as políticas públicas.” (FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018, p. 175).

⁵⁷ “Não há um modo único de organização da economia que seja a expressão de uma ordem natural, mas um conjunto de formas de produção e de repartição que coexistem. As representações individuais induzem ações e práticas sociais que as instituições normalizam pela política, delineando o quadro no qual as práticas podem se desenvolver e influenciando sobre as representações. As instituições são mutáveis, porque são convenções sociais que experimentam e ao mesmo tempo delimitam o campo das possibilidades; seu estudo permite adquirir a consciência precisa dos fatos e a apreensão, senão a certeza, de suas leis e ajuda também a se distanciar desta ‘metafísica’ de que são impregnadas as palavras em “ismo”, como capitalismo. Afirmar a existência de uma sociedade capitalista equivale a admitir uma homogeneidade no interior do sistema econômico, ao passo que esse se compõe, na realidade, de mecanismos institucionais contraditórios, irreduzíveis uns aos outros.” (LAVILLE, 2014, p. 71).

sentimento de pertencimento, de uma combinação entre desinteresse e interesse, e, esse último, não se restringe apenas a questões de ordem material.

Vistas sob este ângulo, as relações de produção e distribuição praticadas por empreendimentos solidários podem ser compreendidas como promotoras de valores altruístas no interior de uma axiologia não anti, mas meta-utilitarista, na medida em que o cálculo de interesse próprio e as relações de intercâmbio comercial não são, *à priori*, refutadas, pois tais relações se limitam precisamente à troca e nisso são funcionais, e não interferem na individualidade das partes que transacionam. Assim, embora os valores fundados na simetria e na reciprocidade estejam presentes como referência à prática, isto não inibe ou limita as possibilidades de os empreendimentos solidários se inserirem nas relações mercantis mais gerais e, mesmo, não interdita interesses individuais, conforme proposto por Gaiger (2009, p. 97):

O princípio recíproco contido na Economia Solidária atualizaria então o esquema quadripolar de Polanyi, ao mesmo tempo em que transbordaria as suas fronteiras iniciais, incidindo sobre os demais princípios do comportamento econômico: sobre o interesse próprio, ao pleitear a simetria nas relações de intercâmbio; sobre a obrigação, ao estimular a implicação consciente e voluntária em prol do bem comum; sobre o costume, ao valorizar a liberdade entre iguais.

Esta capacidade de os empreendimentos solidários combinarem recursos de diferentes formas institucionais tem sido um elemento de extrema relevância nas estratégias de sobrevivência e reprodução social de segmentos sociais tendencialmente ameaçados pela dinâmica de concentração e centralização do capital. Especialmente no caso da agricultura, esta dinâmica de relações de cooperação tem sido vital para a persistência de formatos produtivos organizados em torno de objetivos não submetidos ao primado do lucro, mas sim da reprodução social de estilos de vida e produção centradas no trabalho familiar. Nestes formatos produtivos, que contam com a gestão autônoma de seus membros, a posse dos meios de produção e a propriedade de eventuais excedentes econômicos, a terra não é vista apenas como um fator da produção, bem como as pessoas não se resumem a força de trabalho: ambos transcendem a condição de mercadorias e a produção converte-se num elemento de afirmação da identidade dos sujeitos e de ressignificação de seus projetos de vida.

De outra parte, em nossa sociedade, os agricultores familiares, embora portadores de uma tradição cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida, são instigados a adaptar-se às modernas condições de produção e de vida, uma vez que, de uma forma ou de outra, interagem em mercados. Contudo, mesmo participando desta dinâmica, os agricultores familiares se apresentam, como aqueles que conhecem de modo especial e detalhado seu ambiente, e que, por esta razão, sentem-se comprometidos com o

respeito e a preservação da natureza. Também, em que pesem as forças de concentração dos meios de produção características do desenvolvimento do capitalismo, percebe-se que os empreendimentos de agricultores familiares vêm se mantendo como estilo de vida em extensas regiões do planeta⁵⁸. Uma importante razão para esta circunstância reside, exatamente, no hibridismo das relações que essas pessoas estabelecem, tanto em termos das formas de organização e distribuição da produção, que podem contemplar a domesticidade, a reciprocidade, a redistribuição ou, ainda, a troca, quanto aos formatos de articulação aos mercados. Em relação a estes últimos, esses agricultores têm constituído empreendimentos (associações, cooperativas e mútuos) que permitem a manutenção da autonomia sócio produtiva de seus imóveis aliada à obtenção de escalas nas ações grupais, o que lhes confere economicidade, viabilizando, assim, sua participação em mercados onde vendem seus produtos, ou se abastecem de bens e serviços (CHAYANOV, 2014, 2017).

Portanto, com base neste conjunto de referências revisitadas, a compreensão da realidade socioeconômica possui diversas possibilidades metodológicas e, para efeitos desta tese, o caminho empregado foi o de focar o objeto de estudo como algo mutante e multifuncional.

Mutante no sentido de que, tanto, as referências abstratas que sustentam a ação vão sendo reconfiguradas pelos sujeitos, à medida que a vida segue, quanto às instituições que vão sendo constituídas também se encontram em permanente processo de mudança, reflexivamente orientada pela compreensão e pelas aspirações dos atores.

Multifuncional no sentido de que os empreendimentos de economia solidária não são resultado apenas de interesses comerciais, mas refletem uma intencionalidade de não separar a ação econômica de princípios e objetivos morais, ambientais e éticos, que se entrelaçam como princípio e fins da ação coletiva dos grupos estudados nesta tese.

3.2 CAMPO E MÉTODO DO ESTUDO

Os dados empíricos foram obtidos mediante pesquisa de campo, onde foram investigados dois empreendimentos econômicos solidários:

⁵⁸ “Abundantes estudos sobre o campesinato mostram que um sistema econômico que nunca foi dominante em parte nenhuma pôde sobreviver durante séculos e manter o essencial da sua racionalidade: sobrevivência alargada das famílias em comunidade através de uma gestão prudente dos recursos e de uma solidariedade gerada por ameaças comuns. Uma espécie de economia moral, baseada no costume e na experiência passada, funciona como concha protectora e reduz os impactos desagregadores do sistema econômico dominante, seja ele o feudalismo, o capitalismo ou o socialismo real.” (HESPANHA, 2009, p. 51).

Figura 1 - Associação dos Trabalhadores Rurais Sul-Cerro-Grandenses – ASTRARSUL



Fonte: O autor

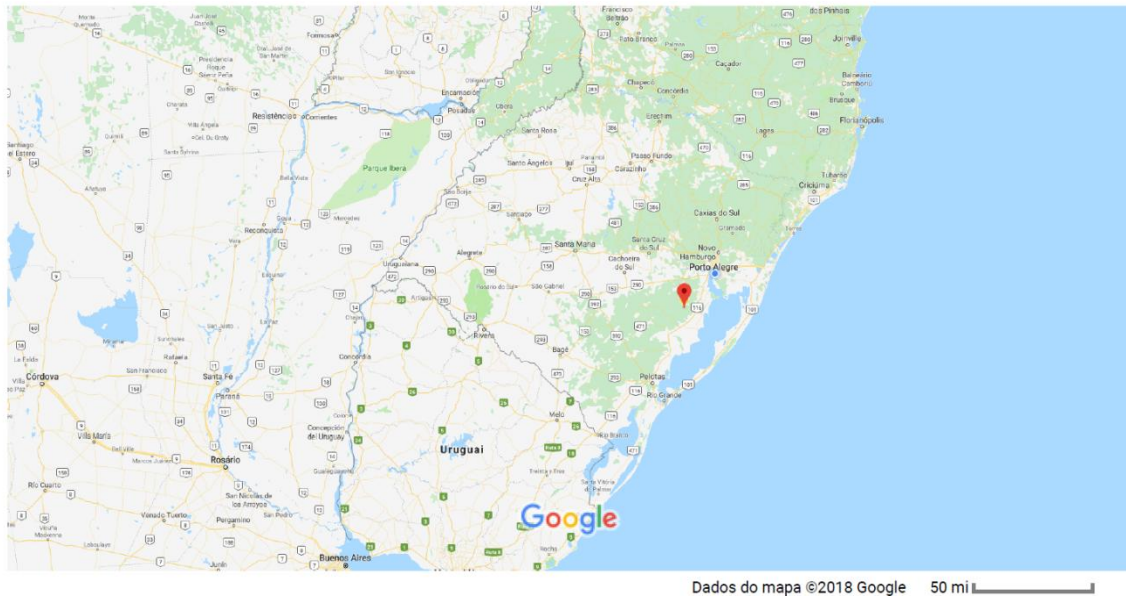
Figura 2 - Cooperativa dos Produtores Ecologistas de Garibaldi Ltda. – COOPEG



Fonte: O autor

O primeiro empreendimento, a ASTRARSUL, está localizado no município de Cerro Grande do Sul, que se situa na parte sul da Região Metropolitana de Porto Alegre, na microrregião de Camaquã, tendo a oeste a encosta oriental da Serra do Sudeste e a leste a Laguna dos Patos (Figura 3).

Figura 3 - Mapa de localização do município de Cerro Grande do Sul



Fonte: Cerro Grande do Sul (RS), c2018

A estrutura setorial da economia do município mostra uma participação pouquíssimo expressiva da indústria, com 5,4% do Valor Agregado Bruto - VAB, e um equilíbrio entre a importância dos demais setores, onde, respectivamente, a agropecuária representa 33% do VAB, administração pública 31,1% e serviços (Quadro 1). O município, apresenta baixo dinamismo socioeconômico, sendo seu PIB *per capita* o 484º colocado entre os 497 municípios gaúchos, e seu IDH-M de 0,660 ocupa a 440ª posição no *ranking* dos municípios gaúchos (Quadro 1).

Quadro 1 - Síntese de informações socioeconômicas municipais

	Cerro Grande do Sul	Garibaldi
Mesorregião – IBGE	Metropolitana de Poa	Nordeste Rio-grandense
Microrregião - IBGE	Camaquã	Caxias do Sul
IDH-M (2010)	0,660	0,786
Posição relativa:		
No país:	2898°	87°
No estado:	440°	6°
Índice de Gini	0,39	0,38
PIB per capita (2015)	R\$ 13.464,09/hab.	R\$ 51.105,05/hab.
Posição relativa:		
No país:	3.002°/5.570	223°/5.570
No estado:	484°/497	37°/497
Na microrregião:	8°/8	2°/19
Relação PIBpc município/PIBpc país		
Relação PIBpc município/PIBpc estado	0,459	1,743
	0,393	1,505
PIB (2015)	R\$ 151.646.000,00	R\$1.693.161.000,00
Posição relativa:		
No país:	2.795°/5.570	453°/5.570
No estado:	254°/497	40°/497
Valor Adicionado Bruto (2015)	R\$ 144.068.690,00	R\$1.383.369.330,00
Participação relativa:		
Agropecuária	33%	2,7%
Indústria	5,4%	45,4%
Serviços	30,5%	41,3%
Administração pública	31,1%	10,6%

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, c2017

Nota: Cálculos do autor.

Cerro Grande do Sul também se caracteriza por ser um município onde o meio rural concentra 75,8% da população total, o que corresponde a 7.784 residentes (Quadro 2). Destas pessoas, 3.420 encontram-se ocupadas na agropecuária, sendo que, entre elas, 2.775 indivíduos possuem laços de parentesco com os gestores dos estabelecimentos rurais em que trabalham, e os restantes são predominantemente trabalhadores temporários e parceiros ocupando, respectivamente, 470 e 376 pessoas, restando ainda apenas 95 trabalhadores permanentes (Quadro 3).

Quadro 2 - Síntese de informações demográficas municipais

	Cerro Grande do Sul	Garibaldi
Mesorregião – IBGE	Metropolitana de Poa	Nordeste Rio-grandense
Microrregião - IBGE	Camaquã	Caxias do Sul
Área territorial	324,789 km ²	168,137 km ²
População no último censo (2010)	10.268 pessoas	30.689 pessoas
Posição relativa:		
No país:	2.987°/5.570	1.050°/5.570
No estado:	160°/497	67°/497
Na microrregião:	5°/8	4°/19
Densidade demográfica	31,61 hab./ km ²	181,34 hab./km ²
Posição relativa:		
No país:	168°/497	32°/497
No Estado:		
Na microrregião:	2°/8	3°/19°
População urbana	2.484	27.211
População rural	7.784	3.478
População sexo masculino	5.355	15.221
População sexo feminino	4.913	15.468

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, c2017

Quadro 3 - Características do pessoal ocupado na agricultura

	Cerro Grande do Sul	Garibaldi
Pessoal ocupado na agropecuária	3.420	3.354
Laço de parentesco	2.775	1.886
Sem laço de parentesco	645	1.468
Permanentes	95	715
Temporários	470	377
Parceiros	376	376

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, c2017

A ocupação do solo nesta região se caracteriza pelo emprego das várzeas com o cultivo de arroz, e por sistemas produtivos mais diversificados nas áreas mais dobradas, onde destacam-se o cultivo da mandioca, do milho em grão e do tabaco. Também, conforme pode ser observado no Quadro 4, ao contrário do arroz, que apresenta lavouras com maior concentração da terra, nos demais cultivos as áreas colhidas são inferiores a 3 ha por estabelecimento, características de formas familiares de produção, onde a área média situa-se em torno de 12,43ha/estabelecimento (Quadro 5).

Quadro 4 - Atividades agrícolas mais frequentes

Cerro Grande do Sul			Garibaldi		
Atividade	Número de estabelecimentos	Área colhida (Ha)	Atividade	Número de estabelecimentos	Área colhida (Ha)
Mandioca	877	317,3	Uva	615	2.393
Fumo	847	2.570,1	Milho em grão	369	350
Milho em grão	839	1.278,3	Feijão	82	10
Arroz	59	446,6			

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, c2017

Quadro 5 - Estrutura fundiária municipal, regional e estadual

UF, Mesorregião, Microrregião e Município	Total de estabelecimentos (unidade)	Área Total (ha)	Área Média (ha)
Cerro Grande do Sul	1.415	17.588	12
Metropolitana de Porto Alegre	58.838	1.745.818	30
Garibaldi	940	10.508	11
Nordeste Rio-grandense	39.703	1.838.101	46
Rio Grande do Sul	441.472	20.326.715	46

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, c2017

É neste ambiente de relativo atraso socioeconômico que se situa a ASTRARSUL, que se trata de uma associação civil de direito privado, legalmente constituída, formada no ano de 1998. Segundo foi informado nas entrevistas, a constituição do empreendimento contou como principal elemento de estímulo a possibilidade de acesso uma linha de crédito subsidiado do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, que, à época, de acordo com as normas de obtenção estabelecidas pelo agente financeiro (BANRISUL), era restrita a empreendimentos coletivos. Assim, naquele ano, onze famílias de agricultores familiares, em sua maioria ex-fumicultores, constituíram o empreendimento, que em seu início, devido a cultura produtiva dos fumicultores ser apoiada em agroquímicos, não tinha como princípio a Agroecologia.

Este grupo inicial, entretanto, sofreu um processo de mudança em sua constituição, com a substituição de cinco famílias do grupo inicial, além de, posteriormente, também ter havido a saída de mais uma família, restando, atualmente, dez famílias associadas. Da composição inicial, por seu turno, destaca-se o grupo denominado “Família Stefanoski”, que até hoje exerce forte liderança na condução da Associação, e é composto por três famílias de agricultores imigrantes da Região do Alto Uruguai, que, desde o ano de 1992, vêm cultivando de forma coletiva hortigranjeiros ecológicos, que são vendidos em Feiras de Produtos Orgânicos em Porto Alegre. Estes agricultores, denominados “importados”, pelos moradores nativos do município de Cerro Grande do Sul, constituíram seu empreendimento coletivo baseado em três princípios básicos, que por ordem importância, são: bem-estar dos seres humanos, respeito ao meio ambiente e obtenção da renda necessária à reprodução social de

seus membros. Também, devido ao estímulo e ao conhecimento técnico acumulado e disponibilizado às demais famílias pelos “importados”, já há alguns anos todos os demais associados cultivam suas lavouras segundo o protocolo de produção orgânica, que é certificada pela Rede ECOVIDA⁵⁹.

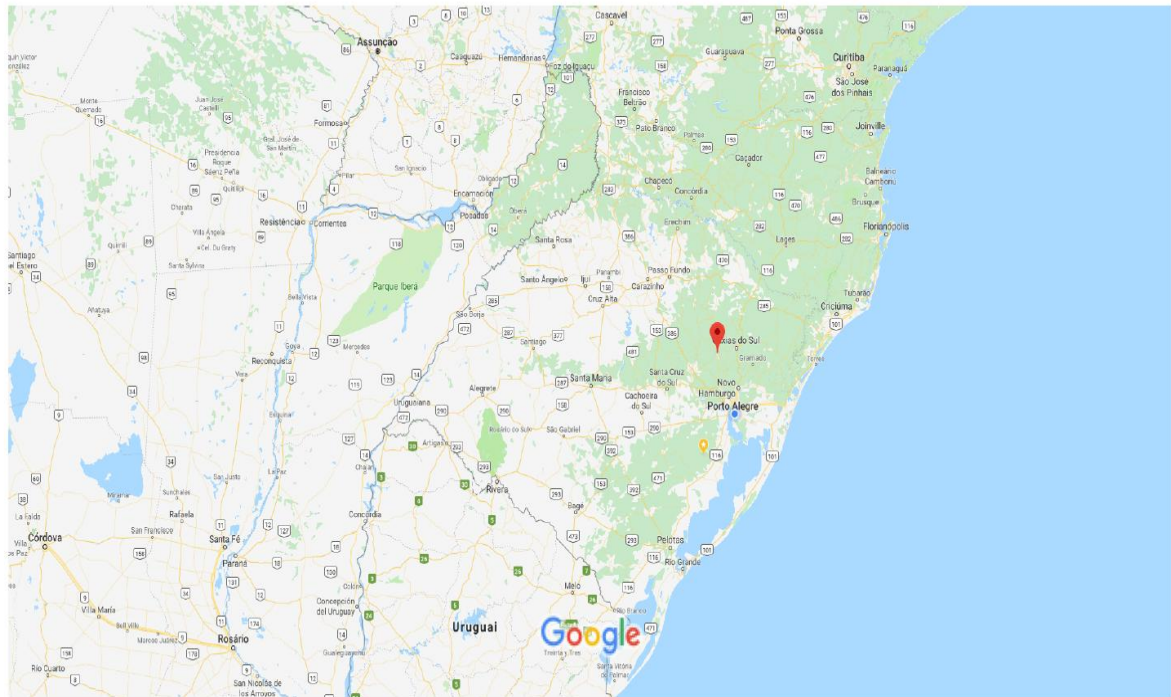
Em sua totalidade, as unidades de produção têm no trabalho de todos os membros da família seu principal recurso, embora as famílias que não contam com filhos ou filhas em idade ativa contratem força de trabalho externa, normalmente de forma sazonal. Os estabelecimentos agrícolas são compostos de terras próprias e de terras arrendadas, sendo que as áreas de cultivo possuem, em média, 2,5 ha/estabelecimento rural, e têm como meta de renda líquida uma média 2,5 salários mínimos/mês/família.

De outra parte, a Associação tem seu foco na prestação de serviços aos membros, especialmente assistência técnica, certificação e transporte dos produtos das lavouras aos pontos de venda nas feiras, e tem como prática de gestão a reunião mensal de todos os seus membros, onde são feitas programações de ações, produção e acompanhamento de temas de interesse dos membros.

Já o segundo empreendimento, a COOPEG, está localizado no município de Garibaldi, distante 112 km da capital do estado, situando-se na Região Nordeste Rio-grandense, na microrregião de Caxias do Sul (Figura 4).

⁵⁹ “A Rede Ecovida se concretiza basicamente a partir de uma identidade e reconhecimento histórico entre as iniciativas de ONGs e organizações de agricultores construídas na região Sul do Brasil. Sua formação oficial data de 1998, como resultado da articulação iniciada anos antes por essas entidades. Atualmente conta com 27 núcleos regionais, abrangendo cerca de 352 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 340 grupos de agricultores (abrangendo cerca de 4.500 famílias envolvidas) e 20 ONGs. Em toda a área de atuação da Ecovida acontecem mais de 120 feiras livres ecológicas e ainda outras formas de comercialização. [...] No âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia, a certificação tem sido trabalhada como um processo pedagógico onde agricultores, técnicos e consumidores se integram no intento de buscarem uma expressão pública da qualidade do trabalho que desenvolvem. A este processo chamamos certificação participativa.” (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, 2018).

Figura 4 - Localização geográfica do município de Garibaldi



Dados do mapa ©2018 Google 50 mi

Fonte: Garibaldi (RS), c2018

A estrutura setorial da economia do município, ao contrário do observado em Cerro Grande do Sul, mostra uma participação pouco expressiva da agropecuária, com 2,7% do Valor Adicionado Bruto-VAB municipal, e tem na indústria o setor mais expressivo, com 45,4% do VAB, seguida, respectivamente do setor de serviços e administração pública com, respectivamente, 41,3% e 10,6% do VAB. O município, apresenta dinamismo socioeconômico relativamente elevado, sendo seu PIB *per capita* o 37º colocado entre os 497 municípios gaúchos, e seu IDH-M de 0,786 ocupa a 6ª posição no ranking dos municípios gaúchos e a 87ª no ranking nacional (Quadro 1).

Também, em termos demográficos, Garibaldi apresenta uma distribuição da população com características opostas às de Cerro Grande do Sul, com uma densidade demográfica de 181,34 hab./km² e uma população rural de 3.478 pessoas, o que corresponde a não mais do que 11,4% da população total (Quadro 2). A população ocupada na agricultura municipal perfaz 3.354 pessoas, sendo que destas 1.886 possuem laços de parentesco com os gestores dos estabelecimentos rurais onde trabalham, e as restantes compõe-se de 715 trabalhadores permanentes, 377 temporários e 376 parceiros (Quadro 3).

A ocupação do solo nesta região, especialmente em função de sua topografia declivosa, se caracteriza pelo predominante cultivo de lavouras permanentes, especialmente a

fruticultura, com destaque para a viticultura que, no município, está presente em 615 dos 940 estabelecimentos rurais, com uma área média de cultivo de 3,9 ha/estabelecimento, ocupando em média 35% da área dos estabelecimentos rurais típicos do município (Quadro 5).

Em meio a este ambiente, no ano de 1999, nasceu a COOPEG – Cooperativa de Produtores Ecologistas de Garibaldi Ltda., que foi constituída juridicamente em 25 de julho de 2001 com 31 associados, “preocupados não só nos aspectos produtivos e quantitativos, mas na construção de um ambiente sadio, limpo e harmônico com responsabilidade social” (COOPEG ORGÂNICOS, 2018a), sendo que a cooperativa tem seu foco na prestação de serviços de transporte, comercialização e certificação.

Atualmente, este empreendimento de produtores ecologistas é composto por 45 associados, em sua maioria moradores do município de Garibaldi – RS, que possuem uma produção diversificada e elaborada, pois produzem desde produtos hortícolas e frutas in natura, até produtos agroindustrializados, como: doces, sucos e vinhos. Embora seus associados participem de Feiras, contam também com um importante canal de vendas nas redes de varejo, especialmente supermercados, que adquirem os produtos mediante atendimento de vendedores, ou pelo *site* da cooperativa (COOPEG ORGÂNICOS, 2018b). Também no caso da COOPEG o trabalho das famílias é seu principal recurso, embora contratem força de trabalho externa e, em alguns casos, possuam parceiros agrícolas.

Cumprir destacar que a escolha de empreendimentos associativos de agricultores ecologistas familiares como campo de análise empírica decorreu, em primeiro lugar, da resiliência social que o estilo de produção familiar tem historicamente apresentado na agricultura. Estes atores, embora também se insiram na circulação geral da produção mercantil, têm mantido o essencial da sua racionalidade, ou seja, a subsistência das famílias em comunidade através de uma gestão dos recursos domésticos e de uma solidariedade gerada por valores e ameaças comuns. Assim, suas relações socioeconômicas, incrustadas nos valores, costumes e na experiência, têm permitido a redução dos impactos desagregadores do sistema econômico dominante (CARVALHO, 2014; CHAYANOV, 2014; SABOURIN, 2011).

Sobre este aspecto, Hespanha (2009, p. 52) sustenta que:

A desagregação das relações sociais baseadas na reciprocidade e na entajuda solidária nunca foi completa e, por isso, os sistemas camponeses sofrem um processo de metamorfose, mas resistem. O que se verifica com os sistemas camponeses pode estender-se sem grandes alterações às restantes formas de economia popular que partilham a mesma sociabilidade de raiz local, reforçada pelo interconhecimento, pela transparência de papéis e pela confiança, e se expressam em ações colectivas de carácter popular.

Além disto, estes empreendimentos apresentam um comportamento econômico “meta utilitarista” (GAIGER, 2009), onde valores sociais norteiam seu comportamento econômico a partir de sua inserção em redes mais amplas, o que lhes permite acesso a mercados capazes de absorver suas produções e, também, garantir a viabilidade econômica de produções autônomas, obtidas em escalas não capitalistas de produção.

Outro aspecto relevante para sua escolha foi o fato de os empreendimentos basearem seus processos produtivos na Agroecologia, sendo assim orientados por uma coprodução com o ambiente natural, aliando, desta forma, a possibilidade de viabilidade econômica com sustentabilidade ambiental.

Também pesou para sua escolha o fato de ambos mostrarem certa estabilidade societária, pois se constituíram no final da década de 1990 e, passadas quase duas décadas, mostram maturidade em suas práticas e aderência de seus resultados aos objetivos propostos. Isto permite que sua análise se situe em torno do problema de pesquisa proposto, que menos do que estabelecer hipóteses sobre seu futuro, ou descrever os fatores estruturais que lançaram as famílias nestes empreendimentos, pretende lançar luz sobre as práticas coletivas que permitem e dão base a sua sustentabilidade.

Por fim, e não menos importante, pesou a condição de os dois empreendimentos oferecerem um campo de análise bastante heterogêneo em termos de origem e patrimônio dos sócios, bem como de seus sistemas de produção e circuitos de comercialização dos produtos, o que tende a permitir uma maior capacidade explicativa à análise proposta.

Estes fatores vão ao encontro do que França Filho (2007), abordando a complexidade da economia solidária e suas múltiplas possibilidades de compreensão, propôs como linhas de investigação sobre empreendimentos desta natureza:

- a) debatê-los ao nível conceitual, refletindo sobre o sentido do agir econômico em sociedade;
- b) contextualizá-los, abordando a economia solidária partir de sua manifestação concreta na realidade, como um problema da sociedade na contemporaneidade do capitalismo, ou seja, como fenômeno e prática investigativa situadas em contextos societários específicos;
- c) analisá-los por intermédio de estudos de casos que permitam sua compreensão enquanto fenômeno em si, a partir de suas práticas organizativas concretas e singulares, de forma a captar-se sua dinâmica mais geral;

- d) abordá-los enquanto metodologia de intervenção, como uma tecnologia social, ou seja, um instrumento ou ferramenta para geração de trabalho, renda e para a promoção de desenvolvimento sustentável.

Já em termos de método de pesquisa, foi empregada uma abordagem qualitativa com vistas a obtenção das informações que permitissem a compreensão das práticas dentro de um contexto social mais amplo, correlacionando fenômenos específicos com determinadas visões de mundo e, desta forma, elucidar valores e perspectivas da ação (CAPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003). Segundo Minayo e Sanchez (1993, p. 244):

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se volta com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

Ainda segundo Minayo (2010), a compreensão e a interpretação devem se fundamentar epistemologicamente em: experiência, vivência, sentido comum, ação social, significado e intencionalidade. Neste sentido, pode-se mobilizar Weber (2016, p. 491, grifo do autor) que sustenta:

[...] semelhante a todos os fenômenos o comportamento humano (exterior ou interior) revela, no seu decurso, conexões e regularidades. Entretanto, algo há que é próprio somente do comportamento humano, pelo menos no seu sentido pleno: o decurso das conexões e das regularidades pode ser interpretado pela compreensão. Uma compreensão do comportamento humano que tenha sido obtida pela interpretação acarreta uma evidência qualitativamente específica que é, em grau e dimensão, *sui generis*. O fato de possuir uma compreensão esta evidência em grau elevado ainda não prova nada no que se refere à sua validade empírica. Realmente, um comportamento igual no seu decurso e nos seus resultados externos pode se basear em constelações de motivos de natureza muito diversa, dentro dos quais os compreensíveis de maneira mais evidente, nem sempre e necessariamente foram os mais decisivos. Antes de tudo isso, o entender de determinadas conexões deve ser controlado, na medida do possível, com os métodos usuais da imputação causal, antes que uma interpretação, mesmo que muito evidente, se transforme numa explicação compreensiva válida. O grau máximo de evidência encontramos na ‘interpretação racional com relação a fins’.

Segundo esta concepção, Weber (2016, p. 492, grifo do autor) define comportamento racional com relação a fins como “[...] aquele comportamento que se orienta, exclusivamente, por meios tidos por adequados (subjetivamente) para obter fins determinados, tidos por indiscutíveis (subjetivamente).” A operacionalização deste conceito leva a construção de “tipos ideais”, ou tipos regulares, obtidos pela interpretação racional do comportamento dos atores, onde o objeto específico de análise é a ação⁶⁰. Neste sentido, Weber (2016),

⁶⁰ “Por ‘ação’ (incluindo a omissão e a tolerância) entendemos sempre um comportamento compreensível em relação a ‘objetos’, isto é, um comportamento especificado ou caracterizado por um sentido (subjetivo) ‘real’ ou ‘mental’, mesmo que ele quase não seja percebido [...] A ação que especificamente tem importância para a

desenvolve a ideia do “agir em comunidade”, que contempla todos os casos em que a ação humana está subjetivamente impregnada de sentido referente ao comportamento de outras pessoas. Portanto, compreender os processos socioeconômicos, implica em tecer interpretações acerca do comportamento e objetivos dos agentes de forma enraizada, ou seja, levar em conta, tanto, sua subjetividade e valores, quanto sua visão sobre as demais pessoas envolvidas na ação.

Associando essa orientação metodológica às categorias analíticas propostas por Giddens (2005), foram pesquisados os valores que definem o que é considerado importante, válido e desejável aos atores e que, desta forma, dão sentido e orientação às suas interações sociais. Com isto, buscou-se uma relação entre os valores fundantes, as normas deles decorrentes e a prática dos atores (WEBER, 2016). Neste sentido, pesquisou-se elementos que permitissem a compreensão dada pelos atores à desalienação do trabalho e a autogestão, temas centrais na agência estudada. Ressalte-se que estes elementos se referem diretamente às relações de poder⁶¹ como capacidade transformadora, contrariamente ao que ocorre na sociedade em geral, onde são assimétricas e fazem parte de relações de dominação que impedem o pleno desenvolvimento de todos os atores subjugados pelo capital.

Também foi alvo de investigação a integração⁶² e recursos, com vistas a trazer à baila uma análise sobre as relações de dependência e autonomia estruturadas a partir das práticas⁶³ dos atores, tanto em nível de suas relações locais, quanto nas interações alongadas no espaço-tempo. Com este procedimento, se buscou interpretar o impacto da ação solidária, que, ao fortalecer objetivos comuns dos grupos com identidades afins, tende a se incrustar nas estruturas sociais ao seu entorno, e, também, estabelecer relações de sustentação alongadas no tempo e espaço, assim fortalecendo e ampliando os recursos mobilizáveis para sua reprodução dos membros dos empreendimentos estudados.

sociologia compreensiva é, em particular, um comportamento que: 1) está relacionado ao sentido subjetivo pensado daquele que age com referência ao comportamento de outros; 2) está determinado no seu curso por esta referência significativa e, portanto, 3) pode ser explicado a partir deste sentido mental (subjetivamente).” (WEBER, 2016, p. 494, grifo do autor).

⁶¹ Segundo Giddens (2000, p. 89): “Do ponto de vista conceptual o ‘poder’ encontra-se situado entre duas noções mais amplas: a de capacidade transformadora, por um lado, e a de dominação, por outro. ”

⁶² Segundo Giddens (2000, p. 57): “Podemos assim definir ‘integração’ como os laços regularizados, ou como a reciprocidade das práticas, quer entre actores, quer entre coletividades. Esta reciprocidade das práticas tem de ser entendida como compreendendo as relações regularizadas de autonomia e dependência entre as partes envolvidas. ”

⁶³ Segundo Giddens (1997, p. 37): “[...] as práticas são as ações situadas de um sujeito e podem ser examinadas em função de resultados esperados e envolver uma orientação para assegurar uma resposta ou conjunto de respostas de um ou mais parceiros. ”

Foi, ainda, pesquisado o processo de monitoramento reflexivo da ação⁶⁴ por parte dos dois grupos sociais, no intuito de trazer à tona suas relações em termos de motivação, estruturação e reprodução da realidade por eles reflexivamente transformada.

Com estes elementos, foi possível, para fins deste estudo, a obtenção de um conjunto lógico de informações capaz, não apenas oferecer um quadro analítico das relações de poder, práticas e resultados obtidos pelos atores, mas também o vigor e o sentido desta agência em termos de estruturação de relações sociais alternativas ao ambiente de heterogestão e exclusão características da sociedade capitalista moderna.

Já em relação às técnicas de investigação, foram, basicamente, empregadas entrevistas (tanto abertas, quanto semiestruturadas) com as famílias associadas, independentemente das funções que ocupavam no empreendimento. Também foram realizadas entrevistas com atores sociais locais, especialmente aqueles pertencentes às redes em que se inserem os empreendimentos estudados. Além das entrevistas, durante o período de investigação a campo (18 meses), foram observadas as dinâmicas, encaminhamentos e resultados de eventos coletivos, particularmente reuniões e assembleias, bem como o relacionamento com os consumidores de seus produtos.

Como ferramentas de campo, foi empregado basicamente diário de campo, gravador e câmera fotográfica, sendo que nas entrevistas procurou-se uma dinâmica de captação de informações com a menor interferência possível, onde se investigou os depoimentos a partir da história, utopias e práticas dos entrevistados. Para uma categorização operacional das informações, empregou-se um questionário semiestruturado, que permitiu apoio em casos em que se mostrou necessário algum estímulo para a elucidação de pontos relevantes não abordados, ou parcialmente referidos pelos atores.

Para a interpretação dos materiais produzidos com as entrevistas e a participação em eventos grupais, foram empregados basicamente procedimentos de análise de discurso⁶⁵, em termos práticos o método de investigação se baseou em duas fases distintas:

Primeira fase: se constituiu num estudo exploratório com as famílias associadas, que permitiu uma noção geral dos empreendimentos e de seus protagonistas, bem como maior precisão no roteiro de investigação. Além disto, como, para o desenvolvimento do estudo

⁶⁴ “A monitorização reflexiva da conduta refere-se aqui ao caráter intencional ou propositado do comportamento humano realçando a intencionalidade como processo.” (GIDDENS, 2000, p. 16).

⁶⁵ “A análise de discurso trabalha o ponto de articulação da língua com a ideologia e procura explicitar o modo como se produzem as ilusões do sujeito e dos sentidos (os pontos de estabilização referencial e os de subjetivação). Nesse processo, o analista deve evidenciar a compreensão do que é a textualização do político, a simbolização das relações de poder, o modo de historicização dos sentidos, o modo de existência dos discursos no sujeito, na sociedade e na história.” (CAPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, p. 9).

exploratório, houve minha participação em eventos grupais em ambos os empreendimentos, foi possível que eu fosse apresentado pessoalmente e que, também, expusesse os propósitos da pesquisa. Com isto, pôde-se discernir os melhores momentos para dispor do tempo de cada uma das famílias que foram abordadas.

Segunda fase: A partir da análise das informações obtidas na fase anterior, foi construído o roteiro de investigação, onde se buscou:

- a) entrevistar o maior número possível de famílias, de forma a ter-se uma satisfatória amostra de suas diversidades de recursos, composições familiares, motivações e práticas;
- b) a participação (observação participante) em todos os eventos coletivos dos empreendimentos (encontros, reuniões e assembleias) durante o período em que ocorreu a pesquisa de campo (18 meses);
- c) a entrevista de atores relevantes nas redes em que se inserem os empreendimentos.
- d) observar o desempenho dos atores nos momentos de comercialização nas feiras e atentar para sua empatia com os consumidores.

Foi, portanto, com este conjunto de práticas de pesquisa e finalidades que foram obtidos os dados que permitiram a análise e as conclusões descritas nos dois próximos capítulos desta tese (Apêndices A, B e C).

Figura 5 - Ambientes das localidades das famílias entrevistadas



Fonte: O autor.

4 ENSINAMENTOS DO ESTUDO

Conforme anteriormente explicitado, a pesquisa e as informações que animam as análises e conclusões desta tese tiveram por propósito a compreensão da história, contextos e motivações dos empreendimentos solidários estudados, bem como identificar as práticas de autogestão e ação em rede que têm permitido sua sustentabilidade, além do eventual papel por eles desempenhados no desenvolvimento dos territórios em que interagem. Assim, nos quatro subtópicos seguintes serão analisados, respectivamente: os valores e motivações que deram origem aos empreendimentos estudados, a relação destes com as práticas de autogestão, as eventuais tendências de unidade ou diferenciação social do grupo, e, por último, a identificação de redes e agentes sociais que interagem com os atores estudados, avaliando seu papel na sustentabilidade dos empreendimentos e no desenvolvimento de seus territórios.

4.1 SE A TEORIA ESTÁ CERTA A REALIDADE ESTÁ ERRADA

Como todo indivíduo procura, tanto quanto pode, tanto, empregar seu capital em apoiar a indústria e assim dirigir aquela indústria para que sua produção seja do máximo valor, todo indivíduo trabalha para tornar o rendimento anual da sociedade o maior que puder. De fato, em geral, ele nem pretende promover o interesse público, nem sabe o quanto está promovendo [...] dirigindo aquela indústria de tal maneira que sua produção seja do maior valor, procura apenas seu próprio ganho, e nisto, como em muitos outros casos, é só levado por uma mão invisível a promover um fim que não era parte de sua intenção. (SMITH, 1981, p. 203).

Conforme Bresser-Pereira (2009), o desenvolvimento científico nas ciências sociais pressupõe-se a combinação da indução e da dedução, embora uma das duas abordagens tenda a ser dominante. Nesta perspectiva, o *mainstream* da Ciência Econômica advoga que o único método que pode ser qualificado como efetivamente científico é o hipotético-dedutivo, porque ele, sozinho, permite hipóteses precisas e quantificáveis, pois seu elemento central, o *homo economicus*, possui um comportamento totalmente previsível em busca da máxima satisfação de suas necessidades individuais, possibilitando, desta forma, uma teoria precisa e matemática.

Assim, de forma aderente ao método hipotético-dedutivo, o corpo teórico do *mainstream* da Ciência Econômica é edificado a partir do axioma que sustenta que a sociedade é moldada tendo por base a natureza egoísta, mercantil e utilitarista dos seres

humanos⁶⁶, e, esta organização social, por sua vez, teria como consequência inescapável e desejável a mercantilização do ambiente natural, dos seres humanos, de seus meios de produção e de seus meios de vida. Este padrão institucional, por seu turno, teoricamente originado pela natural ação das pessoas em busca do máximo interesse individual, teria o condão de garantir plena eficácia no emprego dos fatores da produção e, desta forma, maximizar a “riqueza das nações”. Como conclusão lógica deste raciocínio, a partir das relações sociais baseadas na competição, as desigualdades na distribuição da renda, do patrimônio, bem como na divisão do esforço do trabalho seriam naturalmente resolvidas pelo livre funcionamento dos mercados autorregulados, e qualquer intervenção neste curso natural somente conduziria a uma pior condição social, uma vez que violentaria, tanto, a natureza das pessoas, quanto, as relações sociais a elas inerentes.

Entretanto, quando se observa mais atenta e profundamente a realidade que nos cerca, constata-se que a hipótese do *homo economicus* não possui a generalidade advogada pela abordagem marginalista-neoclássica, pois, desde os primórdios do modo capitalista de produção, em que pese a sua atual hegemonia, persistentemente têm ocorrido formas institucionais de obtenção da subsistência dos seres humanos que não se pautam pela obtenção do lucro individual e privado.

Com efeito, com base nos depoimentos colhidos das pessoas entrevistadas, a motivação para a escolha ou a continuidade da vida baseada na produção agrícola e ecológica, bem como a constituição dos empreendimentos solidários destinados a suprir a demanda de fatores e serviços produtivos, bem como a comercialização de suas produções, ou ainda, a escolha da participação direta e sistemática em feiras livres, não se explica pela perspectiva do utilitarismo e do máximo lucro, senão que pela implementação de um projeto de vida baseado em valores culturais e éticos e orientado pela busca de uma vida plena. Creio que, para compreender-se esta perspectiva, encontra-se amparo a partir da especulação de Aristóteles (2015, p. 37): “Quanto a nós, é evidente que das coisas ditas a felicidade está entre as honradas e perfeitas. E parece ser também desse modo por ser um princípio, pois graças a ele que fazemos todas as outras coisas e o princípio e a causa dos bens é algo que assentimos como honrado e divino.”

Em uma entrevista junto a uma família de associados de um dos empreendimentos, a esposa iniciou sua explanação sobre os motivos que a levaram a ser agricultora e a participar

⁶⁶ Segundo Stuart-Mill (2000, p. 94, tradução nossa): “[...] a definição correta e completa de Economia Política, [é] “A ciência que trata da produção e distribuição de riqueza, tanto quanto eles dependem das leis da natureza humana.” Ou então: “ A ciência relativa às leis morais ou psicológicas da produção e distribuição riqueza. ”

de um empreendimento solidário, dizendo o seguinte: “[...] eu sabia que queria casar, que queria ser ecologista e que queria continuar a jogar vôlei.” (Entrevista 1). Quanto aos dois primeiros aspectos, a escolha da agricultura orgânica se mostrava óbvia, pois permitiria a obtenção de renda para sustentar sua família e, ao mesmo tempo, contribuiria para a preservação ambiental, mas me ficou a dúvida sobre a citação do vôlei, pois não sabia bem se era questão de lazer, apreço a competir ou qualquer outro motivo. Quando lhe questionei mais diretamente sobre o papel que jogar vôlei desempenhava em sua vida, ela me esclareceu que, é claro, gostava de praticar este esporte, mas o jogo em si não era mais do que um motivo para, semanalmente, romper o isolamento que a vida no campo implica, e desenvolver um convívio comunitário e, desta forma, contribuir para um estilo de vida mais integrado entre os moradores de sua localidade. Ademais, disse que a existência da Associação permitia um resultado semelhante, pois esta, ao invés de estar restrita ao crescimento do bem-estar de sua família, permitia a obtenção de uma melhoria nas condições de vida de outras pessoas em condições semelhantes, ou mesmo menos favorecidas que a sua.

Em outra entrevista junto a família de associados de outro empreendimento, me foi dito:

Eu estava na cidade, eu tinha um belo salário, minha esposa também tinha um belo salário, morava num apartamento, carrinho na garagem, filho na creche e eu volto para cá. Tudo tem um motivo: a criação da Cooperativa, a produção orgânica, eu ter voltado para o meio rural, [...] e eu voltei para resgatar aqui a história, a cultura e a identidade da família, produzindo sem agrotóxicos e cuidando do meio ambiente. (Entrevista 2).

Por sinal, em todas as entrevistas, três aspectos ficaram patentes: a consciência que os produtos ofertados pelas famílias de agricultores representam saúde para as pessoas, o sentimento de cumprimento de uma missão histórica ao cuidar do meio ambiente, e a condição, no mínimo paritária, que as mulheres assumem em todas as etapas dos processos produtivos e de comercialização dos produtos, bem como na gestão das cooperativas. Em relação ao primeiro aspecto salientado, quando visitava e entrevistava uma família associada à cooperativa, me foi dito:

O mais importante é ser produtor orgânico e isto se interliga com a cooperativa... Em primeiro lugar, estar em paz com aquilo que tu fazes, tu vais entregar um produto que tua família comeria, tu tens a consciência tranquila e tem um ganho fantástico de realização humana. (Entrevista 3).

Figura 6 - Feira de produtos orgânicos (IPA, Porto Alegre)



Fonte: O autor

Nota: Banner presente em uma tenda de comercialização de uma família associada a ASTRARSUL

Noutra entrevista, também este aspecto foi enfatizado, conforme pode ser ilustrado pelo seguinte depoimento de um agricultor visitado: “[...] não vou plantar de uma forma que eu possa prejudicar alguém [...] tu estás vendendo um pé de alface, mas tu estas vendendo o que nesta alface? Tu estas vendendo saúde, tu estas cuidando do solo [...]”, e arrematou dizendo o seu lema “Orgânico cultivado com carinho pelas famílias de agricultores da serra gaúcha!” (Entrevista 4).

Já em relação ao cuidado com o meio ambiente, chamou a atenção o fato de que, diferentemente do que prega a ortodoxia econômica, a natureza não é vista como apenas um recurso produtivo, ou, dito de outra forma, um fator de produção, mas um ventre que nos gera e que gera os elementos necessários para toda a vida no planeta e que possui articulações com outros elementos, inclusive espirituais, conforme atesta o depoimento deste agricultor, que exerce destacada liderança em seu grupo, quando o visitei sua casa:

Pensando o que que é terra, o que é ser humano [...] fui entendendo esta questão de meio ambiente [...] para tu ser agricultor ecológico tu tens que viajar para trás na história, tu tens que entender muita coisa do passado. O que que é uma constituição do ambiente, o que que é a terra, o que que é o ser humano [...] a ecologia é isto: ambiente, pessoas, tu ver o conceito do humano, não do material [...] e aí, quando fui estudar a doutrina espírita, ela me fez entender [...] a terra não é uma coisa única, ela não é isolada [...] (Entrevista 5).

Quanto ao aspecto da participação das mulheres no cotidiano, tanto, da produção agrícola nos estabelecimentos e na comercialização dos produtos, quanto, na gestão dos empreendimentos associativos, o que inicialmente me fez analisar a questão, embora não estivesse especificamente contemplada nos objetivos do presente trabalho, foi a forma gentil e atenciosa com que os casais se comportavam, tanto, no ambiente de seus lares, quanto, nos eventos coletivos. Em nenhum momento houve a monopolização da palavra, ou mesmo apenas a presença dos homens nas entrevistas, nos debates grupais, ou nos processos decisórios que tive oportunidade de assistir durante as assembleias e reuniões periódicas dos grupos. Inclusive isto se manifesta na composição das coordenações dos empreendimentos, nos quais as mulheres têm ocupado posições de destaque, onde, atualmente, por exemplo, num dos empreendimentos uma mulher é recorrentemente solicitada a coordenar os encontros mensais do grupo e, noutro, uma mulher é a tesoureira.

Figura 7 - Esposa e marido ofertando seus produtos



Fonte: O autor.

Nota: Feira de produtos orgânicos - IPA - Porto Alegre

Em um emocionante depoimento, durante a visita à casa de uma das famílias associadas, a mulher do casal me relatou sua saga de vida, pois vinha de um lar desestruturado pelo alcoolismo, o que a fez migrar para a cidade e, posteriormente, na juventude retornar ao meio rural, porque, embora este não oferecesse uma perspectiva muito promissora, era um ambiente menos hostil do que o vivido na vila que morava na região metropolitana de Porto Alegre. Conforme seu relato, quando conheceu seu marido, viu nele um homem decente e trabalhador, que, mesmo que de poucas posses, lhe permitia vislumbrar uma vida digna, e, embora à época fosse muito jovem, resolveu apostar no casamento, ainda que conforme suas

palavras “trabalhava de dia para matar a fome da noite”. Também, seguindo sua narrativa, o trabalho ombro a ombro com o marido foi permitindo que chegasse a um patamar de bem-estar que não seria possível de outra forma e, gratificada, me disse (na presença do marido):

[...] ou eu casava, ou voltava para a cidade, mas acho que Deus me colocou no lugar onde devia estar, e colocou ele no lugar onde a gente deveria se encontrar para a gente ter uma vida muito boa, muito superior as minhas perspectivas da época, e aí a gente está aí: construindo a nossa vida. (Entrevista 6).

Esta agricultora, assim como as demais entrevistadas e observadas nos eventos grupais, que participei durante a realização da pesquisa à campo, atua em condições paritárias com seu marido em todas as etapas da produção, do planejamento das atividades à comercialização e, nesta, mostra especial satisfação e realização, conforme seu relato:

A feira é uma visão de quase um planeta, eu saio de um planeta e entro noutro. Lá o tipo de pessoa que frequenta é, assim, um astral diferente, muito bom. A gente ouviu sábado de uma cliente, quando, após agradecer a compra que ela fez e desejar boa semana, ela dizer: muito obrigada eu, por me alimentar, por me trazer saúde. A gente ouvir isto é muito gratificante, é uma coisa de reconhecimento. Claro, que a gente não vai ser hipócrita, pois a gente planta para vender, mas a gente leva saúde para as pessoas, é um trabalho que tu beneficia o planeta, que traz saúde para as pessoas e a contrapartida é ter esse reconhecimento. (Entrevista 6).

Talvez isso possa ser atribuído à centralidade que o trabalho tem na vida de todas as pessoas entrevistadas, que, contrariamente ao que pressupõem o *mainstream da teoria econômica*⁶⁷, é visto como um elemento emancipatório e, mesmo, dignificante, como me disse um dos agricultores entrevistados: “o importante é o trabalho, não o que é feito” (Entrevista 4). Esta percepção relatada vai ao encontro do que diz Veronese (2009, p. 156): “Na dialética de produzir a cultura, podemos construir alternativas solidárias de vida sempre atravessadas pelas maneiras como trabalhamos o que necessitamos para a vida. ”

Dejours (1992), pesquisando e analisando os impactos das condições do ambiente, das tarefas e do objeto do trabalho na saúde mental dos trabalhadores concluiu que toda a atividade produtiva é revestida de símbolos, que, por seu turno, exercem forte influência na autoestima das pessoas. Em primeiro lugar, o *status* que assume a tarefa pode ser um elemento de regozijo ou de sofrimento, ou seja, quando se trata de uma atividade alienada, repetitiva e desprovida de criatividade, seu executor sente-se inferiorizado por exercê-la. Além disso, o objeto do trabalho exerce impacto na subjetividade do trabalhador, dada a importância percebida para aquilo que é sua ocupação, sua complexidade, e a importância do produto gerado.

⁶⁷ Segundo Jevons (1996, p. 151): “Poderíamos na verdade tratar o trabalho simplesmente como um caso de desutilidade, ou utilidade negativa, ou seja, como um sofrimento, ou pelo menos como um saldo geralmente penoso entre o prazer e o sofrimento suportado na ação de adquirir bens. ”

Quando empregamos esta abordagem em relação aos relatos colhidos junto as famílias entrevistadas e observadas nos eventos grupais, justamente o que salta aos olhos é o grande orgulho que sentem por fazerem o que fazem, da maneira que fazem e com quem fazem. Em relação a este último aspecto, importa, além do grupo familiar, também o coletivo da Associação e da Cooperativa estudadas.

Diversos motivos foram apontados para esta situação: o sentimento de estar colaborando com sua comunidade ao estar cooperando e não competindo com seus pares, a percepção de estarem adotando a solução mais eficaz para suprir eventuais deficiências de recursos em face as características do processo de produção e circulação de valores a que, inevitavelmente, participam, pois, afinal de contas, são produtores de mercadorias. Além disto, foi sempre enfatizada importância de perceberem o conceito positivo que usufruem, tanto em suas comunidades, quanto junto aos seus consumidores por fazerem parte de uma organização solidária.

Em relação ao primeiro aspecto salientado acima, quando entrevistava uma família em seu estabelecimento rural me foi dito: “A cooperativa reproduz nossa história, pois nossa história não está baseada na moeda, no dinheiro, mas na ajuda das famílias a força que isto fazia, na solidariedade, na confiança, do doar-se, da honestidade. ” (Entrevista 7). É interessante observarmos que a visão compartilhada por este depoimento vai ao encontro do que Giddens (2005, p. 26) propõe: “[...] os ambientes sociais dos quais viemos tem muito a ver com os tipos de decisões que julgamos apropriadas. ”

Já, quanto a importância econômica dos empreendimentos solidários, outro agricultor atestou: “A cooperativa é para me levar aonde sozinho eu não vou, assim com ideias, não é só produto é mudança de algo. ” (Entrevista 4). Aqui a mensagem reveste-se de um duplo significado, pois refere-se a escalas econômicas, pois mais adiante na entrevista ele esclareceu que para participar de mercados de maior porte e mais distantes seria necessário “preço, variedade, quantidade e constância”, o que a cooperativa permitia, mas também estava se referindo ao aspecto ideológico de sua prática, na qual não pesava apenas o sucesso na venda de seus produtos, mas na afirmação do modo com que se relacionava com seus pares, que eram exatamente isso, pares e não adversários.

Em relação ao último aspecto, referente a boa imagem que o formato institucional solidário inspira, me foi relatado que, em muitos casos, os consumidores das feiras privilegiam suas bancas para adquirirem seus produtos quando os identificam como membros de empreendimentos associativos. Também, manifestaram seu orgulho, em ambas as

instituições solidárias, por seus empreendimentos estarem sendo sido motivo de pesquisas e de premiações devido a sua eficácia, sustentabilidade ao longo do tempo e coerência de propósitos.

Portanto, dadas às informações coletadas, as motivações e valores que animaram a criação, a implementação e a sustentabilidade os empreendimentos estudados nesta tese, não se originam exclusivamente de motivos individualistas, utilitaristas ou meramente mercadológicos, mas, em primeiro lugar, fundamentam-se numa visão ética, onde o culto a história de suas famílias e o compromisso que sentem em relação às pessoas que formam suas comunidades os estimulam e os encorajam a buscar soluções solidárias, ao invés de competitivas para desenvolverem seus projetos de vida. O que me parece muito bem expresso no seguinte depoimento de um dos agricultores entrevistado em seu estabelecimento rural:

A gente da agricultura familiar vê muito o agronegócio como nosso grande opressor, mas na realidade nosso grande opressor somos nós mesmos [...] Nós temos a opção de escolha: [...] o que vai nos nortear é o valor material ou o valor moral, o valor humano? Isto que vai determinar qual o caminho. (Entrevista 5).

Observando este depoimento, pode-se claramente perceber a filosofia construcionista (GIDDENS, 2005) que permeia a dinâmica de constituição e implementação dos empreendimentos estudados, na medida em que há uma compreensão das estruturas que cercam e contextualizam a vida concreta dos agricultores, mas também há o reconhecimento de que é possível traçar uma linha de conduta, baseada em valores, que não seja apenas a reprodução dos valores e aspirações dominantes no sistema estruturante em seu entorno.

4.2 O DESAFIO DA AUTOGESTÃO E DA CONSTITUIÇÃO DE REDES SOLIDÁRIAS

Durante a realização da pesquisa a campo, conforme relatado, pude perceber que não há visões divergentes entre as famílias associadas aos empreendimentos sobre o significado e o propósito de suas unidades de produção, porém, em relação, a importância e ao papel que a Associação e a Cooperativa representam para o sucesso de seus planos de vida, as visões, embora não divergentes, mostraram importantes diferenças. Um dos elementos que explica esta circunstância pode ser relacionado ao motivo primordial para a criação destas instituições, que foi a possibilidade de acesso grupal, à época, a recursos para investimentos produtivos oriundos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, bem como de recursos sem retorno financeiro oriundos do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais –PROINF. Desta forma, estas organizações não tiveram em seu nascedouro uma missão política, compartilhada por todos,

de promover e ampliar novas relações sociais, que, no limite, apontassem para a transformação das relações sociais de produção capitalistas, mas sim permitir acesso a recursos financeiros em condições favorecidas, e que eram extremamente desejados por eles. Além disto, o formato associativo dos empreendimentos não representava para eles, em si, algo excêntrico ou disfuncional pois, conforme já havia constatado Chayanov (2017, p. 87), em termos de agricultores familiares, a cooperação “[...] não possui uma existência própria independente, mas constitui uma extensão organizada da produção familiar [...]”

Com isto, mesmo que, por um lado, todos mostram-se satisfeitos por pertencerem as suas respectivas organizações solidárias, porque isto lhes confere um bom conceito social, conforme antes relatado, e, também, porque estas instituições mostram-se funcionais na obtenção de alguns serviços essenciais, especialmente, como transporte, certificação de conformidade de produção orgânica e assistência técnica, por outro lado, o sentido e a importância atribuído por eles é diferenciado.

Com efeito, durante a pesquisa de campo, tanto ouvi de agricultores que “[...] a Associação em si, afora a certificação de orgânico, não me dá nada.” (Entrevista 8), ou “[...] o que une a Cooperativa é o dinheiro que propicia.” (Entrevista 2), como ouvi que “[...] ecologia se faz em comunidade, não no meu cantinho.” (Entrevista 10), e, ainda, ouvi de outro agricultor que “[...] é uma mão segurando a outra para que tudo ande junto.” (Entrevista 9). Ou seja, os resultados das instituições estudadas mostram-se positivos e adequados as expectativas de seus membros, ainda que em níveis e extensões diferenciadas, e não frustram os propósitos individuais, o que vai ao encontro da reflexão de Chayanov (2017), que advoga que as cooperativas de comercialização são aparatos sociais que os agricultores familiares recorrem para atenderem socialmente interesses particulares. Mas, estas visões diferenciadas sobre o sentido mais geral dos empreendimentos solidários e os resultados a que estes devem se ater, inevitavelmente, tendem a gerar tensões no interior dos empreendimentos solidários e representam um desafio para sua estabilidade societária e sustentabilidade ao longo do tempo. Mas, como isto é encarado e equacionado pelos coletivos destas instituições?

Aqui, houve uma grande convergência sobre a postura que deve ser adotada para tratar estas e outras diferenças de pontos de vista que, ao longo do tempo, vão se apresentando no dia a dia da gestão das instituições estudadas: dar tempo ao tempo. Em uma das entrevistas, quando eu questionava a respeito de eventuais diferenças de objetivos e posturas dos membros dos coletivos estudados, me foi relatado “[...] a gente não é tudo perfeito não, mas vai se ajustando.” (Entrevista 4). Em outra oportunidade, tratando do mesmo tema ouvi

do entrevistado uma analogia ao método que deve ser empregado para domar juntas de bois para o trabalho num moinho, onde, se você colocar simultaneamente dois animais xucros, torna-se quase impossível a tarefa, mas, se você mantém um animal já domesticado e manso, o outro xucro vai, paulatinamente, adquirir o comportamento necessário para que a junta trabalhe em harmonia, e arrematou dizendo que deve-se, evidentemente, ter critérios para a composição do corpo de associados de sua instituição, mas sempre deve haver uma certa contenção na aceitação de novos membros, pois o grupo pré-existente, que já construiu confiança e afinidade de práticas, deve sempre ser majoritário, justamente para “ensinar” valores, métodos e compartilhar expectativas comuns e, assim, manter o equilíbrio necessário.

Também a partir destas observações, pude atentar para algo que, posteriormente, foi recorrentemente referido como condição *sine qua non* para a viabilidade da gestão: tolerância. A tolerância, entretanto, foi por eles colocada não como permissividade, mas como respeito as diferenças, como a arte de procurar o momento e a forma adequada para tratar divergências sem transforma-las em conflitos ou bloqueios à necessária ação coletiva do grupo. A este entendimento, foi agregada a conclusão de que havendo respeito e transparência se constrói confiança, e, dado este valor, é possível construir coesão e um processo participativo que, ao invés de aguçar interesses conflitantes ou oportunistas, permita um debate honesto e leal, conforme me relatou uma agricultora: “Confiança e participação são fundamentais num grupo [...]” e arrematando disse que “[...] cada vez que participamos de algum processo coletivo a gente conhece mais alguma coisa ou pessoa.” (Entrevista 11).

Também questionando sobre as dificuldades que, eventualmente, poderiam ser observadas no processo de autogestão, tendo em vista opiniões diferentes sobre o foco da Associação, ouvi de um agricultor: “As coisas podem funcionar e, hoje, estão funcionando porque se oferece companheirismo para mudar e não se chega punindo.” (Entrevista 4).

Em pé de igualdade à importância dada à tolerância, foi salientada a transparência nas motivações, nas informações e nas ações, ou seja, houve uma convergência em termos de que a condução dos empreendimentos associativos deveria partir de uma base de entendimento, onde as razões para toda e qualquer ação deveriam ser previamente esclarecidas, bem como estas ações deveriam ser levadas adiante com o pleno conhecimento do corpo de associados. Dita de outra forma, os coletivos de associados demandam uma permanente e qualificada informação sobre: o que fazer, porque fazer e como fazer.

Alinhado a isto, segundo o depoimento dos entrevistados e os relatos presenciados nas reuniões e assembleias, é possível uma gestão autônoma e democrática, quando também

for construído um sentimento de confiança, pois esta é a base da gestão e fonte da autoridade delegada às pessoas que dirigem os respectivos empreendimentos associativos. Conforme o depoimento de um agricultor associado: “A transparência é que gera toda a confiança, inclusive no consumidor de nossos produtos.” (Entrevista 13). Em outro momento, durante uma das reuniões mensais da Associação, quando indaguei como era construída a confiança entre eles, um dos participantes me disse: “Confiança começa por confiar em si mesmo, é confiar que sua ação não vai agredir a terra.” (Entrevista 12), com isto ele estava se referindo ao fato de que havia honestidade de propósitos ente eles, que se constituía a partir da escolha por ser um agricultor ecológico.

Portanto a gestão dos empreendimentos estudados se organiza no tripé tolerância, transparência e confiança. No transcurso da pesquisa, a estes três elementos também foram agregados a necessidade de haver honestidade, participação e democracia nas decisões, coisa que, durante as assembleias que tive a oportunidade de assistir, ficou patente, ainda que, no geral, grande parte dos presentes, embora atenta, não usava a palavra no transcorrer dos eventos, mas seu silêncio não demonstrava insegurança, e o clima do ambiente não denotava sinais de insatisfação ou desconfiança nas informações e explicações apresentadas. Deve-se registrar, por sinal, que, especialmente em relação aos aspectos financeiros, os dados eram precisos, detalhados e longamente explicados a partir de uma síntese que se propunha a informar: “Quanto vendemos? Onde entrou (locais de venda)? Quanto tivemos de gasto?”

Figura 8 - Assembleia COOPEG (30-3-2017)



Fonte: O autor

Figura 9 - Reunião mensal da ASTRARSUL (6-12-2016)



Fonte: O autor

Afora os aspectos filosóficos que balizam a postura dos gestores dos empreendimentos, é claro que foi enfatizada a necessidade de haver normas e regras que orientem a todos e permitam que, embora de forma descentralizada, haja coerência e simetria de tratamento entre todas as pessoas associadas, coisa que o seguinte depoimento de uma pessoa entrevistada indica: “A experiência da ação do grupo, segundo as regras de procedimento, mas com entendimento, vai construindo confiança.” É possível interpretar este depoimento de forma aderente a análise de Sabourin (2011, p. 127):

As normas correspondem a valores internos ao grupo e as regras são representações compartilhadas com o exterior e, eventualmente, sujeitas a sanções. A ação coletiva depende da capacidade de elaboração e adaptação de regras comuns, cuja institucionalização dentro de um grupo constitui uma incitação à cooperação e ao compartilhamento.

Assim, rotineiramente foi salientado que as regras nascem de valores compartilhados e são definidas em processos democráticos e participativos. Um bom exemplo disto é o caso do “grupo das verduras”: em ambos os empreendimentos solidários, a maior parte dos associados produz “olerícolas”, que, no caso da COOPEG, são majoritariamente vendidas em redes de supermercados, e no caso da ASTRARSUL em feiras livres. No primeiro caso, o limite são as encomendas dos varejistas e, no segundo, o movimento diferenciado de venda das feiras, e, assim, resta uma importante questão: quanto e onde vende cada sócio?

Quanto a primeira questão, há um processo de debate entre as famílias produtoras para o estabelecimento de quotas entre os diversos interessados e, estas quotas, levam em conta, o tamanho da família, sua capacidade produtiva, sua situação financeira e seu histórico

junto a cooperativa. Via de regra, é buscada uma equalização entre as pessoas, de forma que se permita um padrão de vendas que privilegie as famílias mais numerosas e de, relativamente, menor patrimônio, como forma de promover-las socialmente, conforme foi dito em uma reunião: “alguém tem que ceder para o grupo se equilibrar”⁶⁸. Já, em relação aos pontos de venda, no caso das feiras livres, buscam algo semelhante, procurando alocar os feirantes em equipamentos de venda compatíveis com suas produções. Ademais, no caso da ASTRARSUL, os feirantes comercializam não apenas sua produção própria, mas também a produção de outros, desde que isto não venha a competir com sua própria produção. Com isto, além da reciprocidade embutida nesta prática, também há vantagens mercadológicas, pois, o mix de produtos ofertados é mais variado e atrativo. Estes “grupos das verduras”, é bom que se registre, reúnem-se mensalmente para avaliar o andamento da comercialização e planejar os plantios individuais, para atender os objetivos antes salientados.

Nas entrevistas junto às famílias, sempre que questionei sobre a necessidade de regras e se elas eram necessariamente explícitas, normalmente as respostas eram embasadas não nos delitos, mas na confiança e coesão, como atesta este depoimento de uma família entrevistada, quando perguntei como eles encaravam a necessidade de haver regras de procedimentos: “[...] a lei que orienta é a lei pune, mas ela não veio para me punir e sim para me orientar, [...]” Esta legitimidade atribuída as normas de procedimentos dos associados, também foi reconhecida por agentes externos, quando de uma reunião entre a ASTRARSUL e técnicos da Rede ECOVIDA, com vistas a constituição de um núcleo de conformidade orgânica na região da Lagoa dos Patos, pois nos encaminhamentos finais o técnico credenciado apontou: “O grupo de vocês, do jeito que é hoje, tem condições de orientar os agricultores na transição [*para produção orgânica*] e respeito as normas e, se não houver conformidade, tem condições de tomar as medidas necessárias.”

Portanto, em face, tanto, aos depoimentos coletados junto às famílias associadas aos empreendimentos solidários pesquisados, quanto, a observação das reuniões mensais e assembleias anuais dos grupos, a longevidade, estabilidade e sustentabilidade destas instituições está alicerçada num processo de gestão ancorado em valores compartilhados e numa prática participativa, transparente e democrática que garante legitimidade à gestão dos empreendimentos e, desta forma, a condução de seus destinos se orienta na obtenção de objetivos coletivos que são por todos acatados, mesmo que para sua definição possam haver eventuais divergências pontuais. Também, a partir do que foi observado e relatado pelas

⁶⁸ Reunião da Organização de Controle Social OCS, Cerro Grande do Sul, 10-05-2017.

pessoas observadas, não há na linha do horizonte receio ou intenção de desagregação das instituições, pois estas, como já salientado, atendem aos propósitos de promover a economicidade dos empreendimentos familiares associados e o bem-estar de seus sócios.

4.3 IDENTIDADE OU DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

Conforme descrito por Marx em “O Capital”, o modo de produção capitalista tem uma dinâmica de evolução onde, a cada ciclo completo de circulação-produção-circulação dos valores-capital empregados, o ponto de partida do processo de produção e realização da mais valia tende a ser ampliado em magnitude de valor devido ao reinvestimento do excedente realizado no mercado. Essa dinâmica, caracterizada então pela acumulação e concentração do capital, tende, por seu turno, a também centralizar o capital, que por diversas formas, é levado a ser controlado por poucos, reduzindo o número de empreendimentos capitalistas autônomos e aumentando o poder e a propriedade dos meios de produção nas mãos de um, proporcionalmente, reduzido número de agentes econômicos.

Entretanto, estas tendências gerais não devem ser entendidas como determinações, e, especialmente no estilo de agricultura familiar, onde trabalho e patrimônio estão associados em torno de um objetivo final, que é a reprodução social do núcleo familiar, esta marcha inexorável, ou para o capital, ou para o assalariamento não necessariamente ocorre, como também não parece tender a acontecer nos grupos sociais sob análise. As razões pelas quais isto não se verificou em todos os segmentos sociais e produtivos nas sociedades capitalistas, foge ao escopo deste trabalho, mas em termos dos empreendimentos estudados, pode-se encontrar algumas explicações, tendo em vista os contextos e as práticas verificadas no estudo de campo.

Em primeiro lugar, deve-se registrar que a população estudada, pode ser entendida como de produtores mercantis simples, uma vez que suas produções se baseiam fundamentalmente no trabalho familiar, com a incidência de trabalho temporário em épocas críticas do ciclo agrícola, o que ocorre especialmente entre as famílias que contam apenas com o trabalho do casal, ou apenas um filho ou filha, e que desfrutam da propriedade privada sobre os meios de produção. Demais, as metamorfoses dos valores empregados nos ciclos de produção e circulação, não iniciam e terminam por valores de troca, mas de uso, pois o objetivo da produção não é a valorização dos valores empregados, mas a obtenção de meios de vida (valores de uso) destinados a manutenção e reprodução social do núcleo familiar.

Normalmente, dada a propriedade privada dos meios de produção e a concorrência entre os produtores de mercadorias, há uma tendência ao enriquecimento de uma minoria e o empobrecimento dos demais, constituindo-se, assim, o ponto de partida para o aparecimento e o desenvolvimento das relações capitalistas, porém, o *modus operandi* dos empreendimentos estudados, tem, entre suas regras de integração aos mercados, a observância de limites a expansão individual e isolada de sua oferta, pois o coletivo dos associados avalia as possibilidades de vendas em cada ponto de mercado e busca uma equalização entre renda auferida, reprodução familiar e capacidade produtiva dos associados. Com este procedimento, conforme foi relatado no caso do “grupo das verduras”, há uma ação grupal que permite a geração de renda de uma forma mais homogênea entre as famílias, o que, por seu turno, refreia tendências mais fortes de diferenciação social. Com efeito, no caso em estudo, a oferta de cada família isoladamente considerada não é pautada unicamente pela disponibilidade de recursos e o poder que isto poderia lhes conferir, mas, dados estes recursos e a disponibilidade de força de trabalho familiar, o grupo todo debate os limites e especificações da produção de cada família, individualmente considerada, e o volume total de produtos que são viáveis de serem ofertados nos diferentes pontos de venda e equipamentos de comercialização. Portanto, considerando a estrutura de comercialização a que as famílias se filiam, não há como se consolidar uma tendência a assimetrias produtivas e de renda entre elas, mesmo que hajam diferenças relevantes em suas respectivas disponibilidades patrimoniais.

Além disto, na herança cultural das famílias estudadas é claramente perceptível a presença da dádiva e da reciprocidade, que aliadas a troca compõem o mosaico de formas institucionais de sua economia, que se integra em suas vidas e grupos sociais permeada por valores não mercantis, em que pese a importância que as trocas monetárias ocupam nas suas estratégias de sobrevivência. Os movimentos de dádiva e contra dádiva (SABOURIN, 2011), na medida em que se tornam elementos culturais perenes, estruturam relações de reciprocidade também perenes (POLANYI, 2012b), que permitem um sentimento de pertencimento a todos os membros dos coletivos dos empreendimentos solidários e, com isto, a participação nestes empreendimentos ultrapassa os interesses imediatos, pois lhes assegura uma perspectiva de segurança social e amparo afetivo. Durante o período de minha pesquisa à campo, dois fatos observados me firmaram esta descoberta:

No primeiro caso, uma das famílias passou por um processo de separação do casal e, tendo o marido se retirado do estabelecimento rural, a esposa permaneceu com a responsabilidade de assumir isoladamente sua gestão, mas teve seriamente e reduzida a

disponibilidade de força de trabalho para as atividades produtivas, pois seus três filhos ainda não haviam atingido a adolescência e, fruto disto, não havia condições de sua plena incorporação à produção, tanto porque eram crianças, quanto porque possuíam compromissos com a escola. Sabendo desta circunstância, o restante do quadro de associados organizava mutirões para apoiá-la em períodos críticos dos cultivos, especialmente distribuição de adubo orgânico, capina e colheita. Quando aconteciam estes mutirões ela oferecia as refeições e, é claro, se ombreava aos demais nas atividades de trabalho pesado, o que não era para ela novidade, pois a rotina das mulheres rurais sempre possui dupla jornada: uma na lavoura e outra em casa, cuidando da prole e das demais atividades domésticas, que, mesmo com a ajuda dos maridos, são vistas como sua responsabilidade precípua.

Observando a forma e o clima que revestia estes momentos de trabalho coletivo e voluntário, o que se percebia era uma extrema satisfação com o esforço dispendido em favor de uma terceira pessoa, sem que houvesse qualquer promessa formal de contrapartida, ou, evidentemente, de retribuição pecuniária. Esta postura do grupo, conforme pude colher dos questionamentos que fiz a algumas pessoas após a jornada de trabalho, em primeiro lugar decorria da satisfação que os atores sentiam por honrar suas tradições de ajuda mútua, conforme antes relatado, e, ainda, a consciência de que assim agindo estavam não apenas apoiando uma pessoa necessitada de ajuda, mas também estavam solidificando as bases de ação comum corporificadas nos seus respectivos empreendimentos solidários. Nesta perspectiva da reciprocidade, são emblemáticos os depoimentos de dois agricultores entrevistados em seus respectivos estabelecimentos: “Se pratica o ‘nós’ com o diálogo, sabendo o que o outro precisa, sabendo ajudar o outro, ajudando na produção do outro.” (Entrevista 1), “A vida da gente é um mundo, que é redondo, assim como a gente está em cima pode estar em baixo.” (Entrevista 2).

No segundo caso, observei que em ambos os empreendimentos estudados haviam pessoas que se destacavam pela curiosidade acerca das questões técnicas que envolvem a produção ecológica e que, afora pesquisa-las as aplicavam com sucesso em seus empreendimentos, reduzindo custos de produção e incrementando a qualidade dos produtos. Em condições usuais de nossa sociedade, onde há a apropriação privada dos ganhos de produtividade, estes conhecimentos seriam empregados exclusivamente para o aumento da margem de lucro individual, tanto pela redução de custos, quanto pela conquista de maior fatia de mercado. Entretanto, nos grupos estudados, as pessoas que dominam conhecimentos desta natureza incentivam a realização de eventos de troca de experiência entre os membros

dos grupos, onde são apresentadas as bases dos novos conhecimentos e, no caso de já os terem empregado, organizam visitas (dias de campo) às suas lavouras para comprovar seus resultados, de forma a incentivar sua adoção pelos demais.

Figura 10- Reunião da ASTRARSUL, acerca de bromatologia e nutrição dos solos (4-4-2017)



Fonte: O autor

Outro elemento que tem servido para mitigar as assimetrias de renda dos membros dos empreendimentos solidários estudados é o fato de que, em se tratando de produção familiar de base ecológica, o limite primeiro à produção de hortícolas não é o patrimônio, mas a força de trabalho disponível. Assim, especialmente a disponibilidade de terras, em si, não representa um fator de diferenciação, uma vez que a área cultivada pelas famílias tende a ser semelhante para disponibilidades semelhantes de força de trabalho, que via de regra, situava-se em torno de dois equivalentes homem por família, acrescidos de um equivalente homem em média em períodos de pico de trabalho, conforme já referido, nos períodos de preparo de solo, plantio e colheita. Já em relação a área destinada a lavouras, a área média declarada foi de 2 ha, considerando frações em pousio de solo. Também houve convergência em termos de meta de renda média mensal familiar, sendo de três salários mínimos para os associados da ASTRARSUI⁶⁹ e de 5 salários mínimos no caso dos associados da COOPEG, o que está compatível com a renda média familiar verificada nas respectivas regiões (Quadro 6).

⁶⁹ Média de renda mensal dos trabalhadores formais no Município de Cerro Grande do Sul é de 2,1 salários mínimos e de 2,5 salários mínimos no Município de Garibaldi (Quadro 3).

Quadro 6 - Síntese de informações sobre trabalho e rendimento municipais

	Cerro Grande do Sul	Garibaldi
Mesorregião – IBGE	Metropolitana de POA	Nordeste Rio-grandense
Microrregião - IBGE	Camaquã	Caxias do Sul
Salário médio mensal dos trabalhadores formais	2,1 salários mínimos	2,5 salários mínimos
Posição relativa:		
No país:	1.368°/5.570	502°/5.570
No estado:	275°/497	87°/497
Na microrregião:	2°/8	12°/19
Pessoal ocupado	1.093 pessoas	16.876 pessoas
Posição relativa:		
No país:	2.878°/5.570	392°/5.570
No Estado:	234°/497	33°/497
Na microrregião:	5°/8	4°/19
População ocupada	9,6%	50.6 %
Posição relativa:		
No país:	3.337°/5.570	50°/5.570
No estado:	445°/497	11°/497
Na microrregião:	6°/8	1°/19

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, c2017.

Por derradeiro, outro elemento constatado que tem servido para a redução de assimetrias de renda e patrimônio é o fato de que há um incentivo permanente para que as pessoas contratadas pelas famílias para lhes auxiliarem nas atividades das lavouras desenvolvam suas próprias produções, em terras próprias ou arrendadas e que se associem à Cooperativa ou a Associação, conforme depoimento de duas famílias de agricultores que foram entrevistadas, quando comercialização seus produtos em feiras de orgânicos em Porto Alegre.

Assim, de acordo com os depoimentos coletados e as observações de atividades grupais, durante a pesquisa de campo, pode-se dizer que, embora sejam relatados casos de algumas pessoas que manifestam, eventualmente, uma ansiedade pela obtenção de um maior resultado financeiro, a atividade produtiva desenvolvida pelas famílias e potencializada pelos respectivos empreendimentos solidários não se mostra, isoladamente, como um fator de diferenciação social, e no caso da ação associativa, conforme relatado, a tendência é de preservar-se a identidade do grupo, mesmo que haja eventuais diferenças nas rendas médias das famílias.

Figura 11 - Famílias Associadas à ASTRARSUL e entrevistadas em suas residências



Fonte: O autor

Figura 12 - COOPEG; Famílias entrevistadas em suas residências



Fonte: O autor

4.4 TECENDO REDES E CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

É natural então que não denominemos feliz nem ao boi nem ao cavalo nem a qualquer outro dentre os animais; pois não lhes é possível partilhar de tais atividades [...] e aqueles a quem chamamos felizes só os são pelas suas esperanças. (ARISTÓTELES, 2015, p. 32).

A análise do tema das redes institucionais e do desenvolvimento territorial requer, de imediato, que se identifique o referencial epistemológico que orientará a análise proposta. Nesta perspectiva, as redes socioeconômicas, que são aquelas instituições que se interligam diretamente com o objeto de estudo deste trabalho, serão entendidas como estruturas sociais estáveis, organizadas em torno de objetivos comuns e baseadas em regras e procedimentos padronizados, sancionados, reconhecidos, aceitos e seguidos socialmente (GIDDENS, 2005).

Já, o formato, propósitos e valores destas redes, por seu turno, têm sua racionalidade vinculada a uma característica marcante da nossa época - a modernidade, que é o desencaixe entre tempo e espaço. Esta circunstância, entre outros efeitos, retira a autonomia social e produtiva das diferentes localidades, esmaecendo suas particularidades sociais e ambientais. Dado isto, em primeiro lugar, temos a padronização do tempo, não importando características locais de qualquer ordem, pois este possui a mesma escala de medida em todo o planeta. Associado a este fenômeno está o desencaixe entre produção e consumo local, que, por seu

turno, reforça a perda de autonomia dos territórios, pois, caso rompam com a cadeia de elos que os interligam a outros territórios, independentemente da distância geográfica, dada a forma com que a produção mercantil se estrutura, esses conviveriam simultaneamente com escassez e excesso de produtos. Esta circunstância de nossa época é, assim, caracterizada por Giddens (1991, p. 29, grifo do autor):

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente em cena; a ‘forma visível’ do local oculta relações distanciadas que determinam sua natureza.

Em termos de agricultura esta circunstância de desencaixe do tempo é bastante evidente, inclusive no caso dos grupos sociais estudados, e pode ser exemplificada pelo processo de preparação e comercialização de seus produtos que, em grande parte, se dá em feiras livres de produtos orgânicos, especialmente na cidade de Porto Alegre, onde, na maioria dos casos das feiras, o horário de comercialização se dá das 7 horas às 12 horas. Em face a isto, o trabalho de preparação da carga inicia no dia anterior a feira, aproximadamente às 15 horas e se estende até às 22 horas, aproximadamente. Pode-se questionar o horário de início do processo, pois se fosse mais cedo do dia, poderia encerrar-se mais cedo, e, assim, não comprometendo o período de descanso das pessoas, mas, na realidade, isto é feito desta forma para reduzir ao mínimo a perda de qualidade dos produtos *in natura* comercializados. Após feita a carga, resta o transporte até os respectivos pontos de venda, e as distâncias, tanto, de Cerro Grande do Sul, quanto, de Garibaldi até Porto Alegre se equivalem, e, nos dois casos, as famílias de feirantes precisam se deslocar de seus lares a partir das 3 horas da madrugada, pois às 7 horas a banca deve estar montada e os produtos devidamente expostos. Após às 12 horas as bancas devem ser desmontadas, a carga sobrando e os equipamentos da banca devem ser acomodados nos veículos e se inicia o retorno das famílias, que, normalmente, aportam em seus estabelecimentos após às 15 horas, portanto, num período de 24 horas, independentemente se noite ou dia, as famílias trabalham aproximadamente 19 horas⁷⁰.

⁷⁰ “Quando me deparei com esta informação, ao questionar uma agricultora que rotineiramente oferta seus produtos em uma feira de produtos orgânicos em Porto Alegre e que opera no período das 7 horas às 12 horas, obtive a seguinte resposta: “mas estar aqui e conversar com as pessoas é a minha diversão.” (Entrevista 14). Isto, mais uma vez reforçou o caráter central que os valores sociais operam nas decisões econômicas destas famílias

Quando focamos a atenção no desencaixe⁷¹ espacial, percebe-se que a falta de autonomia local é ainda maior, pois a produção é especializada em poucos produtos e o volume produzido é exorbitante em face as necessidades de consumo de seus produtores, pois se destina a mercados de outros territórios. Demais, como estes produtos são mercadorias, dependem de serem vendidos para que as famílias, que empatam seu tempo e seus demais recursos produtivos, obtenham a renda que deverá ser empregada para a recomposição dos custos incorridos em sua produção (custo de vida, depreciação, etc.), e caso isto não ocorra seu modo de vida resta inviabilizado.

Esta lógica social, econômica e ambiental, por seu turno, desloca a crença e, em seu lugar, impõem a necessidade de confiança⁷² (GIDDENS, 1991). Isto decorre da dinâmica das sociedades desencaixadas, pois a presença e a ausência coabitam os espaços, ressignificando perigos e os riscos a eles associados, criando um ambiente onde há pouca margem para crenças, pois as relações alongadas no tempo e no espaço em diversas áreas da vida, como na economia, via de regra, não permitem o ato de testemunhar e compor com isto um monitoramento avaliativo que embase conclusões e crenças. A confiança, desta forma, torna-se socialmente relevante, à medida que os perigos deixam de ser abordados como algo sujeito ao destino.

Granovetter (1973, 2007), enfocou esta questão sob a perspectiva dos custos de transação, concluindo que os empreendimentos econômicos, não apenas buscam reduzir os perigos e riscos de perdas em mercados mediante a adoção de contratos, mas, especialmente, procuram “testemunhas”, a partir de redes e laços de relações sociais que permitam consultar pessoas julgadas aptas para oferecer informações confiáveis para temas específicos que afetam ambientes alongados.

Giddens (1991) abordou esta questão segundo um escopo mais amplo, no qual, não apenas, estão contempladas estratégias econômicas, senão que todas as instâncias da vida em sociedade, quando estas estão sujeitas a, digamos assim, “presenças ausentes”, Nesta realidade, novas instituições são constituídas: os sistemas abstratos, que são mecanismos sociais que permitem aos indivíduos operarem dentro de uma rede específica, segundo diferentes valores, objetivos e condições de participação, e, ao procederem desta forma,

⁷¹ “Por desencaixe me refiro ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas no tempo-espaco.” (GIDDENS, 199, p. 31).

⁷² Segundo Giddens (1991, p. 41): “A confiança pressupõe consciência das circunstâncias do risco, o que não ocorre com a crença. Tanto a confiança como a crença se referem a expectativa que podem ser frustradas ou desencorajadas. A crença... se refere a uma atitude mais ou menos tida como certa de que as coisas familiares permaneceram estáveis.”

usufruir de acesso a objetivos determinados com um nível satisfatório de confiança⁷³. Estes sistemas abstratos, por sua feita, compõem-se de dois mecanismos de desencaixe, que permitem um realinhamento no tempo e no espaço, o primeiro são as “fichas simbólicas” que “[...] são meios de intercâmbio que podem ser “circulados” sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular.” (GIDDENS, 1991, p. 32). O segundo são os “sistemas peritos” que são “[...] sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes, material, e social m que vivemos hoje.”

De outra parte, pude verificar em minha pesquisa de campo que a característica mais importante, tanto, da ASTRARSUL, quanto da COOPEG, é o fato de tratarem-se de instituições que congregam apenas produtores que tem na Agroecologia a base para suas intervenções nos ambientes de suas produções e nas relações que estabelecem com os demais atores sociais com que interagem, fazendo com que privilegiem a cooperação, ao invés da competição. Inclusive em termos de agricultura, entendem que os produtos que retiram dos solos não representam uma produção resultante de seus esforços isolados, senão que uma coprodução resultante de sua ação dinamicamente associada aos demais elementos orgânicos e inorgânicos que compõem o ambiente natural.

Com estes referenciais, pode-se estabelecer uma compreensão das relações socioeconômicas e do formato institucional dos empreendimentos associativos estudados neste trabalho, tendo como pano de fundo, tanto, as bases ontológicas da Agroecologia, quanto, as articulações entre o tema do ambiente natural, saúde, segurança alimentar e conformidade de produtos orgânicos, assuntos recorrentes nos relatos colhidos à campo. Inicialmente, cumpre salientar-se que a Agroecologia é uma ciência multidisciplinar e multidimensional, onde a interferência no ambiente natural orienta-se por um conjunto de disciplinas científicas, tais como, agronomia, geologia, climatologia, economia, etc., bem como por diversas dimensões da vida em sociedade, como a dimensão social, a dimensão ética, e a dimensão cultural, entre outras (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

A partir destes elementos, tem-se que o entendimento e análise das redes sociotécnicas, em que os empreendimentos solidários se inserem, necessitam para sua correta compreensão que sejam contextualizados quanto a sua história e cultura, e não apenas em relação aos benefícios recíprocos que proporcionam. Também, a partir das informações

⁷³ “A confiança, em suma, é uma forma de ‘fé’ na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva.” (GIDDENS, 1991, p. 37).

coletadas nas entrevistas, soube que a inspiração, tanto, para o estilo ecológico de produção empregado pelas famílias, quanto, o formato atual dos seus empreendimentos solidários teve a mesma fonte de inspiração inicial: o Centro Ecológico Ipê. Esta instituição é uma ONG que atua, desde 1985, buscando viabilizar avanços sustentáveis na produção agrícola, estimulando a adoção de tecnologias alternativas, segundo uma filosofia da preservação ambiental e de justiça social. Para levar adiante a consecução de seus propósitos o CE Ipê tem por método a realização de visitas, reuniões, cursos e oficinas de capacitação e planejamento e, com isto, tem assessorado organizações de agricultores familiares na produção, processamento e comercialização de alimentos ecológicos. Como decorrência natural deste trabalho tem havido um incentivo ao “[...] resgate e manejo da biodiversidade agrícola e alimentar, o estímulo à organização de produtores e consumidores, o desenvolvimento de mercados locais para produtos ecológicos e o estímulo a formulação de políticas públicas que incentivem uma agricultura sustentável. ” (CENTRO ECOLÓGICO, 2018). Estes propósitos, por seu turno, estão submetidos aos seguintes princípios:

- 1) uma visão ecológica da agricultura e de sua interface com os ecossistemas naturais. Os sistemas de produção agrícola são interpretados e manejados como sistemas sócio ecológicos, multideterminados, complexos e em permanente transformação, cuja reestruturação envolve diferentes níveis de intervenção;
- 2) a necessária combinação entre saber científico e saber popular, na construção de um conhecimento capaz de fundamentar um processo mais amplo de transformação social.
- 3) a busca da viabilização econômica e social da agricultura familiar. Os produtores não são considerados objeto de experimentação, mas sujeitos da construção de uma nova alternativa de desenvolvimento. Cria-se com isso uma complementariedade de tarefas e papéis entre o CE [Centro Ecológico], as AAE's [Associações de Agricultores Ecologistas] e demais instituições parceiras, na geração e disseminação de alternativas tecnológicas e de organização social;
- 4) a construção de novos princípios e práticas de integração entre (i) produtores e consumidores; (ii) a sociedade civil, o poder público e o mercado; (iii) o campo e a cidade. (CENTRO ECOLÓGICO, 2018).

Olhando, então, os dois empreendimentos estudados sob o prisma dos propósitos e princípios do CE Ipê, pode-se compreender que estas organizações não apenas interagem em redes para obterem a sua viabilidade e sustentabilidade, mas elas próprias nasceram como instancias capilares de uma rede maior, a rede de produção agroecológica, conscientemente pensada e tecida pelos técnicos e ativistas sociais daquela instituição. Estes princípios, propósitos e métodos, uma vez assimilados pelos associados da ASTRARSUL e da COOPEG, passaram a inspirar e animar, tanto, a rede que estes empreendimentos representam em si próprios, quanto, seu alongamento em outras redes interagentes com esta práxis.

Outro elemento importante neste processo é a regulamentação acerca da produção e certificação de conformidade dos produtos orgânicos que, inspirada nos ventos democráticos,

participativos e incluídos que sobreviveram em nosso país (desde a assembleia Nacional Constituinte de 1987- 88, até meados de 2015), tem conferido um *status* relevante para estes produtos e para as formas autônomas e tecnicamente confiáveis de auditar sua produção e atestar sua conformidade. Com isto duas peças chave para o tema da produção ecológica se encaminham simultaneamente: a assistência técnica aos produtores e a garantia de conformidade orgânica para os consumidores destes produtos. Note-se que aqui, novamente, a rede constituída a partir de Ipê, vai tecendo os caminhos, pois o movimento ecologista, uma vez organizadamente posto em marcha, permite a criação de outras instituições correlatas e interagentes na mesma rede, como a Rede Ecovida de Agroecologia (2018). Nesta perspectiva, esta instituição visa à construção de um processo alternativo de certificação, denominado “participativo em rede” (CPR), que supera a dependência do modelo mais comum, dispendioso e individualista que é realizado através de auditoria por inspeção externa.

A Ecovida, por seu turno, surgiu do mesmo caldo de cultura, onde, na década de 1980, Organizações Não Governamentais - ONGs e outras organizações de agricultores no Sul do Brasil passaram a desenvolver iniciativas “[...] concretas de organização social, produção e comercialização de alimentos sem agroquímicos sob princípio de respeito ao meio ambiente, de solidariedade, cooperação, resgate da cultura local e de valorização das pessoas e da vida.” (REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA, c2018). Sua atuação em rede, baseada na cooperação e na corresponsabilização, trouxe um caráter inovador ao sistema de certificação de conformidade de produção orgânica, onde, dada a participação de consumidores, agricultores e técnicos, têm viabilizado metodologias de organização e, especialmente, de certificação participativa, que conferem credibilidade e custos compatíveis com a produção agroecológica de base familiar.

Este ambiente técnico e institucional, que se configurou, ancorado no selo de conformidade orgânica e no sistema de avaliação da conformidade orgânica, analisado segundo a perspectiva dos sistemas abstratos, nos permite entender o primeiro (Figura 1) como uma ficha simbólica que dá condições aos agricultores participarem do mercado de produtos orgânicos, dada sua inserção num sistema perito - o Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica - SISORG (BRASIL, 2009). Este símbolo e este sistema social cumprem diversas funções num ambiente desencaixado no tempo e no espaço: o primeiro, evidentemente, é a reconexão que restabelecem entre os atores que fazem parte da rede de produção, circulação e consumo de produtos orgânicos, pois aportam bases tecnicamente

reconhecidas e permitem confiança, tanto, nos processos produtivos, quanto, nos bens deles advindos. Demais, devido à corresponsabilização participativa, que as OPAC's⁷⁴ pressupõem e dependem para sua efetivação, sua existência não é estática ou meramente formal, senão que é viva e dinâmica, dada sua permanente articulação em rede, onde suas bases técnicas e organizacionais são permanentemente tencionadas pela sua validação na vida cotidiana. Esta dinâmica sociotécnica pode ser vista como portadora de uma hermenêutica dupla (GIDDENS, 1991), segundo a qual o conhecimento científico orienta e transforma a prática, mas, também, dialeticamente, é reflexivamente transformado pela prática concreta e emancipada dos atores. Com isto, a síntese pode ser vista nas estruturas sociais e econômicas que estes permanentemente constroem e transformam, adequando-as aos seus projetos de vida.

Figura 13 - Selo de Conformidade Orgânica



Fonte: Brasil, 2016.

Outro elemento importante do sistema de avaliação da conformidade e da forma de atuação das OPAC's é a exigência da permanente participação de todo e qualquer agricultor certificado nos eventos sistemáticos de monitoramento, avaliação e controle da conformidade. Assim, não apenas são garantidas as bases tecnológicas, mas, especialmente, a prática de uma ativa corresponsabilização solidária, que no caso dos empreendimentos estudados prevê a exclusão das pessoas do quadro de associados e certificados, caso não compareçam a mais de três reuniões periódicas, sem que haja explicações plausíveis.

Portanto, a dinâmica da rede de certificação torna-se um elemento central na viabilização e na manutenção da filosofia participativa, cooperativa e emancipatória dos sujeitos do processo, permitindo-lhes assistência técnica, acesso a mercados e sustentabilidade em seus empreendimentos, segundo uma perspectiva de mudança social e prudência ambiental.

⁷⁴ Organizações Participativas de Avaliação de Conformidade.

Figura 14 - Reunião para constituição Núcleo Lagoa dos Patos – Rede Ecovida (02-07-2017)



Fonte: O autor

Nota: Técnica de dinâmica de movimento coletivo amparado por um ponto de equilíbrio de visões e percepção de valores

Por ocasião da pesquisa de campo, pude verificar que esta dinâmica alternativa de repartição de saberes e construção coletiva de relações ecológicas, sociais e econômicas, ou, dito de outra forma, “des-envolvidas” da ontologia utilitarista, alienada e dependente do capital, passou a integrar as estratégias de relacionamento das famílias associadas aos

empreendimentos estudados. Assim, passou a inspira-los a, permanentemente, buscarem laços identitários com seus pares agricultores ecológicos de diversas regiões e, especialmente, com os consumidores de seus produtos. Nesta perspectiva, observei dois casos emblemáticos: o primeiro relatado por um grupo familiar vinculado a ASTRARSUL, que sistematicamente promove excursões de consumidores das feiras de produtos orgânicos de Porto Alegre, aos seus estabelecimentos rurais, onde estes tomam conhecimento do ambiente e das práticas adotadas pelas famílias agricultoras para a produção dos alimentos que consomem. Com isto, segundo o relato das famílias de agricultores, é buscada uma conexão mais íntima entre eles e seus consumidores, o que torna possível a transposição de relações baseadas somente na troca mercantil, que são as que prevalecem no comércio, e a constituição de uma rede que envolva também reciprocidade, ou seja, os agricultores cuidam do ambiente e oferecem alimentos saudáveis e, em contrapartida, os consumidores estabelecem compras estáveis que permitem a redução dos custos de transação.

O segundo caso exemplar que eu tive oportunidade de conhecer foi o de um membro da COOPEG que em sua propriedade, afora a produção de alimentos ecológicos, também oferece serviços de hospedagem e de retiros espirituais. Com isto, sistematicamente são reunidos grupos de pessoas que, afora as atividades de meditação e lazer, também tomam contato com a produção ecológica e aprendem sobre a produção de alimentos em harmonia com a natureza e, assim, também são chamados a participarem de uma rede, não apenas de consumo, mas de pessoas comprometidas com a preservação ambiental e com o bem-estar social.

Além disto, em ambas as cidades a existência dos dois empreendimentos estudados e o envolvimento de seus quadros em ações de mudança social, têm servido de exemplo e de estímulo a constituição de outras instituições que apontem para práticas sociais que aumentem a autonomia das pessoas e que respeitem e valorizem modos de vida baseados na produção familiar. Desta forma, tanto, há a preservação destas culturas, quanto, seu emprego como recurso para a superação de situações de pobreza ou de erosão produtiva.

Em termos do estímulo ao desenvolvimento local, tive a oportunidade de, a partir de reunião com os técnicos do Escritório Municipal da EMATER/RS de Cerro Grande do Sul, conhecer um grupo de agricultores em situação de pobreza, que, dado o exemplo e o apoio da ASTRARSUL, constituíram uma Organização de Controle Social de conformidade orgânica e, com esta organização, estão produzindo e comercializando diretamente produtos orgânicos

na cidade e, assim, auferindo uma importante renda que está contribuindo para a superação de sua situação de pobreza.

Já, no caso da COOPEG, segundo as informações que obtive na pesquisa, a iniciativa de seus membros permitiu a constituição de uma Escola Família Agrícola⁷⁵ na região, que está permitindo a formação de jovens em Agroecologia e, também, tem servido como veículo de diálogo entre pais e filhos de agricultores de forma a lhes permitir um espaço de autonomia produtiva nos estabelecimentos rurais e, assim, permitindo a sucessão dos pais e a manutenção da cultura e do estilo de vida que lhes é tão caro.

Observando, assim, a realidade na qual estão inseridos os empreendimentos estudados, pude compreender que estes processos de emancipação e mudança social possuem um ritmo próprio e descontínuo, onde a consciência dos atores tem uma dinâmica de transformação que se baseia, antes de qualquer coisa, na validação das ideias junto à realidade e, após isto, sua aplicação vai se dando em ondas, ou redes de relacionamento, que vão se afirmando em locais determinados, sem um compromisso teleológico de mudanças em ambientes sociais mais amplos, mas estes, com o passar do tempo, vão sendo influenciados e despertados a novas iniciativas transformadoras. Sob este ângulo, a questão pode ser entendida menos como um hipotético plano de desenvolvimento territorial, e mais como ações não envolvidas pela lógica predatória e competitiva do capital, que, entretanto, estimulam reconfigurações sociais e produtivas que ultrapassam o escopo de grupos específicos, como os empreendimentos estudados, na medida em que afetam as motivações, valores e práticas de um conjunto social mais amplo, complexo e disperso nos municípios onde se situam.

⁷⁵ Escola Família Agrícola é uma metodologia de ensino, também denominada de escola de alternância, dedicada a formação e educação de filhos e filhas de agricultores e agricultoras, com foco na produção familiar agropecuária de base ecológica. Nestes ambientes, a formação dos estudantes é orientada por um projeto produtivo elaborado por estes em conjunto com seus familiares e que, após a conclusão do curso, será efetivamente implantado em uma área do estabelecimento de seus pais. Também, durante o período de estudos, o estudante alterna períodos em classe e períodos no estabelecimento rural de seus pais.

5 À GUIA DE CONCLUSÕES

Este trabalho teve como propósito o estudo das articulações que, eventualmente, podem estabelecer entre si economia solidária e dinâmicas de desenvolvimento territorial. A noção de economia, na perspectiva proposta, partiu, então, de seu sentido substantivo, ou seja, não esteve em questão apenas o cálculo da eficiência técnica, ou mesmo, da eficácia na geração de excedentes privados na atividade produtiva. Senão que a atenção do estudo esteve na ação humana vinculada ao emprego dos fatores da produção para obtenção dos meios de vida dos atores e, nesta medida, num meio para a construção de suas utopias, ou seja, de sua felicidade.

Já, a noção de desenvolvimento territorial, vinculou-se a uma ideia de mudança multidimensional nos ambientes de vida e produção humanas, onde a ação social e econômica das pessoas se vale de interações que tem uma lógica alternativa à competição, à exclusão social e à perda de biodiversidade.

Demais, com esta perspectiva de economia associada ao qualificativo “solidária”, procurou-se analisar como isto interagiria num ambiente hegemonicamente estruturado em torno de relações competitivas, alimentadas por interesses egoístas e utilitaristas. Desta forma, buscou-se responder à questão acerca da possibilidade de os empreendimentos solidários pesquisados estabelecerem estavelmente objetivos e práticas autogestionárias cooperativas, ou se, com o passar do tempo, tenderiam a ser absorvidos pela lógica hegemônica e reduzidos apenas a estratégias eficazes para obtenção de interesses individuais, despreendendo-se, assim, dos valores que orientaram sua fundação.

Já a pesquisa projetada para embasar a resposta a esta questão teve como propósito precípua desvendar a história e compreender os contextos e motivações das famílias associadas aos empreendimentos solidários estudados. Nesta medida, também tentou fornecer informações para a compreensão das práticas de autogestão e ação em rede que permitem a sustentabilidade destas instituições, bem como as qualificam como elementos de desenvolvimento nos territórios em que interagem.

Nesta perspectiva, foi possível identificar-se que a ação econômica dos atores estudados se vincula, antes de tudo, a valores culturais e a princípios éticos, que orientam suas atividades produtivas e condicionam suas interações com os consumidores de seus produtos. O respeito à história familiar, o cuidado com o meio ambiente e o desejo de constituir e manter suas famílias em torno destes preceitos morais e, assim, manterem-se fiéis a um estilo

de vida que lhes permite um trabalho não alienado e socialmente reconhecido pode, claramente, ser compreendido como um meio de construção de sua autonomia e felicidade. Com esta orientação, o resultado de sua ação no mercado pode ser compreendido como um meio para desfrutarem de um estilo vida que os motiva e realiza e não o contrário, como é usual em relações utilitaristas que tem por finalidade a riqueza material.

Neste contexto, e nos limites da pesquisa realizada, constatou-se a superação do caráter mercantil que é dispensado pelas relações capitalistas de produção à natureza e aos seres humanos. Na dinâmica capitalista, segundo a teoria econômica ortodoxa, a primeira é vista como não mais do que um fator de produção e as pessoas como mão-de-obra e, na medida em que também são objetos de transações mercantis, são precificados e comercializados como outras tantas mercadorias, reduzindo-se, portanto, a veículos de valorização de patrimônios privados. Já, nos contextos das famílias alvo da presente pesquisa, o ambiente natural é percebido como portador de identidade e de significado moral e espiritual, que são respeitados e, desta forma, condicionam a ação antrópica aos limites da capacidade de resiliência dos agroecossistemas onde se situam os estabelecimentos rurais dos produtores.

Em meio a estes condicionantes, a atividade produtiva e mercantil das famílias revela-se como um mero meio de obtenção dos elementos necessários a realização de seus projetos de vida, que se consubstanciam: em desfrutar de um ambiente saudável, de desenvolver um trabalho criativo, não alienado e socialmente reconhecido, em garantir a reprodução social do núcleo familiar e, em estabelecer relações solidárias com seus pares e com a comunidade a qual pertencem.

Os dados da pesquisa de campo, apontaram para uma aderência muito grande entre os valores morais e éticos das famílias com o formato institucional, as práticas de autogestão e os objetivos dos empreendimentos solidários estudados. Estas organizações, conforme verificado na pesquisa, se organizam segundo relações horizontais e dialógicas, que pressupõem a participação ativa dos associados e que garantem vitalidade aos empreendimentos e a formação de redes de reciprocidade, que contemplam as aspirações, respeitam os valores e permitem trocas de equivalentes entre seus membros.

As práticas e de autogestão desenvolvidas num ambiente democrático e dialógico, conforme antes referido, associadas a mecanismos institucionais de nivelamento de oportunidade de negócios comerciais, como o descrito no caso do “grupo das verduras” tem permitido uma satisfatória identidade e coesão aos grupos sociais estudados, pois, mesmo que

haja diferenças entre as disponibilidades patrimoniais dos associados, os serviços que os empreendimentos solidários lhes fornecem tendem, ao contrário de acirrar estas assimetrias, amenizá-las, pois há uma constante e participativa ação de nivelamento de oportunidades. É claro que isto não significa que não haja tensões entre os associados, pois, conforme constatado à campo, podem ocorrer episódios de oportunismos e tentativas de ganhos individuais por parte de membros dos grupos. Entretanto, dada a prática de gestão participativa e democrática dos empreendimentos, estes episódios são contornados e tem prevalecido o princípio de nivelamento de oportunidades de renda e de acesso a serviços produtivos básicos, como assistência técnica e transporte.

Dadas estas características que envolvem a estrutura, a gestão e a dinâmica de articulação dos empreendimentos solidários estudados, verificou-se que sua existência se constitui em exemplo e estímulo a replicação de suas práticas por parte de outros agricultores familiares de seus respectivos municípios. Porém, isto não significa que rapidamente um grande número de outras pessoas adote soluções cooperativas semelhantes às por eles adotadas, pois a constituição de novas instituições solidárias depende, antes de nada, de um estado de consciência e de vontade de percorrer caminhos tão diferentes do usual, como o trilhado em empreendimentos de economia solidária, e isto tem um tempo próprio de maturação. Assim, quando observamos o que ocorre num município determinado, como é o caso dos dois municípios onde estão sediados os empreendimentos estudados, pode-se ter a sensação que as instituições solidárias não avançam em importância, mas se observarmos a rede de empreendimentos solidários de agricultores ecologistas em nível estadual, percebe-se um importante avanço em termos de estrutura institucional, com o crescimento paulatino no número de associações e cooperativas, instituições de assistência técnica e de redes de comercialização.

Neste espectro, tem assumido papel proeminente a constituição de ações em rede, que tem permitido a viabilização de importantes serviços aos agricultores familiares envolvidos, como assistência técnica, acesso a mercados e a mecanismos de crédito, o que, por seu turno, estimula a constituição de novos empreendimentos, bem como sua viabilidade e sustentabilidade. Assim, quando consideramos não apenas a área dos territórios dos municípios, mas, por exemplo, o território de nosso estado, vê-se avanços importantes e alinhados com o desenvolvimento dos atores, o que significa avanços concretos em termos de desenvolvimento sustentável nos territórios onde vivem.

Nesta perspectiva, os empreendimentos estudados podem ser vistos como elos de redes mais extensas, desencaixadas no tempo e espaço, traço característico de nossa época, e alinhados a princípios e objetivos de mudança social e adoção de práticas econômicas condicionadas à preservação ambiental. Com isto, pode-se constatar que, embora a motivação precípua à criação dos empreendimentos estudados fosse a solução de problemas objetivos de seus membros, como a carência de assistência técnica, transporte, acesso a crédito e a mercados, as redes a qual pertencem transcendem estes objetivos localizados e se revestem de um sentido teleológico de transformação social e de preservação ambiental.

Portanto, observando-se o tema do desenvolvimento territorial, segundo uma perspectiva mais ampla, deve-se distinguir, mas correlacionar os empreendimentos solidários de agricultores ecologistas com o movimento ecologista. Procedendo assim, percebe-se que, os primeiros, mesmo que originários de demandas localizadas e atinentes a interesses grupais, por sua práxis restam por engajar-se num movimento mais geral, que, tanto, lhes confere elementos de sustentabilidade, quanto, os alinha a propósitos políticos de construção de uma nova sociedade que preserve a biodiversidade e que seja mais justa e fraterna, logo, que seja desenvolvida e alternativa ao egoísmo, ao imediatismo e a degradação ambiental sempre presentes nas relações capitalistas de produção e distribuição.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: UNICAMP, 1998.

ARISTÓTELES. **Ética à Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2015.

AUGUSTO, André Guimarães. Uma sugestão de explicação ontológica para o caráter normativo da racionalidade neoclássica. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 11-35, 2014. Disponível: <<http://www.sep.org.br/revista>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ÁVILA, Róber Iturriet. **Do homem smithiano ao homo economicus**: egoísmo e dissolução da moral. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

BENTHAM, Jeremy. **An introduction to the principles of morals and legislation**. London: W. Pickering 1823. Disponível em: <<http://www.earlymoderntexts.com/assets/pdfs/bentham1780.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtos orgânicos**: o olho do consumidor. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Orgânicos**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 163-190, 2009.

CAEIRO, Joaquim Manuel Croca. Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1 p. 61-72, 2008.

CAPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Revista de Administração da UFLA**, Lavras, v. 5, n. 1, p. 69-85, 2003.

CARVALHO, Paulo Afonso Francisco de. Chayanov e a teoria do cooperativismo. In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). **Chayanov e o campesinato**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CENTRO ECOLÓGICO. **Histórico**. Ipê, 2018. Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br/historico.php>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CERRO GRANDE DO SUL (RS). c2018. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/CerroGrandedoSul>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CHAYANOV, Alexandr Vasilievich. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). **Chayanov e o campesinato**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHAYANOV, Alexandr Vasilievich. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2017.

COOPEG ORGÂNICOS. **Quem somos**. Garibaldi, 2018a. Disponível em: <http://coopeg.com.br/quem_somos>. Acesso em: 20 nov. 2018.

COOPEG ORGÂNICOS. **Bem vindo a COOPEG**. Garibaldi, 2018b. Disponível em: <http://coopeg.com.br/quem_somos>. Acesso em: 20 nov. 2018.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho, estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. ampl. São Paulo: Cortez-Oboé, 1992.

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. Repensando a revolução marginalista: uma síntese da recente crítica historiográfica às interpretações do período. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 16, n. 30, p. 23-46, 1998.

FERRARINI, Adriane Vieira; GAIGER, Luiz Inácio; SCHIOCHET, Valmor. O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, Sergipe, v. 6, n. 12, p. 321-349, 2018.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra . Sobre o método em história econômica: aspectos teóricos. **Perspectiva Econômica**, Espírito Santo, ano 15, v. 10, n. 29, p. 21-36, 1980.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **O método em economia**: uma perspectiva histórica. 1989. Disponível em: <<http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/publications/o-m%C3%A9todo-em-economia-uma-perspectiva-hist%C3%B3rica>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Evolução da ciência econômica. In: SOUZA, Nali de Jesus de (Coord.). **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 1996. p. 41-66.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Economia e ética. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 139-144, 1999. Disponível em: <<http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/publications/economia-e-%C3%A9tica>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O método como tema: controvérsias filosóficas, discussões econômicas. In: CORAZZA, Gentil (Org.). **Métodos da ciência econômica**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 17-34.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-174, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio G. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 513-545, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/>>. Acesso em: 1º mar. 2017.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 11-19, 2008.

GAIGER, Luiz Inácio. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. In: Os Desafios da Economia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 84, p. 81-99, 2009. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/378>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

GAIGER, Luiz Inácio G. (Coord.). **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária na contramarcha da pobreza. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, v. 79, p. 43-63, 2015.

GARIBALDI (RS). c2018. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Garibaldi>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva às sociologias interpretativas**. 2. ed. Lisboa: GRADIVA, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Dualidade da estrutura: agência e estrutura**. Oeiras: Celta, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIDDENS, Anthony; PIERSON, Christopher. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, art. 9, 2007. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=4838&Secao=FÓRUM&Volume=6&numero=1&Ano=2007>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology* Chicago, v. 78, p. 1360-1380, 1973.

HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HERRERA, Rémy. Existe um pensamento único em economia política? *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 7-25, 2001.

HESPANHA, Pedro. Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares. In: Os Desafios da Economia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 84, p. 49-63, 2009. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/378>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

HOBBSAWN, Eric J. **A era das revoluções (Europa 1789-1848)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
JEVONS, W. Stanley. **A teoria da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e estados do Brasil. Rio de Janeiro, c2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

LAVILLE, Jean-Louis. Mudança social e teoria da economia solidária: uma perspectiva maussiana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 36, p. 60-73, 2014.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARX, Karl. **O capital (crítica da economia política)**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Lisboa: Editorial Presença, 1980. v. 1.

MAZZUCHELLI, Frederico. Senior, Jevons e Walras: a construção da ortodoxia econômica. **Economia e Sociedade** Campinas, v. 12, n. 1, p. 137-146, 2003. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=555&tp=a>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MENGER, Carl. **Princípios de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Los conceptos estructurantes de la investigación cualitativa. **Revista Salud Colectiva**, Buenos Aires, v. 6, p. 251-261, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MONFARDINI, Rodrigo Delpupo. O capital e a crítica ontológica. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 43, 2016. Disponível em: <<http://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/157>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

NG, Irene C. L.; TSENG, Lu-Ming. Learning to be sociable: the evolution of homo economicus. **American Journal of Economics and Sociology**, New York, v. 67, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/364233957/The-Evolution-of-Homo-Economicus>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

OWEN, Robert. **A new view of society or, essays on the principle of the formation of the human character, and the application of the principle to practice**. 1816. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/reference/subject/economics/owen/index.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 115-127, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/issue/view/985/showToc>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

POLANYI, Karl. **A grande transformação, as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012a.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b.

RANGEL, Roney Rezende; MANOLESCU, Friedhilde Maria Kustner. Economia solidária pela perspectiva histórico-teórica. **Revista Educação, Gestão e Sociedade**, Porto Alegre, v. 2, n. 8, 2012. Disponível em: <<http://www.faceq.edu.br/regs/edicoesAnteriores.asp>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. **[Página do Facebook]**. Três Cachoeiras, c2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/rede.ecovida.org/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. **Sobre**. Três Cachoeiras, 2018. Disponível em: <<http://ecovida.org.br/sobre/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SBICCA, Adriana. Seis histórias do pensamento econômico: abordagens dadas à revolução marginalista e ao pensamento de Nassau Senior. **Revista de Economia**, Recife, v. 31, n. 1, p. 41-61, 2005.

SENIOR, Nassau W. **An outline of the science of political economy**. New York: Augustus M. Kelley Bookseller, 1965.

SILVA, Sandro Pereira. **A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

SINGER, Paul I. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SHMIDIT, Carlos. A economia solidária: panaceia do capitalismo pós-moderno ou um caminho para o socialismo? In: SHMIDIT, Carlos; NOVAES, Henrique T. (Org.). **Economia solidária e transformação social**: rumo a uma sociedade para além do capital? Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2013.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. 2. ed. São Paulo: Hemus, 1981.

STUART-MILL, Jonh. On the definition of political economy; and on the method of investigation proper to it. In: STUART-MILL, Jonh. **Essays on some unsettled questions of political economy**. 2nd ed. London: Batoche Books, 2000.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VERONESE, Marília Veríssimo. Subjetividade, trabalho e economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 84, p. 153-167, 2009.

WEBER, Max. **A metodologia das ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

**APÊNDICE A - RELAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO
ASTRARSUL**

A-Entrevistas nas propriedades rurais:

Wilson Stefanoski (marido);

Cristina Stefanoski (esposa).

Data: 23/11/2016;

Maicon da Silva Jorge (filho);

Aline Gruvel Garcia (nora);

José Tavares Jorge (marido);

Glaci Antunes do Prado Jorge (esposa).

Data: 12/04/2017.

Valdemar Stefanoski (marido);

Gislaine Silveira da Silveira (esposa).

Data: 03/10/2017.

Vilseu Stefanoski (marido);

Líria da Silva Stefanoski (esposa);

Karoline da Silva Stefanoski (filha).

Data:09/10/2017;

Emanuel Souza do Prado (filho);

Victor Souza do Prado (filho)

Renan Souza do Prado (filho);

Jarbas Gimenes do Prado (marido);

Isabel Souza do Prado (esposa).

Data: 25/11/2017.

B- Observação participante em reuniões mensais da ASTRARSUL:

Datas:

- 06/12/2016;

- 04/04/2017;

- 03/10/2017.

C-Observações e entrevistas em Feiras:

Carlos Adair Rentz (marido)

Laura Rosana da Rocha Rentz (esposa).

Local: Feira Ecológica do IPA – POA.

Data: 26/10/2017;

Luís Seixas

Local: Feira Ecológica Pç. Rômulo Telles – POA.

Data: 21/10/2017.

Vilson Stefanoski;

Maicon Jorge;

Valdemar Stefanoski

Local: Feira Ecológica José Bonifácio – POA.

Data: 06/01/2018;

Vilseu Stefanoski;

Líria Stefanoski;

Karoline Stefanoski;

Anselmo (coordenador da feira).

Local: Feira Ecológica do Menino Deus.

Data: 02/12/2017

Tânia Bishop (Associação de Moradores);

Claudia (Prefeitura Municipal de POA)

Emanuel Prado (ASTRARSUL).

Local: Feira Ecológica Pç. Rômulo Teles.

Data: 05/05/2018

E – Reunião com equipe municipal da EMATER – Cerro Grande do Sul,

Extensionistas presentes e participantes da reunião:

Rafael Matarredona Netto;

Eduardo Broca Lentz;

Otávio Schwalm Gomes.

Data: 12/04/2017.

F – Reunião Organização de Controle Social – OCS de Cerro Grande do Sul:

Participantes:

Filipe Grabski da Silva – agricultor;

Fátima Carvalho – agricultora;

José Francisco Adolfo Andrade – agricultor;

Maria Aparecida de Souza Silva – agricultora;

Ivone Andrade – agricultora;

Célia Clair Reintz – agricultora;

Elton Alberto Bandin – agricultor;

Wagner Bando – agricultor;

Eduardo Broca Lentz.

Data: 10/05/2017.

G- Reunião do núcleo da Rede ECOVIDA:

Local: Cerro Grande do Sul.

Data: 02/07/2017.

APÊNDICE B - RELAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO (COOPEG)**A- Entrevistas nas propriedades rurais:**

Jorge Mariani (marido);

Salete Terezinha Arruda da Silva (esposa).

Data: 24/11/2016.

Antoninho Ceratti (cabeça do casal).

Data: 04/01/2017;

Damian Paulo Chiesa (marido);

Ana Claudia Sislag Mutherle Chiesa (esposa).

Data: 06/04/2017.

Ronaldo Faro (cabeça do casal).

Data: 03/05/2017.

B- Observação em eventos coletivos da cooperativa:

- Confraternização de final de ano, 11/12/2016;

- Reunião equipe do escritório 05/01/2017.

- Assembleia Geral, 30/03/2017;

C- Entrevistas e observações em Feiras:

Rosa Ferranri

Zaime Ferranti

Local: Feira Ecológica Pç. Rômulo Teles– POA.

Data: 21/10/2017.

Rosa Ferranti

Siana de Jesus Vieira Bortolini

Local: Feira Ecológica da Auxiliadora – POA.

Data: 31/10/2017;

D- Entrevista Assistente Técnico Regional da EMATER – Região Serra

Pessoa entrevistada:

Neuri Frozza.

Data: 15/05/2018

APÊNDICE C - RELAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

Atividade relacionada a ambas Cooperativas:

Reunião com coordenador do Comitê Estadual de Orgânicos: José Cleber Souza.

Local: Superintendência do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento no RS.

Data: 12/07/2018